

IARA MARIA DE ARAÚJO



**OS NOVOS ESPAÇOS PRODUTIVOS -
RELAÇÕES SOCIAIS E VIDA ECONÔMICA
NO CARIRI CEARENSE**

Fortaleza – Ceará

Os novos espaços produtivos —relações sociais e vida econômica no Cariri cearense



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

OS NOVOS ESPAÇOS PRODUTIVOS -
RELAÇÕES SOCIAIS E VIDA ECONÔMICA NO CARIRI
CEARENSE

IARA MARIA DE ARAÚJO

Fortaleza-CE
Março de 2006

IARA MARIA DE ARAÚJO

**OS NOVOS ESPAÇOS PRODUTIVOS - RELAÇÕES SOCIAIS
E VIDA ECONÔMICA NO CARIRI CEARENSE**

Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Neyára de Oliveira Araújo

Fortaleza-CE

2006

IARA MARIA DE ARAÚJO

**Os novos espaços produtivos - relações sociais e vida econômica no cariri
cearense**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia e aprovada pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima - Membro
Universidade Federal de São Carlos

Profa. Dra. Adelita Neto Carleial - Membro
Universidade Estadual do Ceará

Profa. Dra. Léa Carvalho Rodrigues - Membro
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Jawdat Abu el Haj - Membro
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dra. Maria Neyára de Oliveira Araújo – Orientadora
Universidade Federal do Ceará

Fortaleza, março de 2006

Tecendo a Manhã

João Cabral de Melo Neto

1.

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.*

2.

*E se encorpendo em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.*

Agradecimentos

Neste momento, agradeço a pessoas e instituições que de maneiras distintas contribuíram neste percurso.

À Universidade Regional do Cariri, que me liberou das atividades acadêmicas, o que permitiu dedicar-me ao estudo e à pesquisa.

Ao CNPq, pela concessão de uma bolsa de estudos.

Aos professores do curso: Moacir Palmeira e César Barreira, pelos comentários no projeto; Jawdat Abu El Haj pelas sugestões no exame de qualificação; Auxiliadora Lemenhe, pela forma acolhedora que me recebeu nesta cidade e pelas discussões na disciplina *Pensamento sociológico brasileiro*; Domingos Abreu, Léa Carvalho e Manuel Domingos, pelos estímulos.

À Professora Judith Tandler, que gentilmente discutiu os primeiros esboços do texto e encorajou - me a seguir.

Ao Professor Jacob Carlos Lima, que acompanha minha trajetória acadêmica. A sua presença, amizade e apoio foram vitais para a realização deste estudo.

À Professora Neyára Araújo que orientou este trabalho; com ela pude reanimar o sonho de um mundo mais justo e solidário.

Aos produtores e técnicos, pelas entrevistas e informações concedidas.

À Aimberê, pela atenção e ajuda constante.

Aos colegas de Curso, especialmente, Cristina, Marisa, Julita, Roseane e Lígia. Ao longo deste percurso, estabelecemos uma relação de cumplicidade e solidariedade, que se reverteu de forma positiva nas questões teóricas e emocionais.

Conheci Marisa Mokarzel no curso e estabelecemos bonita amizade. O seu carinho e aconchego me fortalece em momentos distintos.

Com a amiga Vera Mamede, que também passa pela elaboração de uma tese, tenho contatos quase diários, mesmo em áreas diferentes; temos travado inúmeras discussões que envolvem os temas das nossas teses e os que compreendem o mundo das emoções.

Tenho o prazer e a alegria de contar com o carinho e a amizade de Vitória Régia, que se transformou numa “irmã do coração”.

Ao longo desta trajetória, contei com a ajuda e o apoio de amigas e amigos espalhadas por vários lugares: Dulcinéa e Joana d’Arc me enviaram de São Paulo e Porto Alegre material para a tese e mensagens de otimismo; as longas conversas por e-mail e telefone com Lu foram revitalizantes e úteis para a tese; Ceuline, com muita paciência, me ajudou na organização do texto; Lúcia Helena abriu alguns caminhos na pesquisa de campo, além das discussões teóricas; Dayane Rabelo me forneceu um material valioso; Rizioneide, com sua alegria e disponibilidade amenizou algumas dificuldades; Socorro Freitas me conduziu ao mundo dos mistérios; Laécio dispensou atenção e carinho.

Sílvio Roberto é um amigo querido; sua companhia e atenção tem me trazido mais conforto.

Mesmo morando sozinha, nesta cidade, fui acolhida por um grupo de pessoas numa grande mesa, na hora do almoço, no restaurante Aquariano. Esse encontro diário é valioso para troca de experiências e gentilezas.

À Maria, pela convivência harmoniosa; sua generosidade e cuidado vão ficar guardados comigo.

Mesmo distante, tenho o afeto e o carinho de toda a minha família, o que muito me fortalece e anima.

ARAÚJO, Iara Maria de. Os novos espaços produtivos – relações sociais e vida econômica no cariri cearense. 229p. Tese (Doutorado em Sociologia – Universidade Federal do Ceará – UFC), Fortaleza/CE, 2006.

RESUMO

Este estudo analisa a formação de um “novo espaço produtivo”, localizado no Cariri, cearense, definido como um arranjo produtivo local. No ano de 1996, uma grande unidade industrial, juntamente com outros setores da cadeia produtiva calçadista instalaram-se no local. Essa iniciativa fez parte da política industrial do programa de sucessivos governos do Estado do Ceará, que atrai empreendimentos industriais por meio de incentivos fiscais e aproveitamento de espaços regionais. Na definição do arranjo produtivo local aqui empreendida, buscou-se compreender como as influências da nova ordem produtiva se fundem nas teias de relações já estabelecidas, suas implicações e os processos sociais daí decorrentes. Referida definição se baseia na argumentação de que esse novo espaço produtivo não é o resultado da simples invasão de empresas. O arranjo tem marcas e características de uma produção constituída historicamente — e não de uma experiência brusca — decorrente de inúmeras tramas derivadas do entrelaçamento de antigas vivências locais com novas influências globais. O viés das redes sociais permitiu compreender a construção social do arranjo, perceber como as relações sociais entre os atores e a vida econômica se entrelaçam no ambiente produtivo, mediando as trocas. Este apresenta uma capacitação local incorporada nos indivíduos, fruto de uma difusão por meio de relações pessoais e familiares. Essa prática urdiu um ambiente socioproductivo que sustenta um conhecimento tácito no lugar. Observa-se que as articulações estabelecidas pelos produtores locais são decisivas para a visibilidade e dinamismo do arranjo, embora a entrada das empresas de fora tenha sido um fator importante pelo crescimento do número da produção e entrada de novas tecnologias. Os recursos culturais e simbólicos, assim como as formas encontradas de inserção na nova economia mediante a ampliação do círculo de relações no âmbito político, econômico e social, engendraram o processo produtivo atual no lugar. As mudanças ocorreram num jogo de forças fundadas em mudanças e permanências, nas tramas da tradição e da modernização, na imbricação da preservação e reinvenção.

Palavras-Chave: Arranjos Produtivos. Desenvolvimento Local. Redes Sociais. Sociologia Econômica.

ARAÚJO, Iara Maria de. The new productive spaces - social relationships and economical life in the cariri from Ceará. 229p. Thesis (Doctorate in Sociology - Federal University of Ceará - UFC), Fortaleza/CE, 2006.

ABSTRACT

This study evaluates how a “new productive space” was formed in the Cariri region in the hinterlands of the State do Ceara defined as a Local Productive Arrangement. In 1996 a huge industrial entrepreneur along with other investors installed themselves in the place. This enterprise is part of a political initiative directed towards industry as followed by several state governments that has been attracting industrial investments due to tax reductions and use of undeveloped local areas. Within the context of local productive arrangement here defined I tried to understand the effects of a new productive order as they mingle with the web of existing relations, and the implications and social processes that ensue from them. The afore-mentioned definition is based upon the argument that this new productive space is not the upshot of the investors’ invasion only. The Arrangement has characteristics of a production that shaped itself within a historical framework – not a brusque experience issuing from several relations that sprout from the interlacement of old local experience with new global influences. The winding course of social paths leads to unveiling the arrangement’s social build-up and perception of how the social relations among individuals and economic life interlace with the productive environment, mediating exchanges. This environment is characterized by local skills that have been incorporated to individuals as a result of a diffusion among them and their relatives. This practice created a clear social-productive environment in the area. I verified that the articulations established by local producers are decisive to the visibility and dynamics of the Arrangement, although the influx of outside investors was also an important factor due to the increase in production numbers and arrival of new technologies. Cultural and symbolic resources as well as forms of insertion in the new economy by means of expanding the circle of political, economic and social relations created the present productive process in the place. Changes occurred according to the engagement of forces that based themselves in change and permanence, tradition and modernization, preservation and reinvention.

Key Word: Productive Arrangements. Local Development. Social Nets. Economical Sociology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 3.1 Distribuição espacial das indústrias no Estado do Ceará	89
Quadro 3.2 Empresas coureiro – calçadistas beneficiadas pelo PROAPI	98
Quadro 3.3 Empresas coureiro – calçadistas beneficiadas pelo PROVIN nos Municípios do Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.....	99
Quadro 3.4 População de Juazeiro do Norte – Censos de 1920, 1940, 1950, 1960	112
Quadro 3.5 Atividades produtivas em Juazeiro do Norte	113

MAPAS

Mapa 3.1 Microrregiões Geográficas do Estado do Ceará.....	77
Mapa 3.2 Macrorregiões de Planejamento do Estado do Ceará.....	103

XILOGRAVURAS

Xilogravura 01 Comunidade - Stenio Diniz	18
Xilogravura 02 Mutirão - Stenio Diniz	33
Xilogravura 03 Banda - João Pedro C. Neto	72
Xilogravura 04 Vaqueiro - Walderêdo Gonçalves	146
Xilogravura 05 Trabalho - Demontiê L. Gonzaga	208
Xilogravura 06 Reisado - Gilberto Pereira	215

FOTOS

Foto 3.1 Fachada de uma indústria	106
Foto 3.2 Calçados produzidos artesanalmente	108
Foto 3.3 Calçados de EVA	117

Foto 3.4 Produtor artesão costurando uma peça	120
Foto 3.5 Calçados de material sintético	122
Foto 3.6 Detalhes na produção	126
Foto 3.7 Produtor sapateiro	127
Foto 3.8 Fase de acabamento do calçado	131
Foto 3.9 Fachada da Grendene	132
Foto 3.10 Equipamentos na produção	144
Foto 4.1 Cícero Romão na sua oficina	150
Foto 4.2 Calçados em couro produzidos artesanalmente	151
Foto 4.3 Expedito Veloso mostrando uma peça	152
Foto 4.4 Oficina artecouro	154
Foto 4.5 Máquina que pertenceu ao avô de seu Expedito	155
Foto 4.6 Comercialização de calçados nas romarias	176
Foto 4.7 Comercialização de calçados nas feiras de Juazeiro do Norte	177
Foto 4.8 Fachada da AFABRICAL	182
Foto 4.9 Máquina de uso coletivo na AFABRICAL	183
Foto 4.10 Máquina de uso coletivo na AFABRICAL	184
Foto 4.11 Máquina de uso coletivo na AFABRICAL	185
Foto 4.12 Solados produzidos no arranjo expostos na FETECC	187
Foto 4.13 Fábrica- modelo durante a FETECC	189
Foto 4.14 Calçados produzidos na FETECC.....	190

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADR	Área de desenvolvimento regional
AFABRICAL	Associação dos Fabricantes de Calçados de Juazeiro do Norte
APA	Área de proteção ambiental
APCC	Associação dos Produtores de Calçados do Crato
APEX	Agência de Promoção de Exportação
APL	Arranjo produtivo local
BANDECE	Banco de Desenvolvimento do Estado do Ceará
BEC	Banco do Estado do Ceará
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEART	Central de Artesanato do Ceará
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CENTEC	Centro de Ensino Tecnológico
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIC	Centro Industrial do Ceará
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEC	Companhia de Desenvolvimento do Ceará
CTC	Centro Tecnológico de Calçados
CTCCA	Centro de Tecnologia de Couro, Calçados e Afins
CVT	Centro vocacional tecnológico
EVA	Etil-vinil-acetato
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FDC	Fundo de Desenvolvimento do Ceará
FDI	Fundo de Desenvolvimento Industrial
FETECC	Feira de Tecnologia e Calçados do Ceará
FIEC	Federação das Indústrias do Estado do Ceará

FINOR	Fundo de Investimento do Nordeste
FOB	Free on board
FRANCAL	Feira de Calçados de Franca (SP)
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
GTZ	Cooperação Técnica Alemã
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPLANCE	Instituto de Planejamento e Pesquisa do Estado do Ceará
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
MIT	Massachusetts Institute of Technology
ONG	Organização não governamental
P&D	Pesquisa e desenvolvimento
PEQ	Plano Estadual de Qualificação
PLAMEG	Plano de Metas do Governo Virgílio Távora
PME	Pequena e média empresa
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROAPI	Programa de Incentivo à Atividade Portuária e Industrial do Ceará
PROMICRO	Programa de Apoio à Microempresa
PROVIN	Programa de Incentivo de Funcionamento de Empresas
PSIC	Programa Setorial Integrado de Calçados
PU	Poliuretano
PVC	Policloreto de vinila
PUDINE	Programa Universitário de Desenvolvimento do Nordeste
RAIS	Relação anual de informações sociais
RDH	Relatório de desenvolvimento humano

REDESIST	Rede de sistemas produtivos locais
SAS	Secretaria de Ação Social - CE
SDLR	Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional - CE
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT	Secretaria da Cultura - CE
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETAS	Secretária de Trabalho e Ação Social - CE
SETE	Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo - Ceará
SINDINDÚSTRIA	Sindicato das Indústrias de Calçados e Confecções da Região do Cariri
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TR	Borracha termoplástica
UCLA	Universidade da Califórnia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URCA	Universidade Regional do Cariri
USAID	Agência Norte Americana para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 As trilhas da investigação	27
2 O OLHAR	
2.1 OS CAMINHOS NORTEADORES	34
2.1.1 A contribuição da nova Sociologia Econômica para o estudo da temática.....	34
2.1.2 Karl Polanyi e o lugar da Economia na sociedade	36
2.1.3 A nova Sociologia Econômica e as redes sociais	41
2.2 OS NOVOS ESPAÇOS PRODUTIVOS – OS AGLOMERADOS INDUSTRIAIS EM FOCO	44
2.2.1 O contexto das mudanças	44
2.2.2 Outras vias de desenvolvimento	48
2.2.3 O desenvolvimento com base endógena - o enfoque no local.....	52
2.2.4 A retomada dos estudos sobre Distritos Industriais	59
2.2.5 A perspectiva marshalliana	62
2.2.6 Relações produtivas e vida comunitária - a simbiose necessária	64
2.2.7 A eficiência coletiva	67
3 O ESPAÇO E O TEMPO	
3.1 MARCAS E TRAJETÓRIAS DE UM ESPAÇO PRODUTIVO	73

3.1.1 O vale do Cariri	75
3.1.2 Os caminhos da indústria	78
3.1.3 Surge a SUDENE	82
3.1.4 Surge a CODEC.....	87
3.1.5 A indústria adentra o território — o Projeto Asimow	90
3.1.6 Novos tempos, outras políticas	93
3.1.7 Novos espaços para a indústria	100

3.2 A FORMAÇÃO DE UM ARRANJO PRODUTIVO

- AS TEIAS DAS RELAÇÕES SOCIAIS106

3.2.1 Do povoamento da região, às oficinas artesanais.....	106
3.2.2 Novas formas de produzir	120
3.2.3 A chegada da grande indústria.....	131
3.2.4 A grande indústria e o arranjo produtivo.....	134
3.2.5 Tradição e inovação - a produção híbrida	139

4 O PRODUTOR E A OBRA

4.1 AS REDES SOCIAIS - TRAMAS E TEIAS147

4.1.1 Atores que tecem fios148

4.1.1.1 Os produtores artesãos	149
4.1.1.2 Os antigos sapateiros	156
4.1.1.3 Os antigos comerciantes produtores	158
4.1.1.4 Os jovens produtores que detêm a arte do ofício	160
4.1.1.5 Os jovens comerciantes e técnicos produtores	161

4.1.2 Fios que compõem o jogo do mercado e da.....162 reciprocidade

4.1.2.1	A confiança e a má-fé.....	164
4.1.2.2	Produtores e compradores - relações que constroem e pervertem	166
4.1.2.3	Entre o oportunismo e a necessidade	170
4.1.2.4	As relações e a palavra	173
4.2	A MEDIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	177
4.2.1	As instituições e o arranjo.....	180
4.2.2	Novas instituições entram em cena.....	186
4.2.3	Outras instituições.....	191
4.2.4	O ambiente institucional e as sinergias.....	196
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
6	BIBLIOGRAFIA.....	216



1 INTRODUÇÃO

A proposta deste estudo é analisar a interiorização industrial na região do Cariri cearense, a partir da década de 1990,²¹ e suas repercussões na formação de um “arranjo produtivo” com características endógenas, enfatizando a capacidade instituinte dos atores sociais locais em relação ao desenvolvimento industrial. O foco central é o setor calçadista, que tem hoje importância econômica e social para a região. A instalação de uma grande unidade industrial na cidade do Crato e a atração de outros setores da cadeia produtiva, somadas às pequenas e médias empresas locais já existentes, formam, hoje, um aglomerado industrial com certa notoriedade e dinamismo. O Cariri é o maior produtor do Estado e o Ceará, na última década², entrou na lista dos maiores produtores do País.

A intenção é investigar essa nova dinâmica no setor industrial, compreender como as influências da nova ordem produtiva se fundem nas teias de relações já estabelecidas, suas implicações e os processos sociais daí decorrentes; como as interações sociais possibilitam e interferem nos processos econômicos.

Algumas indagações sobre o processo produtivo no Cariri nortearam os caminhos desta investigação. A que se deve o crescimento do setor industrial calçadista, nos últimos dez anos, na região? A política de atração de investimentos industriais do Estado seria o único fator? Ou

²¹ Dentre as políticas indutoras de desenvolvimento econômico, o incentivo à atividade industrial assume papel de destaque no Estado do Ceará numa perspectiva descentralizadora. Por meio da atração de investimentos industriais, mediante uma política fiscal e tributária de incentivos e isenções, o Ceará consegue atrair grandes empresas do Sul e do Sudeste que se instalam em cidades do interior do Estado.

² De acordo com o BNDES (2001), o Estado do Ceará é o terceiro maior produtor do país, o primeiro é o Rio Grande do Sul, seguido de São Paulo. Nesses estados, sobressaem os arranjos produtivos locais no Vale dos Sinos (RS), e em Franca (SP). A indústria de calçados no Ceará não é recente, 90% das empresas correspondem às micro, pequenas e médias empresas de origem local. A estimativa é de que no ano de 2000 a produção do Estado tenha sido de 130 milhões de pares, o que correspondeu a 25% da produção nacional. Deste total, 85% foram produzidos pelas empresas atraídas de outros estados.

uma mobilização da capacidade organizativa dos atores sociais locais em relação ao desenvolvimento industrial? O desenvolvimento industrial expressa somente o poder das forças do mercado sobre as forças do lugar? Como visualizar esse fato no Cariri? Quais as estratégias e iniciativas ensejadas a partir da interiorização industrial pelos pequenos e médios produtores locais? Como o aglomerado atua no fortalecimento dos vínculos sociais?

Diferentemente de outras regiões e cidades do Estado que receberam grandes empresas vindas de outras regiões, com atividades completamente estranhas às atividades produtivas dessas localidades, o Cariri guarda algumas peculiaridades. A tradição da produção de calçados na região, vinda das oficinas artesanais desde o início do século passado, e as relações sociais entre os produtores locais, desenham contornos novos, distintos da forma muitas vezes predatória de programas de desenvolvimento baseados na industrialização e na atração de grandes investimentos para as cidades interioranas²². Mas que contornos são esses? Pressuponho que a interação dos atores sociais locais permitiu a formação de “redes”, “convenções” e “instituições”, resultando em ações cooperativas, tanto horizontais quanto verticais, fortalecendo o tecido social local, tornando-o menos vulnerável às determinações externas. Esses aspectos atuam como fator preponderante na permanência e crescimento das pequenas e médias empresas com importância nas negociações junto às instituições públicas para o acesso a financiamentos, qualificação profissional, informação, promoção e participação em eventos e programas de exportação.

Desta forma, entendo que o fortalecimento e a visibilidade que este aglomerado industrial logrou advêm, não só, da elevação da produção e das características tecnológicas das empresas que se instalaram no

²² Ver os estudos de Romão (1998), Lima (2002), Borsoi (2003) e Rigotto (2004).

lugar, mas se configura também como variável de uma ambiência social definida espacial e temporalmente.

Estes aspectos me levam a inferir que a sociedade não se reduz simplesmente à lógica do mercado ou às razões do estado — traduz uma pluralidade de lógicas não redutíveis entre si (GRANOVETTER e SWEDBERG, 2001). Isto quer dizer que outras bases são consideradas — não só econômicas — da organização do mercado, tais como as redes de sociabilidade, confiança e organizações associativas. Há uma base social que reforça a sustentação deste aglomerado, que atribuo a sociabilidade vivida entre os produtores, formada pelas relações de cooperação, compreendidas como “redes sociais”. Por intermédio dessas redes, ocorre uma integração entre os indivíduos e as influências circulam no ambiente, interferindo nas negociações, ao mesmo tempo produzindo laços para a ação coletiva. Desta forma, as relações estabelecidas entre as empresas não se orientam apenas por fatores econômicos e tecnológicos, mas também por condicionantes social e territorialmente constituídos. O território é pensado não apenas como uma realidade geográfica ou um suporte físico para a vida, mas também como um campo de forças, base para mobilização de capacidades e formação de dinâmicas coletivas, constituindo-se pela proximidade e consolidando-se pelas relações de que é parte (ABRAMOVAY, 2000).

A atuação acontece em um ambiente socialmente enraizado, no qual valores culturais e convenções interferem no comportamento econômico dos agentes, estando o mercado imbricado de redes concretas de relações sociais, sendo, portanto, uma construção social (GRANOVETTER, 2003).

Embora não exista um consenso quanto ao significado conceitual das várias terminologias que tentam conceituar os aglomerados — tais como arranjos produtivos locais (ALBAGLI e BRITO, 2002), sistemas industriais localizados (COURLET, 1993), clusters (SCHMITZ, 1997) e

distritos industriais, (MARSHALL, 1996; BECATTINI 2002; BAGNASCO, 2002) — o papel dos laços formais e informais entre atores sempre são evidenciados, como também a dimensão espacializada dos conhecimentos tácitos, base para inter-relações. Não se trata simplesmente de concentrações locais de indústrias, mas, de lugares onde acontecem interações diversas.

Considerando o contexto em que as regiões, estados e municípios têm participação mais efetiva na condução de políticas de geração de emprego e renda, o debate sobre os aglomerados industriais torna-se bastante pertinente, não no sentido de transplantação de modelos — haja vista os aspectos culturais, históricos e institucionais que definem as identidades específicas nas regiões dos distritos — mas a ênfase na mobilização do potencial endógeno dos territórios. Isto significa um olhar mais atento para formas de organização industrial esboçadas, às vezes, de forma ainda tímida — embora podendo guardar um grande potencial a se revelar — que remetem a aglomerações industriais com relações cooperativas.

Interessa, neste debate, analisar a organização social ou coletiva como aspecto constituinte desses aglomerados. Este fenômeno é entendido como uma forma de coordenação entre os atores, capaz de valorizar o ambiente onde atuam e de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores. Neste sentido, a ação social imbrica-se à ação econômica numa perspectiva de enfrentar os desafios de inserção na nova ordem econômica.

A emergência desses aglomerados industriais, fundados nas relações de cooperação e competição, complementaridade entre vida social e econômica, trouxe à pauta um tipo específico de desenvolvimento: o “desenvolvimento regional endógeno”. Essa discussão toma corpo diante do processo de globalização em curso, originando interpretações diversas e questionamentos do tipo: qual o papel do local no contexto de mudanças globais?

O esgotamento financeiro e o afastamento do Estado do atendimento das necessidades sociais, e o papel das diversas organizações na formação de uma nova territorialidade marcam estudos recentes⁵ dentro do que é chamado de espaços públicos de “proximidade social” (ABRAMOVAY, 2000), permitindo um fortalecimento da sociedade civil e a criação de uma sociabilidade ancorada na cooperação.

Estas reflexões tornam-se prementes num contexto em que regiões, estados e municípios se vêem impulsionados por uma competição frenética na busca de novos investimentos de oferta de empregos. Incentivos fiscais, redução de custos com mão-de-obra, apoio institucional e infra-estrutura são a tônica do quem-dá-mais. O resultado é um surto de expansão industrial precário e transitório, marcado pela incerteza.

Alguns questionamentos são pertinentes nesse debate: estaríamos diante de uma forma de organização industrial menos excludente, mais participativa, onde os aspectos sociais, culturais e produtivos convivem de modo mais harmonioso? Ou estamos vivendo apenas uma estratégia do capital vinculada à competitividade global? As experiências estudadas ainda são relativamente recentes e distintas para respostas mais precisas; no entanto, algumas interpretações já se evidenciam, como a de Suzigan (2001), quando assinala que o foco em aglomerados industriais pode ajudar a desarmar a chamada “guerra fiscal”, substituindo-a por um modo mais construtivo e não predatório das finanças públicas.

Porém, como analisar estes aspectos? A partir de que perspectiva é possível estudar o contexto social desses arranjos produtivos? Quais

⁵ Ver Sousa Santos (2002), Reis (1997) e Abramoway (2000).

os caminhos que a Sociologia aponta para o entendimento dessas questões?

Granovetter e Swedberg (2001) propõem um novo elo entre a Sociologia e a Economia, que eles denominam de “Nova Sociologia Econômica” ou “Sociologia dos Mercados”. Sob esse ponto de vista, os mercados são percebidos como estruturas sociais globais, atentando-se para os mecanismos sociológicos específicos mediante os quais eles funcionam.

Mercados são muito mais que mecanismos destinados à formação dos preços. Eles são tipos específicos de estruturas sociais, ou seja, interações recorrentes e padronizadas entre atores, mantidas por meio de sanções (p. 21).

Nessa perspectiva, a ação humana assume papel mais relevante do que teve na análise econômica de teor clássico e neoclássico. É reconhecido o papel fundamental exercido por formas de coordenação que não sejam exclusivamente mercadológicas, considerando que existe a necessidade de um diálogo mais efetivo entre o instrumental da Teoria Econômica e as análises propostas por outras disciplinas das ciências sociais. Em face da hegemonia desfrutada pela Ciência Econômica, entretanto, o suporte desenvolvido pela Sociologia Econômica enfrenta as disputas expressadas no campo metodológico. Estas disputas ocorrem, sobretudo, entre as propostas apresentadas, de um lado, pelo individualismo metodológico e, de outro, pelo paradigma do holismo.⁶ Os autores consideram que o “individualismo

⁶ Para Caillé (1998, 2001), existem dois grandes paradigmas reconhecidos nas ciências sociais: “o individualismo metodológico” e o “holismo”. Trata-se de dois princípios que buscam explicar a ação humana, seja pelo “interesse” (individualismo metodológico), seja pela interiorização das normas” (holismo). No primeiro caso, tem-se o *Homo economicus* e, no segundo o executante passivo das normas sociais. O holismo só concebe a ação tradicional e o individualismo, a ação instrumental. Enquanto o “individualismo metodológico” postula a noção que os indivíduos existem empiricamente e possuem valor normativo, antes da totalidade que formam, o “holismo” argumenta o inverso.

metodológico”, em que predomina a análise das partes para se ter o entendimento do todo, não responde aos problemas complexos da atualidade. Da mesma forma, na sua avaliação, a “análise holística”, privilegiando somente a análise do todo para compreender o funcionamento das partes, também apresenta deficiências.

Granovetter (2001) mostra que, no capitalismo, as ações econômicas estão incrustadas em sistemas concretos de relações sociais, e estas são compreendidas preferencialmente no contexto de redes de relações interpessoais. Referendando-se no conceito de *embeddedness*, Granovetter concebe as ações econômicas dos agentes como inseridas numa teia de relações e redes sociais, em que as escolhas dos indivíduos sucedem num tecido de conexões com outros agentes e não num vazio. As redes sociais são percebidas pelo autor como impulsionadoras de confiança, permitindo relações cooperativas.

As redes são o elemento estrutural que define padrões de comunicação, hipóteses de difusão, quadros de mobilização de recursos materiais e humanos, contribuindo para o desenvolvimento de alianças determinantes para o futuro do mundo econômico (p.77).

Melucci (1989, 1999) destaca as redes submersas de grupos em sociedades complexas, desmistificando um pouco a imagem de um ator politicamente organizado. As redes são pontos de encontro e circuitos de solidariedade, com uma estrutura segmentar e multifacetária, na qual os laços se evidenciam durante os períodos transitórios da mobilização coletiva em torno de determinadas questões; depois a rede permanece subjacente na vida cotidiana. Para Melucci (1999), a solidariedade dos movimentos é cultural e está inscrita no plano da produção simbólica do cotidiano. As questões que envolvem a identidade individual e a ação coletiva se imbricam, e a solidariedade que envolve o grupo está também vinculada aos desejos pessoais e às necessidades afetivas e comunicativas cotidianas dos participantes das redes. No entendimento do autor, as pessoas não se deixam moldar apenas por condições estruturais, às quais elas sempre se adaptam,

mas criam formas próprias de interação dentro das condições estruturais nas quais estão integradas.

A discussão sobre redes considera necessariamente os seus vários aspectos, materiais e sociais, estruturais e funcionais. Santos (1999), ao se deter sobre a noção de rede, apresenta-a em suas várias características: técnicas e sociais, globais e locais, concentradoras e dispersoras, unas e múltiplas, estáveis e dinâmicas. Apesar de considerar que a noção e a realidade da rede provoquem sentimento de ambigüidade, prefere tomá-la como um híbrido que revela uma mistura de várias racionalidades ajustadas pelo mercado e o poder público, mas, também, pela própria estrutura espacial.

Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros. Quando ele é visto pelo lado exclusivo da produção da ordem, da integração e da constituição de solidariedades espaciais que interessam a certos agentes, esse fenômeno é como um processo de homogeneização. Sua outra face, a heterogeneização, é ocultada, mas ela é igualmente presente (SANTOS, 1999, p. 222).

Scherrer-Warren (1998) fala em redes de movimentos caracterizadas como interações sociais — que tendem à horizontalidade em práticas políticas pouco formalizadas ou institucionalizadas — entre organizações da sociedade civil, grupos identitários e cidadãos mobilizados, engajados em torno de conflitos ou de solidariedades, de projetos políticos ou culturais comuns, elaborando a base de identidades e valores coletivos.

A rede constitui-se por meio de interações que visam à comunicação, à troca e à ajuda mútua e emerge a partir de interesses compartilhados e de situações vivenciadas em agrupamentos locais – a vizinhança, a família, o parentesco, o local de trabalho, a vida profissional etc (p. 59).

O conceito de redes sociais auxilia na compreensão da dinâmica das ações coletivas desenvolvidas contemporaneamente por diferentes atores. Para Scherrer-Warren, essa perspectiva teórica ajuda a entender a articulação entre local e global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo.

1.1 As trilhas da investigação

O arranjo produtivo de calçados estudado está situado ao sul do Estado do Ceará, na região do Cariri, especificamente no triângulo denominado “Crajobar”, formado pelas cidades vizinhas de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Essa formação surge espontaneamente, a partir de uma tradição artesanal de calçados de couro, que evoluiu para a indústria com iniciativas predominantemente locais. Na década de 1990 com a chegada de empresas de fora, o arranjo impulsiona a produção. O dinamismo do comércio de Juazeiro do Norte, induzido pela posição geográfica e por deter um dos maiores centros de romaria do País, é outro elemento impulsionador dessa atividade produtiva. A produção de calçados de couro foi substituída paulatinamente pelo sintético, hoje marca que é característica do arranjo.

As relações de cooperação informais e formais estão presentes entre micro, pequenos e médios produtores. Os vínculos se estabelecem entre os atores no cotidiano de suas comunidades e também nos espaços mais restritos das organizações coletivas específicas. As interações acontecem em função dos laços de amizade criados no setor, relações familiares ou mesmo religiosas, reforçando liames de confiança. As relações de cooperação envolvem, desde informações sobre modelos, produtos, inovações, empregados, fornecedores e clientes, até empréstimos de matéria-prima e equipamentos. Estas se mostram de maneira mais intensa, entre micro e pequenos produtores,

favorecendo o aprendizado coletivo e a transmissão de conhecimentos tácitos. Além dessas relações informais, os produtores se organizam em associações e sindicatos, o que permite também uma ação coletiva institucional.

O conhecimento desse espaço produtivo sucedeu quando cheguei à região para atuar como professora da Universidade Regional do Cariri (URCA). A vinda de uma grande indústria calçadista na cidade do Crato atraiu os olhares acadêmicos dos que tinham interesse pela temática. A visibilidade da arte de fazer calçados na região aflorou, tornando-se mais perceptível, pelo menos para os que chegavam, como eu, mas, de fato, uma visão mais apurada revelou que essa arte já estava entranhada no lugar, fazendo parte da tradição de um ofício que foi se desenvolvendo com suas peculiaridades e tessituras. O contexto e os questionamentos que a realidade suscitava estimularam a busca de respostas para as indagações. Foi na busca dessas especificidades que encontrei os argumentos expressos neste estudo.

Inicialmente, a pesquisa documental me permitiu trilhar o campo da política industrial do Estado, implementada a partir da década de 1990. Os planos do Governo, mensagens do governador e pesquisa em jornais de circulação estadual foram elementos fundamentais para compreender a chegada de grandes indústrias no interior do Estado. Este exercício foi adensado por investigações que já analisavam esse contexto de mudanças no Ceará, somadas aos estudos que tratavam das transformações políticas, econômicas e sociais em curso e seus efeitos no mundo da produção. A produção industrial organizada em forma de aglomerado chamou-me a atenção, conduzindo minha perspectiva para as especificidades desse tipo de organização produtiva. Este viés encaminhou-me a uma literatura sobre os distritos industriais, desde a perspectiva marshalliana às experiências da Terceira Itália, França, Alemanha e algumas práticas que começaram a

ser estudadas no Brasil, ainda de forma tímida, a partir do conceito de arranjos produtivos locais⁸.

Os fundamentos da Sociologia Econômica foram o prumo e o lastro para compreender a construção social dessa produção. Permitiu perceber como as relações sociais entre os atores e a vida econômica se entrelaçavam no âmbito do ambiente produtivo, ensejando significados. O papel dos atores foi referência fundamental, concebendo-os não como seres atomizados, mas a partir de uma sociabilidade permeada por trocas, conflitos, competições, reciprocidades, confiança, enfim, por uma rede de relações sociais. Destarte, as narrativas históricas dos atores foram os instrumentos para recompor trajetórias que informam os vínculos e nexos de união, seja no plano do cotidiano ou nos espaços de organizações coletivas, oferecendo-me o desenho sobre como as redes sociais entremearam-se no tempo e no espaço e mediaram as trocas.

Inicialmente, a aproximação com o campo aconteceu com a mediação de instituições que mantinham alguma relação com este setor produtivo, SENAI, SEBRAE, BNB, SINDINDUSTRIA, AFABRICAL, ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES CALÇADISTAS DO CRATO.

Busquei indicadores sobre o arranjo e a atuação das instituições junto ao setor. Estes contatos constituíram uma porta de entrada para a chegada até os produtores, a localização das empresas, produtores experientes e mais antigos no ramo, enfim, algumas particularidades do setor. Outra fonte de dados e aproximação com o campo foi operada por meio da Feira de Tecnologia e Calçados, que acontece, anualmente, na cidade de Juazeiro do Norte. Em 2004, aconteceu sua 7ª edição e tive a oportunidade de participar, pois foi o período escolhido para concluir a pesquisa de campo. Já havia feito presente a

⁸ Albagui e Brito (2002), Garofoli (1993), Pike e Sengenberger (2002), Pequer (2003), Collets (1993), Marshall (1996), Becattini (2002).

outra edição do evento, precisamente em 2002, momento de buscar dados sobre o arranjo produtivo e também apreender como aconteciam as relações que se estabeleciam entre produtores-produtores e produtores-instituições. O material para divulgação das feiras, tais como revistas, informes e catálogos de dados sobre as empresas participantes foi relevante subsídio para conhecer a dinâmica do arranjo e para conferir as peculiaridades da produção. O espaço também se mostrou fecundo para contatos diretos e realização de entrevistas. Na última edição, um representante do Centro Tecnológico do Couro, Calçados e Afins, de Novo Hamburgo – RS, concedeu entrevista, colocando-me a par da parceria e da cooperação desse órgão com os produtores e instituições do arranjo. Referido Centro trouxe uma fábrica-modelo, instalada no pavilhão da feira e com ela a amostra de novas tecnologias na área e a discussão da necessidade do apoio de instituições de pesquisa.

A escolha dos informantes aconteceu mediada pelos contatos feitos nessas ocasiões e por meio das instituições já contactadas. A partir de então, os fios foram tecidos, formando verdadeira rede de indicações e informações numa trama de relatos e descobertas.

As entrevistas foram realizadas sempre nos espaços produtivos, salvo a dos representantes de instituições. Em alguns casos, esses espaços eram as próprias residências que se adaptavam para a produção. Este momento foi oportuno para a observação da dinâmica do processo produtivo e do tipo de produto produzido. Na visita à sede da AFABRICAL, também pude observar as máquinas que ficam na instituição para uso coletivo dos associados, evidenciando uma estratégia típica do arranjo, como será analisado adiante.

Procurei contemplar a diversidade de perfis que caracteriza a produção e os produtores do arranjo quanto ao tamanho, tempo na produção e domínio do ofício. Foram entrevistados representantes da grande indústria, médios, pequenos e micro produtores locais, além de

produtores que trabalham de forma completamente artesanal. As características observadas me ofereceram elementos para compor uma classificação de cinco tipos de produtores: i) produtores artesãos ii) Antigos sapateiros; iii) antigos comerciantes que se tornaram produtores; iv) jovens produtores que detêm a arte do ofício; v) jovens comerciantes e técnicos que se tornaram produtores.

Entrevistei dezoito produtores e representantes de sete instituições ligadas ao arranjo (SEBRAE, SENAI, BNB, AFABRICAL, SINDINDÚSTRIA, APCC, CTCCA). Relativamente à metodologia optei por entrevistas semi-estruturadas, recurso que proporciona maior enriquecimento das informações, pois favorece a liberdade e espontaneidade do entrevistado, aspecto fundamental para apreender questões mais subjetivas.

O roteiro de entrevistas dos produtores envolveu sete pontos gerais: a) identificação do produtor e da produção; b) o arranjo produtivo; c) relações entre os produtores-pessoais e institucionais; d) o mercado; e) a qualificação e o saber-fazer; f) a entrada de empresas de fora; g) as relações pessoais e institucionais. A intenção foi, por intermédio do histórico do produtor e da família, no ofício e no arranjo, recuperar a história da formação do arranjo e suas características, para a compreensão das redes de relações sociais que se estabeleceram entre os produtores, observando os vínculos diretos entre estes atores e o surgimento das instituições. Procurei detectar como estes se percebiam inseridos no arranjo e em que medida este fato interferiu ou interfere na sua produção, na formação e ampliação e do mercado (as relações que permeiam a comercialização dos produtos e as peculiaridades), as estratégias individuais e coletivas, as relações competitivas, conflitos, disputas. Os temas da competição e do mercado levaram para a discussão da entrada de empresas de fora no arranjo, os contatos estabelecidos entre produtores locais, e os de fora, interferências e mudanças.

O texto está estruturado em cinco partes. A parte introdutória esboça as questões da pesquisa, objeto de estudo, a perspectiva teórica assumida e os caminhos percorridos para a investigação.

O segundo segmento apresenta o olhar da pesquisa a partir da perspectiva da nova Sociologia Econômica, evidenciando os caminhos que nortearam a compreensão do tema estudado, adentrando na discussão que envolve a formação de novos espaços produtivos, enfocando os aglomerados industriais.

O terceiro módulo — o espaço e o tempo — destaca as influências materiais e subjetivas que conformaram a vida produtiva e social do lugar, acompanhando o percurso da formação do arranjo produtivo, e as influências econômicas, políticas e sociais.

A quarta parte — o produtor e a obra — discute as redes de relações sociais fundadas entre os produtores, as tramas do mercado e a mediação institucional.

As considerações finais, de forma sumária, retornam às questões iniciais do texto, confrontando com os achados da pesquisa.



2 O OLHAR

2.1 OS CAMINHOS NORTEADORES

2.1.1 A contribuição da nova Sociologia Econômica para o estudo da temática

Outro campo de análise sociológica emergiu, apontando para uma renovação teórica, mobilizado pela Sociologia para analisar a vida econômica. Alexander (1987) dá mostras do esforço analítico da Sociologia no sentido de romper com as dicotomias ação/estrutura, cultura/força material. Neste “novo movimento teórico”, ação e ordem passam a ser vistas numa perspectiva dialética, rompendo com as abordagens substantivas e formalistas. O entendimento da complexidade que envolvem as relações e transformações sociais estimulam iniciativas que buscam ligar os planos micro e macro sociais, os processos individuais ao sistema social mais amplo. Numa abordagem formalista pertencente ao “*mainstream economics*”, o ator é orientado pela maximização da utilidade ao tratar-se do indivíduo, ou pela maximização do lucro ao tratar-se da empresa. A Sociologia Econômica, no entanto, percebe o ator como uma entidade socialmente constituída, como em interação ou ator em sociedade (SMELSER e SWEDBERG, 1994). O significado impresso na ação social vai realçar diferenças entre a abordagem dominante na economia e na sociologia econômica.

Para esta última, os significados são historicamente construídos e devem ser investigados empiricamente, assim como não são simplesmente derivados de pressupostos e circunstâncias externas(p. 05).

Os autores realizam um exercício comparativo entre as duas abordagens, evidenciando a noção de que na Sociologia Econômica, o ator é influenciado por outros atores e integra grupos e sociedades, como também mobiliza diferentes tipos de ação econômica, inclusive a ação racional. Neste caso, a racionalidade é apenas uma variável. A economia é vista como parte da sociedade, pois esta é a referência básica. As ações econômicas são constrangidas pela escassez de recursos, mas também pela estrutura social e pela atribuição de sentidos. Na perspectiva da Economia, o ator não é influenciado por outros (individualismo metodológico) e as ações econômicas são apreendidas intrinsecamente como racionais. A racionalidade, aqui, é pressuposto e não variável. O mercado e a economia são as referências básicas, a sociedade apenas é um dado.

Weber (2000) já havia pensado as diferenças entre Economia e Sociologia, advindo daí uma das referências teóricas dos fundamentos da Nova Sociologia Econômica. Em *Economia e Sociedade* aponta como a Teoria Econômica é percebida como a disciplina que direciona o seu foco apenas para o cálculo das conseqüências da ação econômica, desconsiderando a constituição social de tal ação. A Sociologia, por sua vez, elege a compreensão das motivações e da construção histórica e social das instituições econômicas como preocupação fundamental, como também a constituição das atividades econômicas.

Pode-se dizer que a Sociologia Econômica tem rica tradição, ancorada em clássicos como Weber, Marx, Durkheim e Simmel, e toma como princípios básicos alguns pressupostos, tais como: a ação econômica é uma modalidade da ação social; a ação econômica é socialmente situada ou embutida; instituições econômicas são construções sociais (GRANOVETTER e SWEDBERG, 2001).

Embora tanto a Economia como a Sociologia Econômica façam uso da ação econômica como uma formulação teórica básica, perspectivas

distintas separam as abordagens. O primeiro aspecto que já realça essas diferenças é o fato de que a economia lida com um ator fictício, (*Homo-economicus*) ao passo que a Sociologia considera pessoas reais nas suas interações e leva em conta o ponto-de-vista dos atores, significando que os aspectos culturais são considerados na análise sociológica. Neste aspecto, o instrumental ortodoxo usado pela Economia, que toma como base a idéia de que as ações econômicas são determinadas pelo egoísmo, é completamente rejeitado pela Sociologia, pois esta compreende que nenhuma ação econômica acontece num espaço abstrato, sempre existindo um contexto social mais amplo que afeta as ações do indivíduo e que interfere no puro egoísmo.

2.1.2 Karl Polanyi e o lugar da Economia na sociedade

A importância dos fatores sociais para a vida econômica é retomada a partir da obra de Karl Polanyi (2000)⁹, que nos ajuda a pensar o lugar da Economia na sociedade. A reflexão sobre a construção social do mercado torna-se um eixo para discussão que se guia por outros atalhos, em detrimento do pensamento Econômico dominante. Essa compreensão se traduziu no entendimento de que os fenômenos econômicos encontram-se submersos ou incrustados (*embeddedness*)¹⁰ pelo todo social do qual fazem parte, abrindo então o caminho para uma inseparabilidade do econômico em relação ao social.

A partir de uma retomada da formulação de Polanyi acerca da imersão social da economia, temas de pesquisa, tais como o desenvolvimento do mercado, a formação de grupos empresariais e a ação econômica

⁹ A Grande Transformação, principal obra do autor foi publicada em 1944.

¹⁰ O termo *Embeddedness*, vem sendo traduzido por incrustação ou enraizamento.

em geral, passam a fazer parte das investigações sociológicas até então afastadas desta área do conhecimento.

Tomando por base estudos históricos e antropológicos, Polanyi (2000) recupera a dinâmica dos sistemas econômicos nas sociedades pré-capitalistas e evidencia a maneira pela qual as motivações econômicas *se originam no contexto da vida social*. A sua compreensão é de que o sistema econômico não passa de mera função da organização social, *ou seja, “a economia do homem como regra está submersa em suas relações sociais” (p.65)*.

Ao realizar uma distinção do sentido do termo Economia, o autor toma-o como *formal e substantivo*. O formal, definido como a Economia Clássica — surge do caráter lógico da relação meio/ fim — e o substantivo — denota os meios de sustento do homem. Na verdade, o autor tece críticas a uma teoria econômica, que, para ele, não consegue dar conta das diferenças fundamentais entre sociedades capitalistas e pré-capitalistas. O modelo de economia formal, em que o indivíduo potencializa ganhos econômicos mediante relações competitivas, não se generaliza a todas as sociedades, pois nem todas alocam recursos escassos para maximizar a eficiência da produção. Ao contrário, a satisfação da subsistência é estruturada também em laços de parentesco, da religião ou de outras práticas culturais, com pouca relação com a alocação de recursos.

Polanyi apresenta uma crítica contundente à visão ortodoxa, que perde de vista a importância desse tema, o qual é apontado como algo superado, pois, ao privilegiar o estudo das sociedades capitalistas, assume a barganha e a troca como referências obrigatórias do comportamento social ao longo da evolução histórica.

Esse viés de pensamento, na fala do autor, influenciou toda uma geração de pensadores, que, ao desconsiderarem as sociedades “não civilizadas”, não captaram as inúmeras semelhanças entre elas e as

sociedades “civilizadas”, perdendo de vista um bom caminho para a compreensão dos problemas do nosso tempo.

Weber é citado, contudo, como um dos primeiros entre os historiadores da Economia moderna a perceber o valor da compreensão das economias primitivas para entender motivações e mecanismos das sociedades civilizadas, posição esta assumida pela Antropologia Social.

Discordando de Adam Smith, Polanyi (2000) argumenta que o lucro e o ganho não foram os impulsionadores da Economia nas sociedades que antecederam o mundo capitalista. Nenhuma Economia anterior à nossa época existiu que fosse controlada por mercados. O papel representado pelo ganho e o lucro nas trocas não teve importância significativa, embora reconheça que a instituição “*mercado sempre esteve presente na história humana, mas o seu papel era apenas incidental na vida econômica*” (p.62). Os mercados não passavam de acessórios de uma estrutura institucional que, para Polanyi, era controlada e regulada pela autoridade social.

Ele [O homem] não age dessa forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem aos seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo (2000, p.65).

Os argumentos em torno de sua tese o levaram a travar mais uma polêmica sobre a idéia da divisão do trabalho, atrelada à existência do mercado defendida por Smith, o que justifica a propensão do homem a permutar e barganhar. A divisão do trabalho, para Polanyi, é um fenômeno antigo que se origina nas diferenças de sexo, condições geográficas e capacidades individuais. Além do mais, essas sociedades

garantiam a sobrevivência do conjunto dos seus membros, permitindo assim a manutenção dos laços sociais.

O próprio Polanyi levanta um questionamento, que suscita indagações: se não existem a motivação do lucro nem o princípio de trabalhar sendo retribuído, como se garantiria a ordem na produção e na distribuição?

Dois princípios de comportamento são apresentados pelo autor que servem de exemplos para responder a tal questionamento: a reciprocidade e a redistribuição, princípios estes efetivados por meio da ajuda de modelos institucionais, a simetria e a centralidade.

A reciprocidade corresponde à relação estabelecida entre diversas pessoas mediante uma seqüência duradoura de ofertas mútuas (dom e contra-dom). A reciprocidade é uma conseqüência fundada sobre a oferta (prenda) como fator elementar, ou seja, a existência do dom implica a criação do contra-dom. O aspecto essencial da reciprocidade é que as transferências são indissociáveis das relações humanas. Apesar da grande variedade de motivações possíveis, o dom tem um elemento invariável, qual seja, a troca não é despersonalizada, uma vez que não pode ser separada do cumprimento de obrigações sociais. O fundamento do dom é que os objetos trocados não são distinguíveis/separáveis de quem os oferece, representando, essencialmente, uma relação social. A reciprocidade é facilitada pelo modelo institucional da simetria, traço freqüente da organização social dos povos sem escrita.

A redistribuição é o princípio pelo qual a produção é remetida a uma autoridade responsável pela distribuição. Isto supõe uma fase de armazenamento e estocagem entre o momento da recepção e da repartição. É o modelo institucional da centralidade que supõe uma autoridade e uma divisão do trabalho entre os representantes desta autoridade e os outros membros do grupo em geral. Como as relações

do grupo dirigente com os grupos dirigidos diferem segundo as bases do poder político, a redistribuição implica processos que vão desde a divisão livremente consentida, ao medo do castigo. Quer se trate da tribo, da Cidade-Estado, do despotismo ou do feudalismo; o centro do poder é ocupado pelo chefe, o templo, o déspota ou o senhor, e o modo como realizam a distribuição dos bens e serviços é, freqüentemente, um meio de aumentar seus poderes. Reforçando ainda mais a sua posição, Polanyi explica:

Enquanto a organização social segue a sua rotina normal, não há razão para a interferência de qualquer motivação econômica individual; não é preciso temer qualquer evasão do esforço pessoal; a divisão do trabalho fica assegurada automaticamente; as obrigações econômicas serão devidamente desempenhadas e, acima de tudo, estão assegurados os meios materiais para uma exibição exuberante de abundância em todos os públicos. Numa tal comunidade, é vedada a idéia do lucro; as disputas e os regateios são desacreditados; o dar graciosamente é considerado como virtude; não aparece a suposta propensão à barganha, à permuta e à troca. Na verdade, o sistema econômico é mera função da organização social (2000, p.69).

A construção social do mercado, na concepção de Polanyi, constituiu uma contraposição empiricamente ancorada na idéia de *autonomização* do mercado perante a vida social. A lei de mercado realiza-se como princípio fundamental no momento em que a permuta, a troca e a barganha criam o mercado como uma instituição específica isolada e com motivações próprias, deslocando o sistema econômico das relações sociais nas quais estava submerso. A vinculação inverte-se, as relações sociais encontram-se embutidas no sistema econômico.

Acompanhar os ciclos históricos não significa apresentar esta inversão como um fenômeno necessário e inexorável do desenvolvimento socioeconômico do capitalismo. O mercado auto-regulável não é um princípio natural da estruturação da sociedade, mas é um artifício

criado pelo isolamento da atividade econômica em um dado momento da história. As relações econômicas institucionalizam-se e corrompem o sistema social, desativando seus princípios organizadores. Este é o conteúdo satânico do mercado, expressa Polanyi.

2.1.3 - A nova Sociologia Econômica e as redes sociais

O impulso inicial da nova Sociologia Econômica (NSE) — expoente deste novo movimento teórico — é dado por Mark Granoveter que, ao publicar o artigo *Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness*, torna-se uma referência nesta área, reavivando o conceito de *embeddedness*, antes acentuado por Karl Polanyi.

Granovetter e Swedberg (2001) comentam que a visão de Polanyi sobre *embeddedness*, é, em parte, limitada, válida para explicar as motivações não econômicas e a ausência de competitividade dos sistemas econômicos pré-capitalistas, incluindo o mercantilismo, mas inadequada, por não reconhecer que, no sistema de mercado, essas características também estão presentes, embora não sejam predominantes. A oposição assumida por Polanyi à visão atomística, encerra-se no advento da lógica industrial, em face da soberania do preço como orientador do mercado, aspecto do qual os autores discordam e argumentam que nem toda sociedade pré-capitalista estava livre desse aspecto, como também, nas sociedades capitalistas, nem toda ação econômica é desenraizada de motivações não econômicas.

Outro ponto abordado por Granovetter (2003) refere-se à complexidade do homem como ser social, e nem a Ciência Econômica nem a Sociologia tradicionais dão conta do tema. Na primeira, ele é subsocializado, seguindo a tradição do utilitarismo — segundo o qual, em mercados competitivos, produtores e consumidores não influenciam

o abastecimento ou a demanda e, portanto, os preços ou qualquer outro termo do comércio. Na segunda, é sobressocializado, pressupondo que os padrões de comportamento foram internalizados, tendo as relações sociais, apenas, um efeito sobre o comportamento.

O autor salienta que, apesar do aparente contraste entre as concepções subsocializada e sobressocializada, deve-se assinalar uma ironia de enorme importância teórica: ambas coincidem na idéia de que as ações e as decisões são levadas a cabo por atores atomizados.

Granovetter introduziu a idéia do papel e da importância das redes sociais na análise da vida econômica, e também realçou algumas diferenças que separam a velha Sociologia Econômica, especialmente a que existiu nos anos 1950, nos Estados Unidos (representada por Parsons e Smelser), da nova versão. A NSE assume uma atitude crítica da Economia neoclássica, aspecto respeitado pela antiga.

Ao propor uma teoria sociológica da ordem econômica, Granovetter aponta na perspectiva de romper com a atomização dos atores sociais, aspecto que define as interpretações “formalistas” e “substantivistas”, ambas características das diferentes visões das ciências sociais. A primeira, baseada no *Homo economicus* e mais próxima da Economia; a segunda, esteada numa determinação completa da ação pela estrutura, ligada à Antropologia do pós-guerra.

No *embeddedness approach*, o autor entende que a organização da atividade econômica, assim como a questão da confiança, devem ser analisadas mediante o estudo concreto das redes sociais.

Um dos pressupostos da nova Sociologia Econômica é que as empresas operam no âmbito de um ambiente socialmente enraizado, no qual valores culturais e convenções moldam o comportamento econômico dos agentes, isto é, as escolhas não são compelidas apenas por fatores econômicos e tecnológicos, mas também por limites

estabelecidos socialmente, ao passo que, na tradicional Teoria do Gerenciamento Estratégico, a vantagem competitiva é uma combinação de capacidades distintivas internas à firma e oportunidades percebidas nas condições externas.

Indivíduos e firmas não tomam decisões baseadas em estrita racionalidade econômica, nem são motivados a otimizar em função das escolhas econômicas disponíveis, mas sim a responder positivamente às interações sociais. Na noção de “enraizamento social”, não se questiona se as convenções de mercado estão ou não subordinadas ao social. Isto é um pressuposto.

2.2 OS NOVOS ESPAÇOS PRODUTIVOS - OS AGLOMERADOS INDUSTRIAIS EM FOCO

2.2.1 O contexto das mudanças

Mudanças estruturais evidenciam-se no âmbito do capitalismo mundializado, em decorrência das quais acontecem as transformações no mundo da produção e do trabalho. Nas palavras de Harvey (1992), testemunhamos uma transição histórica longe de completar-se, pois alguma coisa significativa mudou no modo de funcionamento do capitalismo nas últimas décadas, embora considere que a lógica inerente da acumulação capitalista e de suas tendências de crise permaneça a mesma. Para o autor, as transformações na sociedade contemporânea ocorrem nas práticas culturais e político-econômicas, entendidas como novas maneiras de experimentar o tempo-espaço. A compressão desse novo ciclo tempo-espaço implica a análise da emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital.

A emergência de novos paradigmas tecnológicos permitiu a incorporação da microeletrônica e de recursos tecnológicos informacionais nas estruturas produtivas. O uso estratégico desses recursos promoveu mudanças significativas no paradigma tecnológico de produção industrial. Essas mudanças se concretizam numa complexa cadeia, envolvendo, desde os sistemas técnicos, às estruturas industriais (que se tornam mais descentralizadas e flexíveis), passando pela estrutura do capital, agora sob a égide do sistema financeiro em escala internacional, e na forma e conteúdo tanto da organização do trabalho, quanto das formas de contratação (BENKO, 2002).

Diante desse contexto, novos cenários competitivos entram em cena, demandando formas de produzir distintas dos modelos tayloristas e fordistas¹². A produção flexível, com base na microeletrônica, procura responder aos desafios do mercado mundial, que exige maior competitividade e qualidade do produto, além do atendimento às novas demandas do consumo. A adaptabilidade dos equipamentos microeletrônicos permite atender às exigências de produtos diferenciados. Novas formas de organização do trabalho são estabelecidas, passando a exigir um trabalhador polivalente, (configurando uma redefinição da divisão do trabalho), com atitudes ligadas a responsabilidade, cooperação, criatividade e adaptabilidade. Consoante essa nova racionalidade, a desregulamentação é um aspecto que (re)define as relações de trabalho, caracterizando-se pela redução de trabalhadores fixos, e desestabilização de trabalhadores estáveis. O novo paradigma define-se com a precarização do emprego mediante a flexibilização dos contratos de trabalho, o fim dos contratos por tempo indeterminado e a adoção do trabalho temporário, em tempo parcial e subcontratado. Esse dinamismo do setor produtivo e os novos padrões na organização produtiva passam a ser definidos como *sistema flexível*.

O avanço qualitativo nas tecnologias de informação permitiu a reformulação de estratégias de produção e distribuição das empresas e a formação de grandes *networks* (DUPAS, 1999). A organização da

¹² O taylorismo é um sistema de organização do trabalho, que toma por base a separação entre concepção e planejamento e execução, a fragmentação, especialização das tarefas e controle de tempos e movimentos. O Fordismo (modelo de desenvolvimento/regime de acumulação) fundamentou-se em uma produção industrial estandardizada, apoiada num consumo de massa – que permitiu o desenvolvimento da produção em massa – e em seu estabelecimento com a ajuda de forte intervenção do Estado visando regular a demanda efetiva em virtude do crescimento da produção. No plano político, essa intervenção se traduziu na emergência do Estado providência. Esse tipo de organização econômica fordista atingiu os próprios limites no fim dos anos 60, entrando então numa fase de crise. Ao mesmo tempo – desde os anos 80 — observam-se os primeiros sinais do advento de novo período de desenvolvimento do capitalismo, fundado numa flexibilidade crescente tanto ao nível econômico como no social. É essa observação que levou vários autores a chamar o novo período pós-fordista em emergência do regime de acumulação flexível. (BENKO, 2002 p. 28)

atividade produtiva altera-se para além da busca de mercados globais, pois ela própria passou a ser global. A rede de produção e troca de mercadorias que se estabelece no contexto mundial, afeta também as relações políticas, sociais e culturais entre as diversas nações, atualmente ampliadas pelas profundas transformações decorrentes da aplicação das inovações científicas e tecnológicas na área da comunicação. Embora esse fenômeno não seja novo, no contexto atual, assume configurações sem precedentes.

O mercado financeiro, também atingido pela revolução tecnológica, permite a constituição de novos espaços produtivos, orientados pela mobilidade do capital e suas estratégias de expansão e acumulação.

A hierarquização e a divisão internacional do trabalho aparecem sob a forma de articulações diferenciadas entre as dinâmicas e fluxos de capital diante do conjunto das conexões originadas com os diferentes territórios nacionais e locais.

Os diversos lugares são conectados e atravessados pelas redes multinacionais, pelas relações e dinâmicas definidas pela diversidade dos seus modos de organização social, assim como, pelos conflitos entre os modos específicos de inserção e conexão na economia internacional. As áreas diferenciadas da economia-mundo são como fragmentos de um mesmo sistema que, na sua enorme diversidade, são submetidas ao mesmo jogo de controle através dos padrões de organização e atravessamento dominantes no modo de produção capitalista (BOCAYUVA, 2003, p. 02).

Um aspecto a considerar é que essa mundialização da economia diz respeito a um padrão de acumulação que caracteriza o atual desenvolvimento do capitalismo na contextura mundial. Para Sousa Santos (2002), esse padrão consegue dissocializar o capital, desprendendo-o dos vínculos sociais e políticos que no passado permitiram certa distribuição social. Ao mesmo tempo, submete a sociedade à lei do valor, com base no pressuposto de que toda a atividade social é mais bem organizada quando sob a forma de

mercado. Outro aspecto é que ele não é homogêneo, configurando-se mais como um processo contraditório e não como uma tendência uniforme. Como diz Ianni (1999, p. 91), o mundo se torna grande e pequeno, homogêneo e plural, articulado e multiplicado.

Consoante a perspectiva de Ianni, a globalização tende a desenraizar as coisas, gentes e idéias, produzindo um processo de desterritorialização, característica da sociedade global em formação. Envolve os aspectos econômicos, políticos e culturais, e significa que toda a vida social, de certa forma, é alcançada por deslocamentos ou dissoluções de fronteiras, raízes, centros decisórios, pontos de referência. *“As relações, os processos e as estruturas globais fazem com que tudo se movimente em direções conhecidas e desconhecidas, conexas e contraditórias”* (Ianni, 1999, p. 95).

As formas diferenciadas de integração e disputa na economia mundial produzem um desenvolvimento espacialmente desigual. A hegemonia do pensamento neoliberal atuou de forma negativa nas capacidades nacionais de promoção do desenvolvimento, ocasionando uma dependência crescente dos países periféricos ao capital transnacional, com implicações na destituição de direitos sociais em nome da lógica de mercado.

Santos explica tal idéia, lembrando que dentro do mundo capitalista unem-se, de forma desigual e combinada, países ativos, de onde surgem as grandes mudanças e que delas usufruem, e países passivos, nos quais grande parte da humanidade vive na pobreza em seus diversos níveis de intensidade. Para o autor, *“modernização e agravamento da desigualdade têm sido constante, constituindo, aliás, o lado perverso da difusão do progresso sobre a face do planeta”*(1998, p. 36).

O avanço da ciência e da técnica permitiu grande desenvolvimento nas diversas áreas do saber. Conduziu o homem a um maior conhecimento

e domínio sobre a natureza. Alcançamos as condições que permitem melhor qualidade de vida na Terra e maior controle sobre ela, no entanto, esse avanço não se reverteu para a humanidade como um todo.

Esse contexto põe em xeque o mito do desenvolvimento econômico¹³ que não foi capaz de cumprir sua promessa nos planos político, econômico social e ambiental.

2.2.2 Outras vias de desenvolvimento

A abrangência da exclusão social, no âmbito internacional, assume enormes proporções, o que a torna algo "disfuncional" ao sistema, assim como as agressões constantes ao meio ambiente arisca o futuro da vida na Terra. Esses dados demonstram a crise dos postulados do desenvolvimento até então reinantes e a necessidade de novos conceitos, idéias e percepções que possam orientar os processos de desenvolvimento.

Principalmente na última década, assistimos a uma fertilidade de propostas e experiências que procuram caminhos e opções de desenvolvimento que permitam combater as desigualdades e a exclusão social, estabeleçam harmonia entre as necessidades básicas humanas e as capacidades limitadas da natureza.

¹³ Com o surgimento das sociedades modernas, o desenvolvimento foi sendo relacionado à dimensão econômica (produção de riquezas), tendo como referência o progresso técnico — científico e o consumo de bens. Essa noção de desenvolvimento se ancora na idéia de que o progresso é inerente às sociedades agrárias que naturalmente passam para as sociedades industriais, uma forma de evolucionismo que assegura a toda e qualquer sociedade um futuro garantido. A lógica é clara: o progresso é uma meta utilitarista e situa a economia acima de outros valores e finalidades de promoção da vida humana. Cria-se, assim, o mito do desenvolvimento econômico. Essa utopia desenvolvimentista garantiu que o desenvolvimento das forças produtivas e a ampliação da economia resolveriam os problemas de escassez, de injustiça e de mal-estar da humanidade. Com o domínio da técnica, a humanidade assegura o seu próprio domínio. (BAVA, 2002)

O tema desenvolvimento ganhou adjetivos que passam por: humano, sustentável, endógeno local e regional, integrado, dentre outros. Essa apropriação semântica acontece tanto por parte de movimentos organizados da sociedade civil, que vêm lutando pela inclusão social numa perspectiva emancipatória, como por empresas, governos e instituições de várias ordens, que se apresentam como atores preocupados com a solução dos problemas sociais. Isto nos situa diante de um desafio de enorme importância: saber diferenciar as propostas que só vão amortecer as crises e conflitos e as propostas que apostam na emancipação social.

Neste sentido, uma perspectiva de desenvolvimento que tenha como meta a transformação do quadro atual não pode ser avaliada só pelo nome que carrega (embora os termos evoquem significados), mas, pela possibilidade de inclusão que consiga articular. O desenvolvimento incluyente, visto como uma construção social, caminha lado a lado com os movimentos sociais organizados, e estes se tornam protagonistas importantes, pois, ao perseguirem um projeto de mudança e uma prática política participativa, poderão criar as condições para reequilibrar a correlação de forças da sociedade.

Os organismos internacionais, como a ONU e o Banco Mundial, diante das crises e da exclusão de milhões de pessoas, reelaboram seus postulados e incorporam o conceito de desenvolvimento humano. Este conceito é a base do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), publicado anualmente através do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH). Ele parte do pressuposto de que, para medir o desenvolvimento de uma população, não basta considerar apenas a dimensão econômica, mas também as características sociais, culturais e políticas que interferem na qualidade de vida. Esse enfoque é apresentado desde 1990 nos RDHs que enfocam temas ligados ao desenvolvimento humano e reúnem tabelas estatísticas e informações sobre o assunto. O relatório está sob a responsabilidade do PNUD

(Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e é publicado em dezenas de idiomas, em cerca de cem países.

Essa idéia de desenvolvimento humano teve muito a influência de Amartya Sen, economista indiano e integrante do Banco Mundial, prêmio Nobel de Economia em 1998. Sen dedicou uma de suas obras ao tema — “Desenvolvimento como liberdade”. Ele nos adverte de que, para uma concepção adequada de desenvolvimento, não poderemos nos apegar apenas à acumulação de riquezas e ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), com a industrialização, o avanço tecnológico ou outras variáveis ligadas à renda, o que seria estreiteza de visão. Embora concorde com a importância destes aspectos para a expansão das liberdades, verifica que *a liberdade depende de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (serviços de saúde e de educação) e os direitos civis — liberdade de participar das discussões e averiguações públicas — (SEN, 2000, p. 17)*. O desenvolvimento deve estar relacionado especialmente à elevação da qualidade de vida e das liberdades de que desfrutamos, e que a qualidade de vida deve ser medida não pelas riquezas, mas pela liberdade. Entende, ainda, a pobreza não como problema puramente econômico, de falta de crescimento econômico, mas falta de capacidade de desenvolver potencialidades e aproveitar oportunidades. A liberdade, para o autor, está relacionada aos processos que permitem o agir e a livre tomada de decisões, como também às oportunidades reais que as pessoas têm em função das circunstâncias pessoais e sociais. O foco nas liberdades proporciona uma vida mais plena, o que permite pôr em prática nossas vontades, interagir e influenciar o mundo em que vivemos. Dentre as formas de privação de liberdade, Sen destaca desde a negação à liberdade básica de sobreviver a milhões de pessoas, em razão das fomes coletivas, até a liberdade política e os direitos civis básicos.

A Organização das Nações Unidas (ONU) também abandona o conceito de desenvolvimento econômico e passa a utilizar as expressões

desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável. Nos anos de 1990, os organismos internacionais que lidam com o desenvolvimento começam a distinguir quatro tipos de capital na avaliação de projetos de desenvolvimento.

- capital natural - recursos naturais de que é dotado um país;
- capital financeiro - aquele que é produzido pela sociedade e se expressa em infra-estrutura e bens de capital imobiliário, entre outros;
- capital humano - definido pelo grau de saúde, educação e nutrição de um povo; e
- capital social - que expressa a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção.

Ainda nos anos 1970, a UNESCO já definiu desenvolvimento integrado como um processo total, multirrelacional e que inclui todos os aspectos da vida de uma coletividade, de suas relações com o resto do mundo e de sua consciência. Na mesma década, a UNESCO apresenta o conceito de desenvolvimento endógeno, contrapondo-se ao desenvolvimento em estádios característicos de doutrinas desenvolvimentistas tradicionais, refutando a imitação de modelos de sociedades industriais e chamando a atenção para a necessidade de se levar em conta as especificidades de cada país.

O termo “integrado” surge como reação à “camisa -de -força” das definições econômicas do desenvolvimento, incorporando dimensões sociais e preocupações ambientais, exemplificadas pela Agenda 21: prudência ecológica, eficiência econômica e justiça social.

O Índice de Desenvolvimento Humano permitiu uma avaliação qualitativa do desenvolvimento, representando um avanço em relação aos indicadores anteriores. A divulgação dos resultados nos últimos

anos suscita discussões e polêmicas na sociedade como um todo ao fazer comparações entre os distintos países.

2.2.3 O desenvolvimento com base endógena — o enfoque no local

Dentre as propostas e experiências que buscam opções e caminhos de desenvolvimento, a promoção do desenvolvimento via planejamento localizado, com ênfase nos territórios, é a utopia mobilizadora do início deste século. Incorporada a atores sociais diversos (governos municipais, agências de desenvolvimento, ONGs, empresas, universidades), tornou-se tema de discussão, pesquisa e guia de experiências produtivas em várias partes do Planeta. Acabou incorporando uma disputa em torno do significado do conceito, desenhando distintos horizontes, limites e possibilidades (BAVA, 2002). Envolve desde as experiências que se enquadram dentro da “guerra dos lugares”¹⁴, passando pelos arranjos produtivos locais, (foco de interesse neste estudo) e as que comungam dos princípios do dom e da solidariedade, como é o caso da Economia Solidária.

O resultado é um interesse crescente sobre as várias formas de desenvolvimento regional e local que partem de um esforço interdisciplinar. A Economia, a Geografia, e a Sociologia buscam a compreensão de aspectos, tais como a cultura local, o comportamento da sociedade civil, a organização institucional e produtiva etc. Merecem

¹⁴ Para Santos, se o mundo se tornou possível com as técnicas contemporâneas, a multiplicação da produtividade só acontece, porque os lugares conhecidos em sua realidade material e política distinguem-se exatamente pela diferente capacidade de oferecer às empresas uma produtividade maior ou menor. É como se o chão, por meio das técnicas e das decisões políticas que incorpora, constituísse um verdadeiro depósito de fluxos de mais - valia, transferindo valor às firmas nele sediadas. A produtividade e a competitividade deixam de ser definidas apenas em razão da estrutura interna de cada corporação e passam, também, a ser um atributo dos lugares. E cada lugar entra na contabilidade das empresas com diferentes valores. A guerra fiscal é, na verdade, uma guerra global entre lugares (SANTOS, 1999b).

atenção, especialmente, os arranjos sociais que permeiam essas relações.

No rastro dessas possibilidades, as relações socioespaciais passam a ser encaradas como *locus* capaz de estabelecer novos arranjos, sejam produtivos, sociais ou políticos. O desenvolvimento endógeno é realizado de “baixo para cima”; parte das potencialidades socioeconômicas, ambientais e humanas do local; estrutura-se a partir dos próprios atores locais e não de um planejamento centralizado; toma por base os princípios de cooperação, solidariedade, equidade e participação numa perspectiva de mudanças que elevem as oportunidades sociais e as condições de vida da população.

O desenvolvimento local é, portanto, o território em movimento. São as alterações das estruturas presentes (herdadas), a partir do jogo dos atores sociais, que dá corpo e ação às idéias e projetos.

Santos (2002) nos fala de uma noção de território, herança da Modernidade incompleta, e os seus conceitos puros, que rompem séculos e ainda permanecem em vigor. Fundamento do Estado-Nação, o território era subordinado e definido por este. A dialética do mundo concreto, vivenciada no presente, permite uma evolução da idéia de Estado Territorial para a noção de transnacionalização do território. Para o autor, é o tipo de conceito que sempre deve estar em revisão contínua, pois se trata de um híbrido. A realidade atual vivenciada é de uma interdependência universal dos lugares. Embora considere que, mesmo quando tudo não era território “estatizado”, não se pode falar de uma completa transnacionalização, exatamente pela capacidade que o território habitado tem de criar sinergias, impondo ao mundo uma revanche, mesmo nos lugares onde os canais da mundialização se mostram eficazes e operantes. O território pode ser visto como formas, mas também é objeto e ação, quando se trata do território usado; daí é que o autor o concebe como espaço humano e espaço habitado. Reconhece que, mesmo a análise da fluidez, posta à disposição da

competitividade que rege as relações econômicas, passa por este fio. Considerando o contexto atual, Santos vê no território, hoje, novos recortes, que permitem ir além da velha categoria região, fruto do novo estabelecimento do espaço e do novo funcionamento do território, mediante o que ele chama de “horizontalidades” e “verticalidades”.

As horizontalidades são os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades são formadas por pontos distantes uns dos outros, formados por todas as maneiras e processos sociais. O território é a arena da oposição entre o mercado – que singulariza- com as técnicas da produção, a organização da produção, a Geografia da produção e a sociedade civil- que generaliza – e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de mercado, o território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto-de-vista dos atores hegemônicos) enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações (SANTOS, 1999).

Abramovay reforça o argumento que, em torno dos territórios, existem certos modelos mentais partilhados e comportamentos que formam uma referência social cognitiva, materializada numa certa forma de falar, em episódios históricos e num sentimento de origem e de trajetórias comuns. *Os territórios não são definidos pela objetividade dos fatores de que dispõem, mas, antes de tudo, pela maneira como se organizam* (ABRAMOVAY, 2000, p. 08).

Reis (1997) nos fala de condições, para se consolidar o adensamento do desenvolvimento do interior, podendo este ser alcançado na medida em que se atingem determinados limiares de densidade, seja socio-econômica, demográfica, cultural, urbana, profissional ou de equipamentos. Este percurso torna-se possível por meio das inter-relações dos territórios e da intensificação das inter-relações organizativas dos diferentes atores locais. A questão a saber é: em que

condições estas inter-relações podem ocorrer? Para esse autor, estas se tornam possíveis na medida em que os espaços a desenvolver valorizem as suas culturas materiais, entendendo que cada território tem um saber-fazer essencial, como também as culturas simbólicas, pois estas representam a base mais sólida da auto-estima.

Diante das questões trazidas à colação, o entendimento do território torna-se um lastro importante para se pensar as dinâmicas dentro de um determinado espaço. Reis já anuncia o território não apenas como uma realidade geográfica ou um suporte físico para a vida, pensando-o numa perspectiva mais alargada e interativa.

Os territórios são meios de vida, patamares de organização coletiva, contextos de ação e de iniciativas. São recursos em que as pessoas se reconhecem e que por isso, utilizam. Os territórios são, também, a base precisa para que se exerçam solidariedades e se mobilizem capacidades. Eles formam-se pela proximidade e consolidam-se pelas relações de que são parte. Um território não integrado em relações importantes, insularizado, remetido para a sua natureza básica de espaço geográfico não é, verdadeiramente, um território - é apenas um espaço confinado (2000, p. 02).

Daí poder pensar o território não apenas como um conjunto neutro de fatores naturais e de recursos humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos produtores. Eles se constituem, também, por laços informais, por modalidades não mercantis de interação, formadas ao longo do tempo e que moldam certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais. Vivenciar um mesmo território abre possibilidades para que conhecimentos e experiências possam ser compartilhados, permitindo uma coesão maior ou menor e o estabelecimento de relações de confiança entre atores sociais.

Dentro desse campo de possibilidades, o território assume papel fundamental no funcionamento das economias, na formação das dinâmicas coletivas e no exercício das políticas públicas, aspectos

relevantes, quando o foco da análise incide sobre as relações entre produtores e empresas e entre estes e instituições dentro de um espaço geográfico determinado.

Muitas clivagens, entretanto, estão alindo o conceito de desenvolvimento local, gerando questionamentos sobre o papel do local diante do da globalização. O desenvolvimento local está confinado aos limites do local sem relações com o global? Ele tem condições de se contrapor à racionalidade global?

Santos nos ajuda a remover esse busílis. Ele diz que a ordem global tenta impor uma racionalidade a todos os lugares, mas estes respondem a isto com variadas formas de sua própria racionalidade. *É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o mundo depende das virtualidades do lugar (SANTOS, 1999, p. 271)*. Para o autor, as regiões são, portanto, o suporte e a condição das relações globais que, sem elas, não se realizam.

Paradoxalmente, é na dimensão local, que a resistência e o conflito diante dos mecanismos dominantes surgem como contra-estratégias. O debate é composto por diferentes posições pautadas em reflexões mais gerais e em experiências espalhadas pelo mundo.

Para Bocayuva (2003), o desenvolvimento local não deve ser visto como mero localismo, mas como um conjunto de respostas a conflitos dados pelas forças sociais e produtivas presentes num dado território.

As ações que incidem e comprimem o espaço local, na sua conexão com a dimensão nacional e global, desencadeiam processos de exclusão, subordinação, adaptação e reação, conforme as forças sociais, a organização política e os arranjos sócio-produtivos locais. Os modos de organização e os recursos das sociedades, observados dentro do enfoque do espaço e das relações sociais, são a ponta de lança para a criação de iniciativas voltadas para a possibilidade de

outras vias de desenvolvimento (BOCAYUVA, 2003, p. 05).

A posição de Sousa Santos (2002) caminha na mesma direção. Tomando como referência iniciativas e visões econômicas em diversos países, inclusive o Brasil, o autor traz à discussão um desenvolvimento que ele denomina de “alternativo”¹⁵. Nesta perspectiva, privilegia-se o local como base, de “baixo para cima,” tendo como ator principal a sociedade civil. Inspira-se nos valores da igualdade e da cidadania e a meta a ser perseguida é a inclusão plena dos setores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados do desenvolvimento. As experiências criam espaços econômicos em que os princípios da solidariedade, da igualdade e do respeito à natureza são priorizados. O grande desafio na perspectiva do autor é a combinação de opções que sejam, ao mesmo tempo, viáveis e emancipatórias, com as condições de sobreviver sob o domínio capitalista, incorporando valores e formas de organização opostas a este.

Becattini (2002) observa dinâmicas próprias nas experiências de desenvolvimento local, e não somente o reflexo da reorganização internacional do capital. Os argumentos do autor são respaldados por uma análise socio-econômica dos distritos industriais italianos, ressaltando um sistema de valores que, de certa forma, condiciona aspectos da vida local, constituindo uma simbiose entre atividade produtiva e vida comunitária. Somado a este sistema de valores, há um conjunto de instituições normas e regras na difusão desses valores e repasse entre gerações, envolvendo mercado, escola, igreja. Outros segmentos, tais como autoridades e organizações políticas locais, além de instâncias públicas e privadas, econômicas, políticas, culturais, religiosas e de solidariedade social, são as bases para o

¹⁵ Sousa Santos (2002) expressa que: Na falta de um termo melhor, as práticas e teorias que desafiam o capitalismo são frequentemente qualificadas como “alternativas”, neste sentido, fala-se de uma globalização alternativa, de economias alternativas, de desenvolvimento alternativo (P. 27).

estabelecimento de uma dinâmica social em que o interesse comunitário é interiorizado pelo conjunto da sociedade local, embora não exclua os conflitos de interesse entre seus membros.

Já Oliveira (2001), ao se referir ao desenvolvimento local, trata-o como um enigma e discute a carga semântica do discurso vigente nas agências internacionais, que imprime um caráter qualitativo à expressão com o índice de desenvolvimento humano, no sentido de satisfazer um conjunto de requisitos de bem-estar e qualidade de vida. Adverte também em relação ao discurso elaborado em torno do desenvolvimento local, que passa a ser tratado como um emplastro¹⁶ capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, substituída por bucólicas e harmoniosas comunidades. Oliveira faz alusão à tentativa de reconstruir a *ágora*, com efetiva participação da cidadania, o que seria limitado pela democracia representativa. Estaria sendo criado um *locus* interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum, porém, adverte: o desenvolvimento local não substitui a cidadania, como se pretende, ao ser utilizado como “sinônimo de cooperação, negociação, completa convergência de interesses, apaziguamento de conflitos“. Pensado dessa forma, o desenvolvimento local tende a fechar-se para a complexidade da sociedade moderna e passa a buscar o idêntico, o mesmo, entrando, sem querer, perigosamente, na mesma tendência midiática da sociedade complexa. *O desafio do desenvolvimento local é o de dar conta dessa complexidade, e não voltar às costas para ela* (p.13).

¹⁶ Termo utilizado pelo autor.

2.2.4 A retomada dos estudos sobre distritos industriais

A ênfase no desenvolvimento local e a emergência de aglomerados de pequenas e médias empresas com as condições de competir no mercado a partir de relações de cooperação e complementaridade entre vida social e vida econômica, situam-se na noção de “desenvolvimento endógeno”. Uma diversidade de formas organizacionais e de alcance econômico distinto, forjadas em contextos sociais e econômicos também diversos, se aproxima da noção de distritos industriais. Neste sentido, a ação social imbrica-se à ação econômica, numa perspectiva de enfrentar os desafios e as adversidades para inserção na nova economia.

As transformações da estrutura de mercado demandaram mudanças na organização industrial. Os impactos dessas mudanças permitiram a abertura de brechas de oportunidades para as empresas de pequeno porte (EPP's). Amaral Filho (2002) destaca que as novas oportunidades se pronunciam sob dois aspectos. Um deles está relacionado à desintegração vertical, impulsionado a partir das grandes empresas. Estas procuram fugir dos custos de produção, da gestão e de competências não essenciais. Para tanto, recorrem à terceirização de determinadas funções desempenhadas por empresas menores. Harvey (1992) identifica como “subcontratação organizada” o aspecto que abre espaço para a formação de esquemas de pequenos negócios e, em alguns casos, para o florescimento de sistemas de trabalho doméstico, artesanal e familiar, não apenas como apêndice do sistema produtivo, mas também como peça fundamental. O outro está associado à integração horizontal, provocada pelas associações de micro, pequenas e médias empresas. Esse processo pode ser visualizado na formação desses grupos, que passam a produzir de forma especializada, formando, assim, os chamados arranjos produtivos, *clusters* ou distritos industriais.

A busca da flexibilidade fundamenta importante vertente de análise dessas transformações, entendendo-as como a transição do chamado *modelo* taylorista-fordista para um modelo alternativo, o de “especialização flexível”, expressão consagrada por Piore e Sabel (1984). Na perspectiva desses autores,

... um sistema mais inovativo e flexível em termos de máquinas, produtos e trabalhadores, em condições, portanto, de responder mais facilmente às incessantes mudanças, por pressupor uma estratégia de permanente inovação (p. 17).

A produção em pequenos lotes e a subcontratação conseguem superar a rigidez do fordismo e atender às necessidades do mercado de modo mais ampliado, inclusive as mais cambiáveis. Dois aspectos importantes merecem destaque nesses modelos de especialização flexível: a aceleração do ritmo da inovação e a penetração em nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala. Harvey (1992) destaca a forma como a especialização flexível nasceu e convive com todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que cultua a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercantilização de formas culturais.

O papel das pequenas e médias empresas tem sido dinamizado a partir deste debate. De lugar tímido dentro do desenvolvimento econômico, estas sobem na escala hierárquica, adquirindo destaque. No entanto, no contexto atual, não basta ser pequeno. As experiências de aglomerados industriais têm mostrado que a reunião em um espaço delimitado é o que vem fazendo a diferença (AMARAL FILHO, 2002).

A “especialização flexível” retoma um conceito introduzido por Alfred Marshall: o do distrito industrial. Uma organização de pequenas e médias empresas ordenadas por uma divisão de trabalho cujo relacionamento concilia os princípios aparentemente contraditórios de cooperação e competição, funcionando sobre uma sólida relação em

rede, impulsionada por inovações contínuas e especializada na confecção de produtos de qualidade.

Os distritos industriais são considerados como nova forma de organização industrial, opondo-se à industrialização, que buscava a ampliação tanto das empresas quanto das unidades produtivas, em um *continuum* de concentração industrial. O modo de produção dos distritos industriais é descentralizado e se caracteriza por empresas de pequeno porte, ampla reorganização da produção e diferenciação de mercados.

O debate acadêmico sobre os distritos industriais, nas últimas décadas, adquiriu maior relevância. A literatura recente sobre o tema se baseia na experiência dos distritos industriais da chamada Terceira Itália¹⁷, considerada a principal referência dessa forma de organização industrial. Outras experiências em distritos como *West Flandes*, na Bélgica, *Baden-Württemberg*, na Alemanha, a cidade de Thiers, na França, e o Vale do Silício, nos Estados Unidos ganharam notoriedade pelo dinamismo econômico. A ênfase recai sobre as implicações da emergência de formas flexíveis de organização industrial, seja nos aspectos tecnológicos, espaciais e sociais. Essas experiências se caracterizam pela expansão das *pequenas e médias empresas* (PME's), firmas especializadas que se localizam em determinado território e apresentam mercado de trabalho qualificado e espírito cooperativo. O destaque está no seu dinamismo inovador e na habilidade de adaptação à flutuação de demandas, o que confere a essas experiências a qualidade de veículos de um novo modelo de desenvolvimento industrial.

¹⁷ A expressão Terceira Itália foi empregada inicialmente por Bagnasco no final dos anos 1970, como extensão do dualismo italiano entre o norte desenvolvido (Primeira Itália) e o sul atrasado (Segunda Itália).

2.2.5 A perspectiva marshalliana

Os escritos de Alfred Marshall¹⁸, que tratam sobre os distritos industriais, já anunciavam a existência de ganhos na concentração de pequenas e médias empresas de natureza similar em uma localidade particular — que foram chamadas de “economias externas”.

Em fins do séc XIX, Marshall analisou um padrão de organização comum à Inglaterra no período, onde pequenas firmas estavam aglomeradas, quase sempre na periferia dos centros produtores, concentradas na manufatura de produtos específicos, em atividades econômicas como têxtil, gráfica e cutelaria.

A “indústria localizada” analisada por Marshall é uma atividade concentrada em certas localidades, em decorrência de condições físicas e de acesso fácil, bem como o patrocínio de uma corte, cujas demandas por mercadorias de alta qualidade atraem operários especializados vindos de outros lugares. A proximidade de pessoas especializadas numa profissão resultam numa qualificação maior dos trabalhadores locais, desde que a indústria permaneça por um longo tempo, pois, para ele, “os segredos da profissão ficam soltos no ar”, deixando de ser segredo (MARSHALL, 1996).

Uma vantagem fundamental na perspectiva marshalliana da *indústria localizada* vem do fato de esta oferecer um mercado constante para a mão-de-obra especializada, havendo uma cooperação entre as forças sociais e econômicas. O efeito dessa relação cooperativa entre as empresas resulta em economia de mão-de-obra, de maquinaria e de materiais.

¹⁸ O tema aparece no livro *Princípios de Economia*, cuja 1ª edição data de 1890.

Com efeito, Marshall demonstrava que algumas vantagens da produção em grande escala poderiam ser obtidas também por pequenas e médias empresas, desde que concentradas em um dado território.

Algumas características básicas dos modelos dos distritos industriais caracterizados a partir da análise de Marshall indicam: alto grau de especialização e forte divisão de trabalho, acesso à mão-de-obra qualificada; existência de fornecedores locais de insumos, bens intermediários, sistemas de comercialização e de trocas de informações entre os agentes, bem como a capacidade inovadora. Uma dada homogeneidade cultural permite a cooperação, o consenso e a confiança entre empresários e trabalhadores (AMIN & ROBINS, 1991).

Becattini (2002) observa que o ressurgimento atual do conceito de *distrito industrial* marshalliano tem por base a adequação entre as condições requeridas em vistas a certa organização do processo produtivo e às características socio-culturais estabelecidas ao longo de uma camada da população, como é o caso da Terceira Itália e de outras experiências que desabrocham nos últimos tempos.

As origens são bastante diferenciadas, dependendo do lugar do surgimento dos aglomerados. Putnam (2002) explica a formação dos distritos industriais da Terceira Itália, tomando como eixo as tradições cívicas, a confiança produzida culturalmente e, em especial, a progressiva acumulação de capital social¹⁹ que foram responsáveis pelos círculos virtuosos da Itália cívica.

¹⁹ “Características da organização social tais como: confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade facilitando as ações coordenadas (...) confiança compreende uma previsão sobre o comportamento de um ator independente. Normas de reciprocidade generalizadas e redes de engajamento cívico estimulam a confiança social e a cooperação porque reduzem os incentivos, reduzem a incerteza e fornecem modelos para cooperação futura” (PUTNAM, 2002, p. 177).

2.2.6 Relações produtivas e vida comunitária: a simbiose necessária

O ponto-chave que qualifica a originalidade de um distrito é uma interpenetração dessas empresas com a comunidade local, ou seja, uma simbiose entre a atividade produtiva e a vida comunitária, as relações sociais e culturais, como parentesco, religião, etnia, educação e condições históricas, políticas ou sindicais, aspectos formadores da base da comunidade local.

O espírito prevalecente num distrito industrial é o de desabrochamento pessoal, aliado a um sentimento de pertença à comunidade local, como destaca Becattini (2002). O sentido comunitário do desenvolvimento e o individualismo se unem, constituindo, assim, um aspecto representativo do funcionamento de todo distrito industrial. A existência de categorias sociais e valores comuns são fundamentais para que as empresas se mantenham agrupadas.

Quando se fala em distrito industrial, um aspecto ressaltado em toda a literatura que trata do tema é não esquecer de tomá-lo por um conjunto econômico e social, haja vista uma relação bem próxima entre os campos social, político e econômico, daí o sucesso dos distritos assentar-se não exatamente no *econômico real*, mas, especialmente, no social e no político-institucional.

São representativos desse sistema a capacidade de inovação e a adaptabilidade, aliadas à capacidade de cumprir em curto tempo a demanda, tendo por base a força de trabalho e as redes de produção flexível. Um tecido de relações horizontais permite o processamento de aprendizagens coletivas e o desenvolvimento de conhecimentos, pela combinação entre cooperação e concorrência (PYKE & SENGENBERGER, 1992).

Uma convivência diária entre os diferentes agentes econômicos (empresários, trabalhadores, fornecedores, dentre outros), em um distrito industrial, revela-se como fonte contínua de capacitação tecnológica, e essa interação constante permite a indução de inovações tecnológicas nas diversas fases do processo produtivo. Em virtude da concentração geográfica, o distrito permite a formação de verdadeiro laboratório prático, onde o efeito de demonstração acontece por meio de cópia ou imitação do produto.

Um aspecto que causa certa confusão refere-se à definição de um distrito industrial, haja vista as várias terminologias e formas de aglomerações industriais²⁰ que se confundem entre si. Pyke & Sengenberger (1992) confirmam que não é tarefa simples definir um distrito industrial e alertam para uma não-generalização excessiva. Algumas características, no entanto, são reveladoras dessa forma de organização industrial, tais como:

- (i) organização das empresas em forma de redes em um determinado espaço geográfico;
- (ii) especialização em determinado ramo da indústria, o qual inclui todos os setores da indústria;
- (iii) divisão do trabalho entre as empresas em todas as fases do processo produtivo;
- (iv) flexibilidade como forma de ajustar-se à inovação;
- (v) dinamismo empresarial resultado de várias condições, como facilidade para abrir empresas, proteção contra a dominação e a dependência em relação a elas, acesso às redes, idéias e serviços;
- (vi) inserção das atividades econômicas no meio social, cultural e territorial, o que possibilita a existência de um sistema de valores de confiança e de atitudes de cooperação partilhadas pela comunidade dos distritos industriais; e

²⁰ Várias terminologias são utilizadas, como: *clusters*, arranjos produtivos, sistemas industriais localizados.

(vii) densidade institucional baseada na presença de uma rede de informações e de produção entre as empresas, representada por organizações de trabalhadores ou sindicatos, associações e grupos comunitários de interesses específicos, autoridades regionais ou locais e instituições de apoio especializado ou de serviços.

Distritos industriais e *clusters* são conceitos originados, principalmente nas economias de países desenvolvidos, onde alguns fatores combinados - tais como articulação governamental, ambiente macroeconômico estável e empreendedorismo reforçado se mostraram fundamentais para a consolidação destas estruturas produtivas.

No Brasil, o termo que serve de referência pela proximidade da nossa realidade é o de “arranjos produtivos locais” (APLs), em razão do estágio ainda baixo de interdependências das empresas e estas com as instituições de apoio. Essa organização produtiva se desenvolve nos países em desenvolvimento e suas características são diversificadas, variando de acordo com a região onde se encontram até o setor do qual fazem parte, obedecendo a uma dinâmica interna.

Uma equipe de pesquisadores que fazem parte da RedeSist²¹ apresentou um conjunto de conceitos e definições associados à análise e à promoção de *arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais*. Esses pesquisadores definem arranjos produtivos locais como: *aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência* (ALBAGLI & BRITTO, 2002, p. 03).

²¹ A “Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais” — RedSist é uma rede de pesquisa interdisciplinar, formalizada desde 1997, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e conta com a participação de várias universidades e institutos de pesquisa no Brasil, além de manter parcerias com outras instituições do Exterior.

Os sistemas produtivos e inovativos locais são aqueles arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de originar o incremento da capacidade inovadora endógena, da competitividade e do desenvolvimento local (ALBAGLI & BRITTO, 2002).

Diferentes dos sistemas produtivos, os arranjos apresentam um nível de organização das empresas envolvidas ainda incipiente, no entanto, o ambiente permite interações dos atores e desses com o meio. Geralmente, são estruturas pouco desenvolvidas, surgidas do improviso dos produtores e ou das demandas da região. As inovações, na sua maior parte, possuem caráter incremental, e o *design* dos produtos muitas vezes se origina de um esforço de imitação das grandes empresas. São constituídos em geral por pequenas e médias empresas, com nível tecnológico baixo, mão-de-obra pouco qualificada, baixa capacidade e formação gerencial administrativa (MITELKA & FARINELLI, 2000).

Alguns estudos mostram que a formação de arranjos produtivos locais está, na maioria dos casos, associada às trajetórias históricas de formação de identidades e de constituição de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum. Desenvolvem-se melhor em ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores (BRITTO & ALBAGLI, 2002).

2.2.7 A eficiência coletiva

Ao se debruçar sobre os processos de crescimento que surgem de concentrações setoriais e geográficas de pequenas empresas,

Schmitz²² (1997) destaca que a formação de aglomerados (que o autor denomina de *clusters*) é o que torna possível ganhos de eficiência, que pequenas empresas isoladas dificilmente conseguiriam obter. O conceito de “eficiência coletiva” é usado para apreender esses ganhos. Define-se como *vantagem competitiva derivada de economias externas locais e ação conjunta* (p.165).

A concentração geográfica e setorial, no entanto, não é suficiente para se obter eficiência coletiva, pois trata-se mais de um fator facilitador e de uma condição necessária para o desenvolvimento de outras questões que, quando presentes, tornam real esta noção, tais como: divisão do trabalho e especialização entre os pequenos produtores; fornecimento de seus produtos especializados em curto prazo e com grande rapidez; surgimento de fornecedores de matérias-primas ou componentes; maquinaria nova ou de segunda mão e peças sobressalentes; surgimento de agentes que vendem para os mercados nacional e internacional; surgimento de serviços ao produtor especializado em questões técnicas, financeiras e contábeis; surgimento de uma aglomeração de trabalhadores assalariados dotados de qualificações setoriais específicas; e a formação de consórcios com vistas a tarefas específicas e de associações provedoras de serviços e *lobby* para seus membros.

Podemos imaginar um distrito industrial com suas relações cooperativas como uma ilha de unidade e solidariedade? As experiências mostram que não. A competição também faz parte desse jogo, mas, longe de ser um elemento de desestabilização no distrito, é um componente importante no jogo associativo. Schmitz acentua que a noção de eficiência coletiva não exclui a existência de conflito ou competição entre as empresas de um aglomerado.

²² O autor realizou estudos empíricos sobre aglomerados de pequenas empresas em países em desenvolvimento. No Brasil, estudou o *cluster* calçadista no Vale do Rio dos Sinos – RS.

O debate teórico sobre a experiência dos distritos industriais está bastante atrelado à discussão sobre a emergência de um padrão de produção industrial, especificamente à idéia de especialização flexível, aspecto pelo qual o conceito distrito industrial é questionado.

Os questionamentos acerca das experiências dos distritos industriais pautam-se principalmente quanto ao seu caráter paradigmático, seja a partir da óptica da racionalidade produtiva ou das tendências relacionadas a uma nova geografia de acumulação flexível. Amin e Robins (1991) consideram a experiência dos distritos muito mais restrita do que a nova ortodoxia ligada à idéia de especialização flexível e de um novo regionalismo ou localismo. Os autores classificam como distorção do entendimento as equivalências entre as experiências como a dos distritos — fundados numa relativa simetria de poder entre as empresas – e a desintegração (ou as práticas locais) de empresas multinacionais especializadas de modo flexível, num mesmo esquema conceitual.

Esses autores alertam para uma derivação errônea feita a partir do fato de que os distritos apresentam uma preponderância de pequenas empresas, para a hipótese de que o menor porte, por si, já é um aspecto de correlação direta e positiva entre competitividade e capacidade de inovação. Para estes, as “pequenas empresas” não passam de uma categoria vazia. A questão fundamental na realidade organizacional do distrito está no fato de este representar uma unidade de produção, seja tanto uma entidade autônoma, quanto uma parte da engrenagem de um determinado distrito.

As críticas são pertinentes, principalmente em razão dos poucos estudos sistemáticos e aprofundados, com evidências quantitativas e qualitativas sólidas, que destaquem as especificidades dos ambientes sócio-econômicos periféricos como determinantes na conformação destes aglomerados locais. Schmitz (1997) também sugere como

fundamental reconhecer a especificidade destes arranjos em países em desenvolvimento, onde as capacidades de inovação, via de regra, são inferiores às dos países centrais. O entorno destes sistemas é basicamente de subsistência e apresenta densidade urbana limitada, renda *per capita ínfima*, baixos níveis educacionais e reduzida complementaridade produtiva.

Considerando estes aspectos, os aglomerados industriais, constituem opção viável para países em desenvolvimento? Autores como Souza (1992) e Schmitz (1997) acreditam que sim, desde que a noção de “eficiência coletiva” seja um aspecto priorizado, observando que essa forma de organização tem a flexibilidade como fator essencial da competitividade. Um aspecto pertinente levantado por Souza está no fato de determinadas experiências serem simplesmente copiadas ou criadas por decreto. A autora demonstra que, embora seja importante a ação do Estado, nem sempre este desempenha papel estratégico. Da mesma forma, os estudos de Schmitz (1997) atentaram para o fato de que a formação de aglomerados industriais não é o resultado de uma ação planejada do Estado.

Isso empresta crédito à visão segundo a qual como no caso dos distritos industriais europeus, a eficiência coletiva baseada nas atividades econômicas e sociais de uma comunidade é difícil de ser criada de cima para baixo e se desenvolve melhor como um processo endógeno (SCHMITZ, 1997, p.179).

A participação do Estado, no entanto, não é descartada, ao contrário, ela exerce um papel facilitador importante. O autor destaca as associações setoriais como peças fundamentais na interação e motores para provocar apoio por parte do Estado, tornando-se, pois, uma forma de mediação.



3 O ESPAÇO E O TEMPO

3.1 MARCAS E TRAJETÓRIA DE UM ESPAÇO PRODUTIVO

O espaço onde acontece a produção ora em estudo não é um mero palco que contempla a evolução das bases materiais e as técnicas em cada momento histórico. Sua tessitura adquire formas e sentidos pelas experiências sociais dos atores. Merleau-Ponty diz que *“o espaço não é o ambiente (real ou lógico) em que as coisas se dispõem, mas o meio pelo qual a posição das coisas se torna possível”* (1999, p. 328).

Nesse meio, produção e vida social integram-se numa fonte permanente de inter-relações, envolvendo forças, necessidades e desejos, unindo sujeito e objeto. Para Santos (1998), forças, necessidades e desejos transmutaram-se a partir de novos nexos criados com a expansão do comércio entre as coletividades. Sociedade e espaço passam a se organizar de acordo com parâmetros estranhos às exigências internas do grupo. Esse processo culminou no que se chama hoje de “economia mundializada”, impulsionando, de certa forma, a adoção, por parte das sociedades, de um modelo técnico único que se sobrepõe a uma diversidade de recursos naturais e humanos. Contando com esse estado, em que a mundialização do Planeta unifica a natureza, os mais distintos capitais têm acesso a esses recursos, individualizando-os e hierarquizando-os de acordo com lógicas e escalas diversas, guiando os investimentos, a distribuição das mercadorias e a circulação das riquezas. Cada lugar, porém,

É ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos e às vezes contrastantes, na busca da eficácia e do lucro, no uso das tecnologias do capital e do trabalho. Assim se redefinem os lugares: como ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais, manifestados segundo uma gama de classificações que está se ampliando e mudando (SANTOS, 1998, p. 18).

Apesar de a ordem global tentar impor uma singular racionalidade a todos os lugares, estes respondem a isto com variadas formas de sua

racionalidade, pois “é o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o mundo depende das virtualidades do lugar” (SANTOS, 1999, p. 271). Para ele, as regiões são, portanto, o suporte e a condição das relações globais que sem elas não se realizam. Em resumo, o autor expressa que as mudanças se fazem muito mais rapidamente no momento atual, tanto no plano da forma como no patamar do conteúdo, entretanto, não invalidam a existência das regiões que tendem a se tornar cada vez mais complexas.

O ponto de encontro para entender essas inter-relações é o Cariri cearense, aqui definido como um “novo espaço produtivo” por sua expansão produtiva e pelas novas formas de organização industrial que ali se desenvolveram²³. No percurso da formação do arranjo produtivo e das características do lugar, explicitam-se o envolvimento do global com o local, as mudanças e as permanências. e como estas inter-relações engendraram a produção e a vida social neste lugar.

Como espaços de ação e de poder, os territórios se inserem diferentemente numa globalidade que é historicamente fragmentada. A territorialidade se refere ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas, capazes de garantir a apropriação e a permanência de um dado território, por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais ou as empresas. Cada um apresenta dimensão e conteúdo específicos, sendo apropriado, vivenciado e percebido diferentemente por agentes diversos (NEVES, 2002).

²³ Diniz e Basques (2004), em estudo sobre a industrialização recente nordestina e suas perspectivas, destacaram microrregiões produtivas agrupadas em uma tipologia com oito características. Dentre estas, está incluída as denominadas de “microrregiões especiais” que são classificadas como especiais por suas características, desafios e potencialidades. A tradição artesanal dessas microrregiões apresenta possibilidades de expansão produtiva a partir de novas formas de organização. Apesar da incidência do alto nível de informalidade, representam importância social significativa. Três se destacam: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (Ceará); São Bento (Paraíba); Santa Cruz de Capibaribe (Pernambuco).

Compreender esse processo é esticar o olhar para alcançar as várias expressões materiais e imateriais que conformam a vida produtiva e social do lugar, o que tornou possível a formação de um arranjo produtivo.

3.1.1 - O vale do Cariri

O Cariri é tido como uma região que detém características especiais, seja do ponto de vista ecológico e climático (o que lhe confere o título de “oásis do sertão”), seja pela diversidade de manifestações culturais que preserva, sendo considerado um reduto da cultura popular nordestina. O nome Cariri originou-se da nação indígena Kariry ou Kariré. No princípio, a região foi denominada de Cariri Novo, como forma de se diferenciar do Cariri paraibano, também conhecido como Cariri Velho.



A região do Cariri está localizada no Nordeste brasileiro, ao sul do Estado do Ceará, nas áreas mais úmidas e férteis dos vales de pé de serra e da Chapada do Araripe. Embora inclusa no sertão semi-árido e no “Polígono das Secas”, a região possui boas condições climáticas,

não padecendo, com tanta intensidade, dos efeitos das estiagens, particularmente a região central do triângulo urbano que, em virtude das encostas da Chapada, recebe uma quantidade de chuvas acima das médias do sertão.

A posição geográfica central, somada à presença de água aflorante (fontes perenes) e à qualidade dos solos, foram fatores determinantes para a evolução do núcleo urbano formado pelas cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha.

Por sua capacidade de polarização, o vale do Cariri transformou-se em um centro sub-regional com influência em considerável área nordestina, atingindo desde os sertões piauienses, passando por Pernambuco, até parte do extremo oeste da Paraíba.

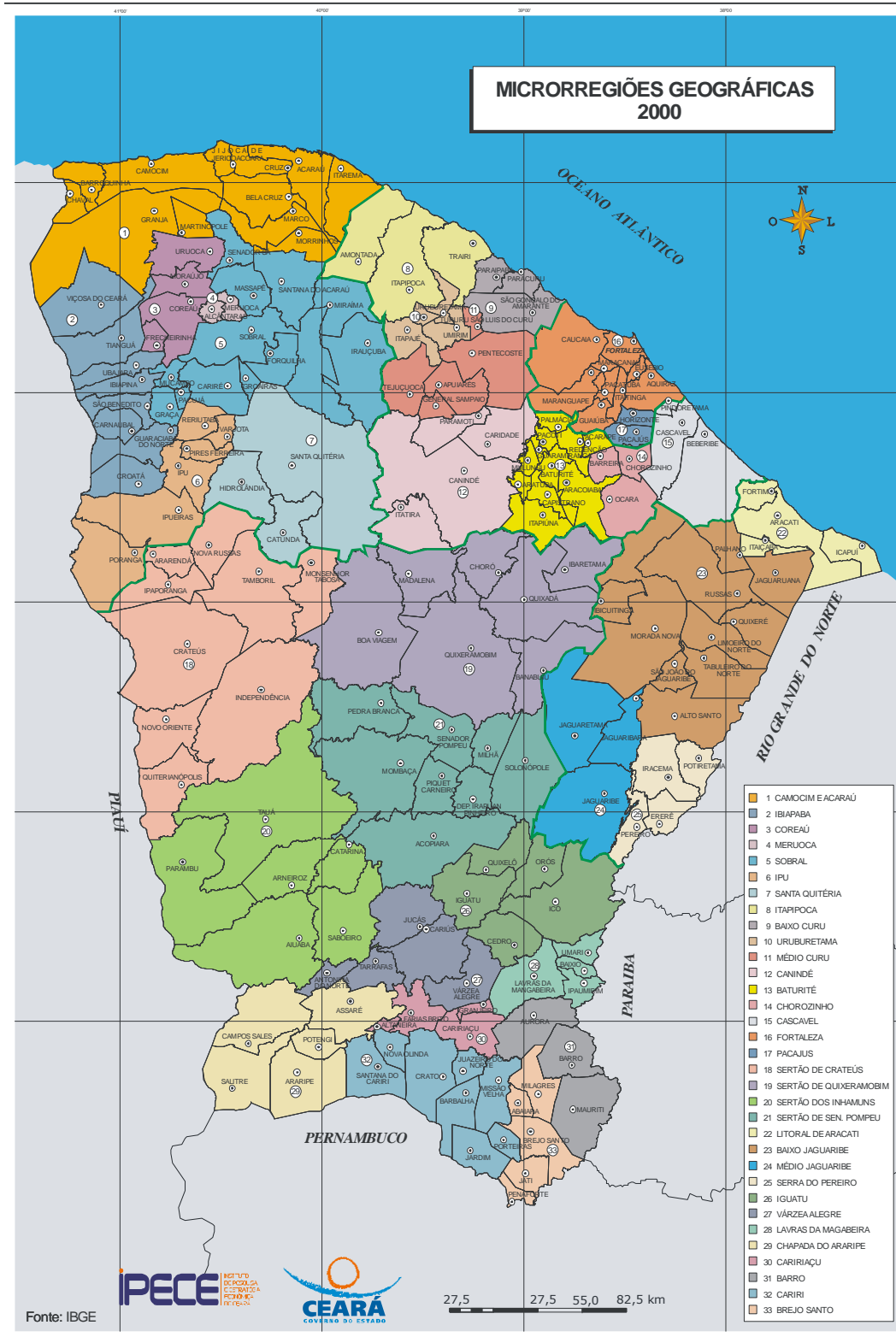
Os seus 33 municípios, distribuídos em cinco²⁴ microrregiões, representam 13% do território cearense. As cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha formam um dos pólos de desenvolvimento do Estado do Ceará — considerado um centro de referência, no qual se verificam a maior concentração populacional e o principal eixo econômico da região sul do Estado. Juazeiro do Norte, o município mais populoso do interior²⁵, se destaca por seu centro comercial e religioso, além de deter o maior número de micro e pequenas empresas, sendo comum sempre se ouvir dos moradores: “em todo canto que você andar no Juazeiro, vai achar uma fábrica de calçado”.

²⁴As cinco micro regiões compreendem: a) Sertão do Salgado; b) Serra de Caririaçu; c) Sertão do Cariri; d) Chapada do Araripe; e) Cariri.

²⁵ Com 231.920 habitantes, Juazeiro do Norte é o município mais populoso do Estado e um dos mais populosos entre os municípios do Nordeste com exceção das capitais (IBGE, 2004).

Mapa 3.1

Microrregiões Geográficas do Estado do Ceará:



Há um número considerável de romancistas, poetas populares, cordelistas²⁶ grupos folclóricos como o Bumba-meu-Boi, Maneiro o Pau, Bandas Cabaçais e Reisados. São manifestações simbólicas da cultura popular, que envolvem sociabilidades e convivência social, que vêm sobrevivendo ao tempo, juntamente com o artesanato²⁷.

A região é considerada um importante núcleo de produção artesanal, especialmente a cidade de Juazeiro do Norte, estando esta vocação ligada à história da cidade e à atuação do Padre Cícero²⁸, figura representativa, não só de Juazeiro do Norte, como também de todo o Nordeste brasileiro.

3.1.2 Os caminhos da indústria

A industrialização no Cariri, inicialmente, ocorreu em decorrência da expansão da agricultura. A disponibilidade de recursos naturais, como potencial hídrico, condições climáticas e solos férteis permitiram uma produção diversificada no Vale. A mandioca (cultura mais antiga do lugar), a cana-de-açúcar e o algodão ocupavam lugar de destaque, fazendo surgir indústrias elementares, como os engenhos de rapadura, casas de farinha e indústrias de beneficiamento de algodão.

Os recursos do Vale foram decisivos para a predominância das atividades agrícolas sobre as atividades pastoris. No final do século

²⁶ O Cariri é considerado um dos centros produtores dessa forma de literatura, existindo associações para congregar os poetas, como exemplo, a “Academia dos Cordelistas do Crato”.

²⁷ O artesanato da região é apresentado em versos como símbolo de orgulho e criatividade.

²⁸ Os migrantes que chegavam a Juazeiro do Norte, com a intenção de ficar, eram aconselhados pelo Padre a se dedicarem às atividades artesanais, pois as áreas agrícolas eram exíguas para ocupar todo o povo que chegava. Os mais velhos contam que o Padre tinha um lema: “*em cada sala um santuário, em cada quintal uma oficina*”.

XVIII, os rebanhos foram forçados a emigrar para zonas menos férteis do Vale.

Entre 1850 e 1860, Pinheiro (1950) registra um surto comercial no Crato, em decorrência da chegada de comerciantes vindos da cidade comercial de Icó, que já havia sido próspera, mas que estava em decadência. A presença destes capitalistas causou grande impacto na cidade, impulsionando uma onda de progresso. Grandes lojas foram abertas, surgiram os sobrados, farmácias foram construídas e cresceu a demanda por melhores serviços na área de educação, transportes e assistência médica. Era um tempo de revitalização econômica e a agricultura se expandia juntamente com os centros urbanos, crescendo a demanda por alimentos.

As elites agrárias e mercantis mantinham relações bem próximas com Recife, principal porto do Nordeste e importante capital durante a Era Colonial — já que Fortaleza não passava ainda de uma insignificante sede administrativa portuguesa, como nos tempos da Capitania do Ceará.

O algodão que se destinava à subsistência, a partir de 1860, se transforma em produção comercial exportadora, com a demanda européia de matérias-primas. A Guerra de Secessão norte-americana forçou os ingleses — grandes consumidores do produto, em razão da força de sua indústria têxtil — a buscarem novas fontes de abastecimento. Desta forma, o Nordeste e o Ceará se integravam ao mercado mundial em expansão, ingressando numa era de crescimento (FURTADO, 1999). Os efeitos desse crescimento, no Ceará, foram marcantes, refletindo diretamente na ampliação do comércio e na diversificação da produção.

No Ceará, por exemplo, muitas casas comerciais inglesas e francesas foram criadas, assim como uma linha marítima entre Fortaleza e Liverpool (1866). A entrada de capital estimulou a produção de algodão,

couros e outras matérias-primas, até mesmo em cidades distantes do sertão. Os brasileiros também abriram armazéns e companhias de comércio em Fortaleza para a exportação, para o interior, de gêneros alimentícios e manufaturas estrangeiras, em troca do produto exportável da região (DELLA CAVA, 1976, p. 142).

Foram quinze anos de crescimento econômico (1862 a 1877), abatidos pela seca de 1877-80. Cerca de 300 mil pessoas, mais de um terço da população do Ceará, tinham migrado ou morrido de fome ou de doenças. A seca, no entanto, não foi a única responsável pela emigração de sertanejos, anota Facó (1963), lembrando o advento do café no sul do País e, principalmente, o desbravamento de florestas de seringais no Amazonas e no Pará durante o ciclo da borracha. A mão-de-obra do sul cafeicultor foi suprida pelos imigrantes europeus, enquanto que a do norte foi recrutada, pelos “agentes da borracha“, entre os trabalhadores nordestinos. Subsídios federais custeavam a passagem para o norte e o governo do Ceará recebia um “imposto por cabeça“ para cada cearense que embarcasse para aquela região. A substituição da exportação de matérias-primas pela exportação humana, no entanto, ocasionou outra crise, como descreve Della Cava:

Tal crise não se limitava à seca; consistia, nitidamente, no conseqüente e rápido esgotamento de capital humano expelido para o sul e, sobretudo, para o extremo norte. Sem a mão-de-obra abundante e barata, a agricultura tradicional do Nordeste árido — algodão e gado — era incapaz de recuperar-se nos anos que não havia seca, sendo assim, de fato, ameaçada de extinção. Quando o Governo do Estado do Ceará se deu conta da contradição inerente ao tráfico de mão-de-obra, tentou, às pressas, defender o mercado de trabalho da região e protegê-lo da imigração. Mas suas magras providências chegaram demasiadamente tarde; nem mesmo o colapso da borracha brasileira, por volta de 1913, aliviou a carência de mão-de-obra nordestina. Permaneceu em estado crônico, até o início dos anos 20 do presente século (1976, p. 143).

Um fato curioso em todo este processo é que, diferentemente das outras regiões do semi-árido, o vale do Cariri foi uma das poucas que ganhou, ao invés de perder, capital humano no período. A fertilidade da

região com suas fontes perenes permitiam o enfrentamento das secas, além de abrigar os flagelados. Outro fator de atração de trabalhadores para o Vale foi a presença do Padre Cícero. O patriarca, no dizer de Della Cava, se transformou em um indiscutível “czar da mão-de-obra” do árido Nordeste, atuando favoravelmente na economia da Região, pois:

Nem os empreendimentos agrícolas do vale do Cariri, nem os subseqüentes programas de obras públicas, financiados pelo Governo Federal no Nordeste, teriam progredido se não fosse a força de trabalho fornecida pelo padre (1976, p. 143).

No início do século XIX, o Crato se tornou o centro mais populoso e importante de distribuição de manufaturas européias do Vale — recebendo o título de “Pérola do Cariri” - como também o principal produtor e fornecedor de alimentos para o sertão.

Figueiredo Filho (1958) relata que, um século depois, já se contavam 200 engenhos, em sua maioria no Crato e em Barbalha. O principal produto, no entanto, não era o açúcar granulado, mas sim a rapadura — um bloco retangular, geralmente de cor escura — alimento importante na dieta do sertanejo, exportada para toda a região árida do Nordeste.

No início do século XX, as serras abandonadas foram “subjugadas pela enxada dos romeiros”. Sob a orientação do Padre Cícero, as terras foram parceladas e preparadas para produzir mandioca, o “trigo do sertanejo”, junto com outras culturas, produzindo excedentes para boa parte do Nordeste. Foi um surto produtivo que rendeu ao Cariri o título de “Celeiro do Ceará” (FIGUEIREDO FILHO, 1958).

Esse potencial produtivo interferiu no tipo de indústria que viria a se desenvolver no Cariri. Ao final da primeira metade do mesmo século, o parque industrial estava restrito às fábricas de beneficiamento de arroz, milho, café, óleo de algodão e empresas de cerâmica. A

predominância era da pequena indústria e das oficinas de artesanato do Juazeiro do Norte, cuja produção estava ligada às jóias de ouro, prata e níquel; às ferramentas para ourives; às espingardas; às molduras para imagens; aos fogos de artifícios; às louças de barro; aos curtumes e aos calçados.

A economia, no período, mostrava-se deficiente em relação a planejamento, recursos, iniciativas governamentais e empresariais que pudessem renovar o quadro instalado. Esta realidade não era apenas local, mas comum a todo o Nordeste, que não acompanhava o ritmo de desenvolvimento industrial de outras regiões, como Sul e Sudeste.

3.1.3 Surge a SUDENE

A rápida expansão industrial do Sudeste, em contraste com a economia estagnada do Nordeste, no final da década de 1950, evidencia o desenvolvimento do capitalismo de forma desigual e o aprofundamento das distâncias econômicas e sociais entre essas regiões²⁹, ocasionando tensões e conflitos, sejam no campo ou na cidade³⁰.

²⁹ O atraso relativo do Nordeste acentua-se na passagem do modelo primário exportador para o modelo de industrialização e desenvolvimento urbano, que se acelerou a partir da crise de 1929 e se consolidou no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Como conseqüência, a participação do Nordeste na renda nacional declinou continuamente. Segundo o estudo do GTDN, somente no período 1948-56 essa participação caiu de 15% para 13% , o que significou reduzir a renda *per capita* da Região de 48% para 37% da média brasileira. De forma semelhante, a participação regional na produção industrial caiu de 16% em 1919, para 8% em 1960. Simultaneamente, a agricultura nordestina mantinha seu baixo desempenho. De um lado, o tradicional setor açucareiro enfrentava a forte competição com São Paulo, dotada de melhores terras, maior produtividade, maior escala e melhores padrões gerenciais. De forma semelhante, o algodão, que tivera grande importância na segunda metade do século XIX, não conseguiu enfrentar a competição com outras regiões do País e do Exterior. Por outro lado, a agricultura de subsistência continuava a enfrentar as adversidades climáticas. Enquanto isso, a atividade agrícola das regiões Sul e Sudeste – e mais tarde no Centro-Oeste – expandia-se de forma acelerada, acentuando as diferenças regionais (DINIS e BASQUES , 2004, p. 14).

³⁰ Surgiu, no momento em que a SUDENE estava sendo implantada, um forte movimento camponês, em aliança política com outros setores, demandando a reforma agrária. O movimento radical possuía caráter socialista. As forças de mobilização esquerdista, no Nordeste, mantinham vigilância sobre a SUDENE para controlar a possível abertura que

O então governo de Juscelino Kubitschek passa a dar destaque à questão regional, criando o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) — que antecede a instituição da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) — coordenado pelo economista Celso Furtado.

Já em 1952, com a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que surge com o fim de apoiar financeiramente programas de desenvolvimento e de realizar estudos sobre a realidade socio-econômica nordestina, desponta a necessidade da criação de um órgão que planejasse e coordenasse as políticas federais para a Região.

O GTDN elaborou uma proposta de política para fomentar o desenvolvimento do Nordeste, estabelecendo a indústria como eixo dinamizador da economia, substituindo o setor exportador tradicional em crise. A indústria tinha ainda a função de autopropagação, ou seja, de garantir maior autonomia ao crescimento regional. A intenção era intensificar os investimentos industriais na perspectiva de criar um centro autônomo de expansão manufatureira por meio de incentivos às indústrias de base e às indústrias que aproveitassem matérias-primas regionais. A avaliação era de que o Nordeste dispunha de boas condições para expansão industrial tendo em vista: a) um mercado com dimensões razoáveis; b) disponibilidades de certas matérias-primas; c) mão-de-obra abundante e mais barata do que a do Sudeste (ARAÚJO, 2000).

O Estado desenvolvimentista, como patrocinador do desenvolvimento das forças produtivas do Nordeste mediante a criação da SUDENE, se propunha a investir em infra-estrutura, recursos naturais, agricultura e na concessão de créditos e incentivos fiscais de apoio à indústria, na

esta poderia oferecer ao capital estrangeiro. O Governo Federal, contudo procurava imiscuir-se no movimento a fim de inseri-lo no quadro institucional (AGUIAR, 1980, p. 48).

Região, como forma de abater as diferenças regionais por meio de mecanismos de dedução fiscal conhecidos como o dispositivo 34/18-FINOR. A indústria foi apresentada como o caminho para o desenvolvimento, para a geração de emprego e como uma opção menos vulnerável às adversidades impostas pelo semi-árido.

O projeto da SUDENE surgiu na intenção de se contrapor à política tradicional assistencialista, em períodos de emergência, e apoiadora das oligarquias nordestinas. A idéia era contrabalancear os mecanismos de perda de capital sofrida pela Região e oferecer empregos suficientes para absorver a população vinda do campo.

Com as mudanças políticas ocorridas no País e o golpe militar de 1964, o projeto da SUDENE é alterado, restringindo-se à política de desenvolvimento industrial por uma via de modernização conservadora implementada pelos governos militares. O afastamento de técnicos e dirigentes envolvidos com o órgão interrompeu o andamento da interpretação da problemática nordestina e do destino da política então proposta. A SUDENE perdeu poder político, ao deixar a vinculação direta com a Presidência da República, o que acarretou uma redução de recursos. A expansão industrial pensada inicialmente como um processo regional de substituição de importações — voltado, com prioridade, para o mercado interno sob a condução de investidores do Nordeste — acontece por meio da instalação de grandes grupos já firmados no Sul/Sudeste, ou daí originários, com incentivos da SUDENE — a chamada “correia de repasse”, no dizer de Oliveira (1977). A partir de então, o Nordeste se inseriu em um processo de mudanças econômicas e sociais. A economia regional cresceu de forma semelhante à nacional, e até mais, em determinados momentos³¹,

³¹ Entre as décadas de 1960 e 1990, o PIB sextuplica (passa de US\$ 8,6 bilhões para US\$ 50 bilhões). A comparação do ritmo de crescimento da produção no Nordeste com o total do País mostra claramente um desempenho superior à média brasileira, na maioria dos períodos, exceto na fase do milagre brasileiro. Por sua vez, a crise dos anos 1980 atinge menos o Nordeste (ARAÚJO, 2000).

acompanhada de uma gradual integração à dinâmica da economia nacional. O crescimento aconteceu de forma heterogênea, com taxas diferenciadas entre os estados da Região, sendo que as atividades econômicas se concentraram nas regiões metropolitanas, principalmente Recife, Salvador e Fortaleza.

A “questão Nordeste” perdeu significado, haja vista a integração econômica da Região à dinâmica da economia nacional — mesmo considerando as heterogeneidades em relação às outras regiões — pois os problemas econômicos do Nordeste passam pela resolução mais geral dos problemas nacionais. Para Oliveira (1998), a clássica “questão nordestina” assume novas configurações, porque uma de suas marcas — a migração do Nordeste para o Sudeste — já não funciona, devendo ser resolvida no próprio Nordeste. As tentativas de sanar as disparidades regionais, no Brasil, de forma incompleta e insuficiente, confundiram tanto as velhas referências como as estratégias, para todos os lados e todas as classes. A “questão nordestina” agora encontra referência nos níveis de miséria produzidos pela própria expansão econômica.

A rápida expansão econômica destruiu todos os mitos e todas as saídas fáceis, muitas das quais repousaram, na maior parte dos casos, sobre a própria tragédia dos que migravam, ao custo de poderosos processos de desenraizamento, perdas pessoais, angústia da grande cidade... O réquiem da velha questão nordestina tocou para todos, executantes, maestro, ouvintes. Sem forçar os termos o novo é a “questão brasileira” (OLIVEIRA, 1998, p.120).

O crescimento econômico verificado aconteceu com forte utilização de recursos públicos, como capital financiador das atividades produtivas. Conforme avaliou Oliveira (1998), no entanto, o público se privatizou em uma só posição, ou seja, para o lado da substituição dos fundos da acumulação privada pelos fundos estatais, ao passo que o lado da correção do mercado, em termos de salários e distribuição de renda,

ficou sem uma ação correlata. O crescimento da produção aconteceu paralelamente à insuficiência de recursos em educação, saúde, habitação e saneamento, crescendo também a “dívida social”, revelando grande distância entre a evolução da economia e o desenvolvimento social da Região. O crescimento ocorreu juntamente com a concentração de renda dentro de um quadro excludente, situando em xeque a concepção da formação de distritos industriais nas capitais regionais como pólos irradiadores do desenvolvimento baseado no modelo da CEPAL³², operacionalizado pela SUDENE a partir dos anos 1960. As conseqüências da industrialização concentrada nas regiões metropolitanas são observadas, principalmente, pelo crescimento migratório campo-cidade na busca de sobrevivência, produzindo a redução da capacidade de atendimento econômico e social destas regiões, como geração de emprego, saúde, educação transporte e lazer, desencadeando assim o surgimento e o crescimento de um grande exército industrial de reserva, aparecimento de favelas, aumento de marginalidade, desigualdades econômicas, sociais intra-regionais; portanto, a não-confirmação dos pressupostos desta concepção de desenvolvimento.

Analisando o recente movimento de industrialização do Nordeste, Lima (1999) comenta que as experiências com os distritos industriais próximos às capitais nordestinas não resultaram em multiplicação de fábricas no sentido de desencadear um efetivo processo industrializante, embora tenha desconcentrado a indústria no contexto nacional pela atração de indústrias do Sul-Sudeste.

³² O modelo desenvolvido pela CEPAL via na industrialização um meio viável para o desenvolvimento calcado no protecionismo e no planejamento, tornando fundamental o papel do Estado numa economia subdesenvolvida, possibilitando uma industrialização rápida e eficiente, que por sua vez promoveria o desenvolvimento de todo o mercado interno nacional pelo incremento das interdependências dos setores. O crescimento econômico daí advindo resultaria nas melhorias do padrão de vida de toda a população, desde que o fortalecimento do mercado interno só seria efetivo com uma distribuição mais equânime tanto da renda quanto da riqueza, com impactos positivos em todos os indicadores sociais (SILVA FILHO, 1997, p. 28).

3.1.4 Surge a CODEC

Neste clima de intervenção planejada do Estado no Nordeste, o Ceará, na intenção de competir com a oferta de condições para atrair novos investimentos, cria, em 1962, a CODEC (Companhia de Desenvolvimento do Ceará), que se integra ao I PLAMEG - Plano de Metas do Governo Virgílio Távora, no período de 1963/66. O objetivo era intervir no quadro pouco dinâmico da indústria cearense, passando então a atuar nas questões estruturais básicas: problema de abastecimento de água, transporte, comunicações e energia. Por meio da CHESF(Companhia Hidrelétrica do São Francisco), a distribuição de energia para o Estado é acelerada, e o Cariri é a primeira região a receber a energia da usina de Paulo Afonso, antes até mesmo da Capital. Outros órgãos foram criados no período, o que viria a compor a estrutura para organizar os investimentos públicos e as condições necessárias para o desenvolvimento econômico, tais como: Superintendência de Desenvolvimento (SUDEC), Secretarias Extraordinárias de Planejamento e Coordenação Administrativa, o Banco do Estado do Ceará (BEC) e o Fundo de Desenvolvimento do Ceará (FDC) (SOARES e ROCHA, 1989).

A CODEC atuou na intermediação de agentes financeiros com as iniciativas privadas. O órgão tornou disponível um conjunto de incentivos para as empresas que se instalassem no Município de Fortaleza. Os incentivos incluíam a isenção de tributos estaduais por um período de cinco anos, com a possibilidade de renovação, além da isenção de tributos de âmbito municipal durante dez anos. Com essas medidas, a Região Metropolitana de Fortaleza tornou-se um lugar de atração de investimentos; no entanto esse programa de incentivos para a indústria não se estendeu para o restante do estado, fazendo-o perder espaço na participação industrial cearense.

Com o surgimento do II PLAMEG/ 1979-86, período do segundo governo Virgílio Távora, as ações se voltaram para a consolidação do parque industrial, diversificação da estrutura econômica e modernização das indústrias. Este plano também atentou para a necessidade de maior atenção às demais regiões do Estado, com a proposta de implantar distritos industriais. Neste plano, procurou-se dar destaque à formação de complexos industriais em todo o território estadual como o fio para alcançar o desenvolvimento. Essa política, porém, não conseguiu fugir da concentração, dedicando benefícios à Região Metropolitana de Fortaleza, coadunando-se com a decisão do Governo Federal de transformar o Ceará no III Pólo Industrial do Nordeste. Disponibilidade de mão-de-obra, infra-estrutura razoável de transporte, energia e comunicações foram algumas das potencialidades observadas para a concretização do Pólo.

A intenção do III Pólo era: i) prover o Ceará, especialmente a Região Metropolitana de Fortaleza, de base econômica de acordo com o seu desenvolvimento demográfico; ii) criar no Estado um núcleo dinâmico de irradiação do desenvolvimento econômico por meio da promoção de atividades industriais integradas ao nível interindustrial e intersetorial.

Para tanto, era necessário estabelecer as condições adequadas para a localização e expansão das atividades industriais no Estado. Alguns instrumentos foram viabilizados, envolvendo a promoção e concessão de incentivos para implantação e funcionamento de indústrias. O FDI (Fundo de Desenvolvimento Industrial) foi um dos principais instrumentos de incentivos, criado em 1979 por lei estadual, ficando sob a responsabilidade de o BANDECE (Banco de Desenvolvimento do Estado do Ceará) administrar o seu funcionamento.

Por meio do FDI e de recursos do FINOR, várias empresas foram atraídas para o Ceará, como é o caso do “Grupo Vicunha”. A partir de então, tem início uma reestruturação da indústria no Ceará com a expansão dos setores de vestuário, alimentos, têxtil e calçados. Não

ocorreu, porém, uma diversificação da produção, pois os incentivos fiscais se adensaram na Capital, resultando em uma concentração, cujos efeitos já foram referidos.

O resultado destas políticas concentradoras, no Ceará, fica evidente quando se observa que as indústrias, na sua maior parte, até o ano de 1973, se concentravam na Região Metropolitana de Fortaleza.

Quadro 3.1

Distribuição espacial das indústrias no Estado do Ceará em 1973

MUNICÍPIOS	Nº INDÚSTRIAS	DE % ESTADO	DO
Fortaleza	700	56,13	
Pacatuba, Aquiraz, Maranguape, Caucaia	90	7,22	
Juazeiro do Norte	79	6,34	
Sobral	57	4,57	
Crato	37	2,97	
Iguatu	25	2,00	
Outros	259	20,77	
Total	1247	100,00	

Fonte: Diagnóstico da Indústria Cearense – Instituto Euvaldo Lodi/ Fiec- CE, 1973

Algumas tentativas de desconcentrar as atividades econômicas cearenses, entretanto, ocorreram em 1962, com o projeto ASIMOW, ao sul do Ceará, e o PUDINE³³, ao norte, embora estas não tenham obtido êxito.

3.1.5 A indústria adentra o território: o Projeto Asimow

³³ O Programa Universitário de Desenvolvimento Industrial do Nordeste (PUDINE) foi coordenado por técnicos da UFC e BNB. O objetivo do programa era viabilizar as idéias do Projeto Asimow revendo alguns equívocos em um novo espaço. O PUDINE foi implantado em 1966 em Sobral, região norte do Estado, optando pela instalação de pequenas e médias empresas, tidas como mais adequadas ao contexto do interior do Estado.

Uma proposta de planejamento industrial para o interior do Estado surgiu com o acordo de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos, em abril de 1962, resultando no *Projeto Asimow*. Na tentativa de ampliar recursos e garantir seu projeto de reformas, a SUDENE buscou apoio junto à USAID sob o patrocínio da Aliança para o Progresso³⁴.

O acordo que envolveu diretamente a USAID e a SUDENE se inicia já com dificuldades concernentes aos papéis de mediação e de supervisão do projeto, envolvendo a política centralizadora da SUDENE e a proposta do governo norte-americano que tencionava lidar diretamente com os estados brasileiros. A questão política era o pano de fundo da divergência entre as agências. A estratégia da política norte-americana, era lidar diretamente com os governos estaduais com tendências oposicionistas ao governo esquerdista de João Goulart.(AGUIAR, 1980).

O projeto foi coordenado pelo professor Morris Asimow, da Universidade da Califórnia (UCLA), em cooperação com a Universidade Federal do Ceará (UFC), o BNB, a SUDENE e a CODEC, no sentido de fomentar o desenvolvimento industrial da região, com base no beneficiamento e na transformação de produtos do setor primário.

Uma equipe da UCLA, da UFC e do BNB se dirigiu para o Cariri com a missão de realizar levantamentos e enquete. A visita foi finalizada com um seminário sobre o desenvolvimento do sul do Ceará, envolvendo o Instituto Cultural do Cariri, as prefeituras da região, o BNB, e o Governo do Estado. O debate privilegiou a mudança dos hábitos da economia regional e o ingresso do Cariri num processo de desenvolvimento industrial.

³⁴A Aliança para o Progresso se estabeleceu por determinação da carta de Punta del Este.

O Cariri foi escolhido por ser a única área com acesso à energia elétrica da rede de Paulo Afonso, com disponibilidade de água e concentração humana, recurso considerado importante. Também dispunha de desenvolvidas atividades artesanais e de indústrias tradicionais, assegurando a possibilidade de sucesso industrial. A idéia era mudar as estruturas agrárias pelo ingresso na fase industrial, valendo-se dos capitais locais com os estímulos oficiais.

As pesquisas realizadas apontaram as atividades mais aptas, na região, para se explorar, com o projeto, tais como: beneficiamento de milho e de mandioca, produção de cerâmicas, calçados e artefatos de couro, montagem de rádios transistorizados etc.

O projeto mexeu com o entusiasmo de amplos segmentos sociais e econômicos do lugar, levando-os a investir, em forma de ações, nos novos empreendimentos.

Ao lado de antigas instalações, foram montadas máquinas modernas destinadas à produção de telhas, tijolos, calçados, farinha, doces etc. Os resultados alcançados na época, entretanto, não corresponderam às expectativas, uma vez que a maior parte dessas empresas paralisou suas atividades momentos depois. O Plano Asimow deparou-se com dificuldades que impediram o pleno êxito do projeto. Os motivos foram os mais diversos: superdimensionamento de plantas, falhas na elaboração dos projetos com insuficiência de estudos preliminares, carências econômicas da região, as condições econômicas nacionais e a escassez de recursos humanos qualificados (FUNDETEC, 1999).

Foram implantadas no Cariri, pelo Projeto Asimow, as seguintes empresas:

- CECASA (1962) — fabricação de ladrilhos, telhas e manilhas. Localizada em Barbalha.

- IESA (1962) — fabricação de máquinas de costura, rádios e motores elétricos. Instalada em Juazeiro do Norte.
- IBACIP (1963) — fabricação de cimento Portland. Com sede em Barbalha.
- LUNA (1963) — fabricação de calçados. Em Juazeiro do Norte.
- INAESA (1962) — produção de alimentos enlatados. Instalada no Crato.
- IMOCASA (1962) — empresa beneficiadora de milho, no Crato.

Passada essa experiência, na década de 1970, há um incremento na industrialização do Cariri com a implantação de indústrias de grande porte, como é o caso da usina Manuel Costa Filho, em Barbalha. Em Juazeiro do Norte, ocorre um dinamismo na indústria de plásticos e borrachas, como também na produção de sandálias de material sintético a partir de investimentos em tecnologia.

Nos anos 1980, o impulso no setor ocorreu com o surgimento de micro e pequenas unidades industriais que receberam financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento e pelo Programa de Apoio à Micro Empresa PROMICRO-SEBRAE. O crescimento econômico do cariri, no entanto, dos anos 1970 ao início dos anos 1990, ocorreu de forma lenta, mesmo quando o Ceará já havia ingressado numa nova política industrial; só mais tarde é que o Cariri se insere na proposta de interiorização industrial.

Em 1996, foram implantadas as indústrias de calçados GRENDENE e bicicletas CALOI em Crato. Juazeiro do Norte atraiu a fábrica de máquinas de costura e motores elétricos, SINGER, com investimentos em torno de R\$ 8 milhões e 250 empregos diretos, além de pequenas e médias empresas no setor calçadista (BANCO DO NORDESTE, 1999)

3.1.6 Novos tempos, outras políticas

Apostar na industrialização como o caminho para o desenvolvimento dentro de uma ideologia modernizadora não é uma questão nova dentro dos projetos, planos e ações governamentais, tanto no Nordeste brasileiro como no Estado do Ceará. A trajetória econômica do Estado mostra que iniciativas desta natureza já fizeram parte dos planos do governo em outros momentos históricos³⁵. Notadamente a partir do início da década de 90, no entanto, o Ceará se destaca no cenário nordestino, por encaminhar uma nova dinâmica à industrialização, baseada numa política agressiva de incentivos fiscais, apoio à infraestrutura, e aproveitamento de espaços regionais, passando a investir na interiorização industrial.

A marca da política do Estado do Ceará é a atração de investimentos industriais, principalmente, do Sul e Sudeste. Os setores tradicionais, como têxtil, confecções e calçados, foram os mais priorizados. Dados do IPLANCE indicam que o Ceará é, hoje, um dos principais destinos de investimentos industriais do País, com 574 indústrias atraídas no período de 1991 a 2000.

Esta estratégia industrializante vem sendo conduzida desde 1987, quando se inicia um período da gestão do estado que se denominou

³⁵ Segundo Parente, a criação do Banco do Nordeste, em 1952, teve papel fundamental na formação de um quadro técnico essencial na transição para a “modernidade” da sociedade cearense. “A modernidade, entendida como uma racionalidade Weberiana enfatizando a técnica, já era uma estratégia de sobrevivência das elites cearenses e uma ideologia modernizadora, identificada com a industrialização, foi facilmente assimilada pelas elites políticas cearenses. O processo de afirmação e fortalecimento das lideranças de Carlos Jereissati e de Virgílio Távora é, portanto, articulado nacionalmente como consequência do projeto de modernização conservadora das elites brasileiras, um desdobramento da ideologia nacional desenvolvimentista. “Virgílio Távora fez uma administração com o propósito de mudar o modelo de desenvolvimento do Estado.(...) Tinha claro que a industrialização era a forma de produção mais adequada para mudanças qualitativas, não só para a economia estadual, mas para que as elites se fortalecessem e se consolidassem. Virgílio Távora foi responsável, então, por criar as bases do processo de industrialização no Estado” (PARENTE, 2000. p. 397).

“Governo das Mudanças”. A reestruturação industrial no Ceará foi acompanhada por mudanças políticas³⁶ que se apresentaram como elementos impulsionadores na dinamização econômica do Estado. Mediante um “projeto modernizador”, o grupo que assume o poder apresenta um discurso de oposição às denominadas oligarquias coronelistas e, desta forma, via a possibilidade de afastar o Estado do atraso econômico e social e do conservadorismo clientelista que, sob o poder dos coronéis, se utilizavam do setor público para a prática da vassalagem política e das trocas de favores (GONDIM, 2000). O então governo firmou o seu discurso fundado na idéia de modernidade e crescimento econômico, aliado a ganhos sociais.

No campo empresarial, a intenção era a inserção nos atuais paradigmas e exigências de desenvolvimento — com outros conceitos e métodos — demandando mudanças de comportamento no intuito de se ajustar ao novo cenário mundial. Os empresários locais visavam a promover intensa discussão dos problemas relacionados à reestruturação da economia local perante a questão regional, nacional e mundial.

A abertura dos mercados e a intensificação da globalização interferiram nos padrões de competitividade entre empresas e entre os territórios. A

³⁶ Na segunda metade dos anos 1970, um grupo de jovens empresários recebe da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) o Centro Industrial do Ceará (CIC) com o intuito de promover uma política desenvolvimentista contraposta ao modelo tradicional de desenvolvimento sob o poder coronelista. Com ares de reforma, o CIC passou a promover campanhas de esclarecimento à sociedade, na tentativa de discutir um novo projeto para o Ceará. Inúmeros eventos foram realizados com a participação de políticos, economistas e empresários. O CIC é transformado num fórum de debates, nascendo daí um projeto político para o Estado. Alianças políticas são articuladas em torno do comprometimento com o saneamento fiscal e financeiro do Estado, o uso racional da máquina pública e a erradicação da pobreza. Em 1987, “os jovens empresários” assumem o Governo do Estado, tendo à frente o governador eleito Tasso Jereissati. A mobilização política criada em torno do CIC e a aliança entre o governo ocasionou localmente uma visão estratégica combinada a uma cultura participativa dos empresários cearenses, efetivando-se o “Pacto de Cooperação”, um fórum permanente que visava a engajar parcelas cada vez mais significativas da sociedade na construção de um Ceará moderno.

crise fiscal do Estado, no final dos anos 1980, marca a transição para outra fase da economia regional, levando ao afastamento do planejamento regional patrocinado pelo Governo Federal. As alterações no sistema tributário, mediante a reforma constitucional de 1988, propiciaram aos estados maior autonomia no sentido de implantar políticas de atração de investimentos e de geração de empregos, deslocando a dinâmica da industrialização para a Região. Os estados da Federação passaram a ter papel mais ativo dentro do seu curso interno de desenvolvimento, desencadeando uma disputa interestadual sustentada por concessões de incentivos fiscais e financeiros, atraindo e ou apoiando atividades econômicas, o que comumente ficou conhecido como “guerra fiscal”.

As políticas de abertura comercial e de integração competitiva comandadas pelo mercado, aliadas aos aspectos da política de estabilização — juros elevados e curtos prazos para financiamento — afeta vários segmentos da indústria, especialmente no Sudeste, atuando favoravelmente no deslocamento de indústrias para o Nordeste. A esses fatores acrescentam-se os incentivos e a infraestrutura proporcionados pelos estados, além da super-oferta de mão-de-obra, de baixos salários e da possibilidade de flexibilizar as relações de trabalho mediante a subcontratação. Todos estes elementos alimentaram a “guerra fiscal” entre os estados (ARAÚJO, 1998).

A estratégia governamental no Estado do Ceará foi o fortalecimento do setor industrial como impulsionador do desenvolvimento, deslocando, assim, o eixo dinâmico da economia que antes era focado na agropecuária e serviços³⁷. Para tanto, iniciativas foram tomadas, entre as quais, a reforma do Estado e ajuste de contas públicas, o que permitiu a liberação de uma poupança pública que possibilitou retornar

³⁷ O fato de que 80% do território cearense são classificados como insertos no semi-árido, além do índice elevado de concentração de terras, demandaria uma proposta de desenvolvimento rural muito mais complexa e demorada que a industrialização, com os efeitos imediatos ressaltados na propaganda política do governo.

os investimentos. A parte estrutural também mereceu atenção. A construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, a ampliação do Aeroporto Internacional Pinto Martins, a construção do sistema de saneamento básico da cidade de Fortaleza, a construção do açude Castanhão, interligação das bacias hidrográficas do Estado, recuperação e ampliação do sistema rodoviário estadual, foram alguns dos investimentos em infra-estrutura.

A elevação do perfil educacional da população também foi pensada como forma de elevar a qualificação profissional e os níveis de empregabilidade, considerando que a oferta de empregos foi um dos objetivos ressaltados na política de industrialização. A Educação Básica do Estado foi ampliada e investimentos foram direcionados para a formação e treinamento da mão-de-obra para o setor industrial. Como exemplo, podemos citar a implantação e consolidação dos centros de ensino tecnológico (CENTEC's) e dos centros vocacionais tecnológicos (CVT's), como também as parcerias com os agentes responsáveis pela formação de trabalhadores (SEBRAE, SENAI, SINE, entre outros).

A política industrial adotada pelo Ceará tem por base as concessões financeiras e o apoio governamental, o qual ocorre pelo oferecimento de terrenos por parte dos governos estadual e municipal em dimensões compatíveis com os projetos e provendo-os de sistema de abastecimento de água, rede elétrica e telefônica e, ainda, rede de gás natural nas regiões em que este é disponível. Os incentivos financeiros acontecem por concessão via Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI). Os benefícios oferecidos às empresas interessadas em se instalar no Ceará variaram dependendo da localização de cada município. As plantas localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza são beneficiadas com empréstimos de 45% do ICMS, tendo como carência um período de trinta e seis meses. Ao devolver cada parcela, o investidor tem uma redução de 40% do valor devido e esse benefício é concedido por seis anos, podendo ser prorrogável. Para as empresas instaladas fora da Região Metropolitana, são oferecidas 75% do ICMS

(totalidade da parcela estadual), com carência de trinta e seis meses para o pagamento. Ao devolver cada parcela, o investidor tem uma redução de 75% do valor devido e esses benefícios são concedidos por dez, treze ou quinze anos para plantas que distem de Fortaleza até 300 km, entre 300 e 500 km respectivamente.

As indústrias pioneiras, no Estado, ficam isentas de juros e correção monetária das parcelas do FDI. O governo garante terrenos e toda infra-estrutura de acesso, como água, energia e comunicação até o local de instalação da planta.

Entre os setores industriais mais atraídos para o Estado, o calçadista ocupa a segunda posição. Apesar da existência de uma tradição calçadista no Ceará, este setor não representava um complexo relevante nem um pólo exportador. Aproveitando o cenário nacional calçadista em projeção, o Estado investiu no ramo. Em contatos com industriais do Rio Grande do Sul, consegue trazer a *Grendene*, uma das maiores empresas calçadistas do País, instalando três unidades, uma na Região Metropolitana de Fortaleza, uma em Sobral e outra na Região do Cariri, na cidade do Crato.

Quanto aos programas implementados pelo FDI, dois se destacam. O Programa de Incentivos à Atividade Portuária e Industrial do Ceará (PROAPI) e o Programa de Incentivo de Funcionamento de Empresas (PROVIN). O PROAPI surgiu com a missão de fomentar as atividades portuárias e dinamizar o desenvolvimento industrial e de produtos, do Estado, destinados à exportação. O programa prevê financiamentos para capital de giro às indústrias, com predominância para as que exportam calçados e ou componentes, com sede no Estado, utilizando recursos provenientes dos retornos das operações (art. 1º e 2º da lei 12478/95). O valor dos financiamentos correspondeu a 11% do montante FOB (Free on board) de cada exportação para indústrias, na condição de emprego intensivo dos recursos em mão-de-obra e de estabelecerem domicílio fiscal fora de Fortaleza.

No total, vinte e três empresas do setor coureiro-calçadista foram beneficiadas pelo Programa, duas das quais localizadas na região do Cariri.

Quadro 3.2

Empresas coureiro-calçadistas beneficiadas pelo PROAPI

Município	Razão social
Aracati	Incorporadora Aracati Calçados
Camocim	Democrata Nordeste calçados . Artf. Ltda.
Canindé	Canindé Calçados Ltda.
Caridade	Calçados Kascheli do Nordeste Ltda.
Cascavel	Bermas Indústria e Comércio Ltda. Ceville Calçados Ltda. Pé de Ferro Nordeste Ltda.
Crato	Indústria de Calçados Grendene Ltda.
Horizonte	Vulcabras do Nordeste S/A
Iguatu	Dakota Iguatu S/A
Itapajé	Disport Nordeste Ltda.
Itapipoca	Dilly Nordeste S/A
Juazeiro do Norte	Inbop Indústria de Borracha Ltda.
Maracanaú	Bermas Indústria e Comércio Ltda.
Maranguape	Dakota Nordeste S/A
Morada Nova	Calçados Reifer Ltda.
Quixeramobim	Calçados Aniger Nordeste Ltda.
Russas	Dakota Russas S/A

Senador Pompeu	Calçados Senador Pompeu Ltda.
Sobral	Bermas Indústria e Comércio Ltda. Grendene Sobral S/A
Tianguá	Renna Calçados Ltda.
Uruburetama	Disport Nordeste Ltda.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ceará, 2002.

Tido como o programa fundamental do FDI, o PROVIN tem como meta ajudar a consolidar o setor industrial do Estado por meio de incentivos para implantação, realocização e ampliação de unidades fabris. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (CEARÀ, 2002), dentre as empresas beneficiadas pelo PROVIN, 39 pertencem ao setor coureiro – calçadista e 12 destas estão localizadas no Cariri, especificamente nos Municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha.

Quadro 3.3

Empresas coureiro – calçadistas beneficiadas pelo PROVIN nos Municípios do Crato, Juazeiro e Barbalha

Município	Razão social
Barbalha	IBK. Indústria de Borracha e Calçados KAIANA. Ltda. Indústria e Comércio de calçados Daiana. Isanorte, Indústria e Comércio de Calçados Ltda.
Crato	Indústria de Calçados Grendene
Juazeiro do Norte	Bopil, Borracha e Plástico Industrial Ltda. Inbop Indústria de Borracha e Polímeros Ltda.

Inbrasa Indústria Brasileira de Sandália.

Industrial Bopil de Calçados.

Injetal Indústria e comércio de calçados injetados Ltda.

Sagian Acessórios Ltda.

Tecnolity do Nordeste.

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Ceará, 2002.

3.1.7 Novos espaços para a indústria

O incentivo à atividade industrial assume papel de destaque no Estado do Ceará, dentro de uma perspectiva descentralizadora. Partindo de uma nova visão industrial, o Ceará rompe com a idéia da formação de distritos industriais nas capitais regionais como pólos irradiadores do desenvolvimento, com base no modelo da CEPAL implementado pela SUDENE a partir dos anos 1960.

Um dos aspectos ressaltados no “Plano de Mudanças” (1987) do Governo estadual era a necessidade da distribuição das atividades econômicas.

A distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Estado do Ceará (...) é caracterizada por forte concentração em algumas micro-regiões e na área metropolitana de Fortaleza (...) observa-se, no interior, de modo geral, a falta de atividades produtivas estruturadoras da economia, capazes de gerar emprego, renda e produto que dêem suporte para a população. A busca de oportunidades para o desenvolvimento dessas atividades produtivas, em cada região e município será preocupação máxima do governo no seu propósito de viabilizar a interiorização do desenvolvimento do Estado. (SEPLAN, 1987, p.45).

A Região Metropolitana de Fortaleza acolhe um terço da população do Estado — resultado do crescimento demográfico acelerado — em uma área de 2,4% do território cearense, passando a exercer pressão sobre os investimentos públicos, em virtude da demanda por bens e serviços de interesse coletivo, ocasionando precoce “metropolização” e “favelização” da Capital.

Todos estes aspectos são considerados no Plano de Desenvolvimento do Estado de 1995-1998 como argumento para justificar a proposta de reorganização do espaço, de políticas no sentido de reverter o quadro de excessiva concentração populacional e de promover a interiorização das atividades produtivas. A interiorização passa a ter destaque no documento: “o Plano terá a marca da interiorização” (SEPLAN, 1995).

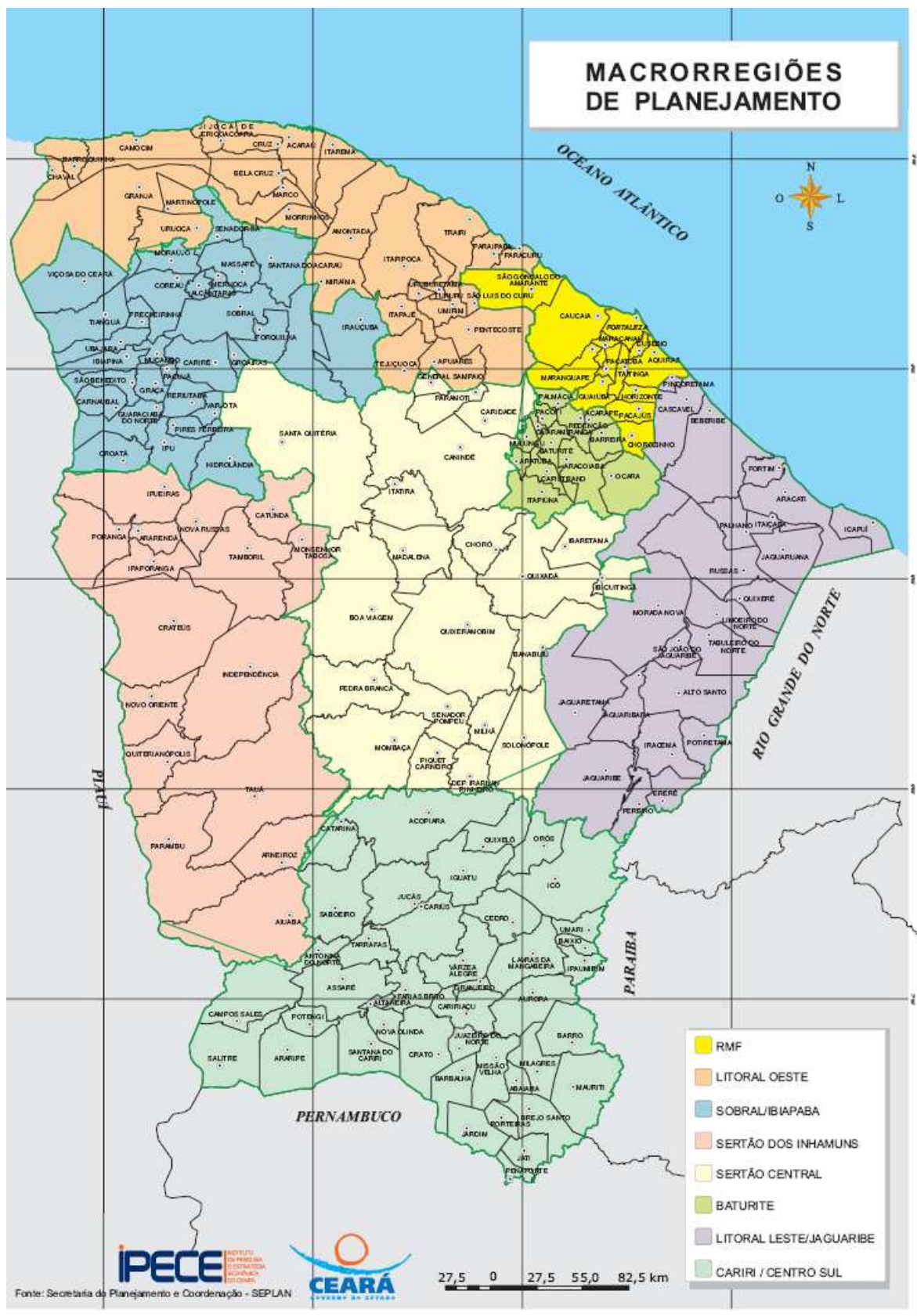
A proposta de interiorização do desenvolvimento econômico tem como base a estrutura setorial e espacial, mediante divisão político-administrativa segundo as áreas de desenvolvimento regional (ADR's). A divisão compreende sete áreas, a saber: Especial, Litoral, Vale do Jaguaribe/Centro Sul, Cariri, Sertão dos Inhamuns, Sertão Central, Sobral/Ibiapaba. De acordo com dados da SEPLAN (1995), cada uma das áreas detém configurações específicas tais como:

- A área especial compreende 9 municípios, com um território de 3.483 km², com 3.880 indústrias em funcionamento compondo os distritos industriais de Fortaleza e Maracanaú e os centros industriais de Aquiraz e Caucaia. Os gêneros de vestuário, calçados e artefatos de tecidos são os que mais se destacam nesta ADR.
- A área denominada Litoral é composta por 43, possui território de 28.173 km² e 532 indústrias ativas, compondo os centros industriais nos Municípios de Aracati e Pacajus, com destaque para o setor alimentício, têxtil, vestuário, de calçados e de artefatos de tecido.

- O Vale do Jaguaribe/Centro Sul, comporta 31 municípios, numa área de 28.218 km²; conta com 473 indústrias, compondo, em parte, os centros sócio-integrados de Iguatu, Limoeiro do Norte, Morada Nova e Russas, com a concentração nos produtos alimentícios e em minerais não metálicos.
- O Cariri possui 33 municípios e o seu território ocupa uma área de 15.934 km². Contém 520 indústrias, compondo o distrito industrial do CRAJUBAR. Quase metade das indústrias está concentrada no setor de vestuários, calçados, artefatos de tecidos e produtos alimentícios.
- O sertão dos Inhamuns é composto de 15 municípios, com área de 24.061 Km², e um total de 106 indústrias, com maior concentração nos Municípios de Crateús e Tauá, destacando-se o setor alimentício, de vestuário, calçados, artefatos de tecidos e madeira.
- O sertão central compreende 28 municípios, tendo uma área de 34.985 km² e 341 indústrias, compondo, em parte, os centros industriais sócio-integrados dos Municípios de Acarape, Quixeramobim e Redenção. Um terço das indústrias é de produtos alimentícios.
- Sobral/Ibiapaba é uma região composta por 25 municípios, numa área de 11.985 km²; abriga 353 indústrias, concentradas no ramo alimentício, de bebidas, vestuário, calçados e artefatos de tecidos.

Mapa 3.2

Macrorregiões de Planejamento do Estado do Ceará



Estas mudanças refletiram-se positivamente na imagem do Estado e na sua economia. De 1985 a 1999, o setor industrial cresceu a uma taxa média de 4,48% ao ano. A economia cearense neste mesmo período aumentou 62,5% enquanto a nacional registrou crescimento de 37,5. No primeiro semestre de 2000, o PIB foi acrescido de 5,3 % e o crescimento da produção industrial foi de 8,7% - o maior do País. (CEARÀ, 2000). Esse crescimento, no entanto, não conseguiu interferir nas disparidades de renda entre as classes sociais e entre as regiões do Estado, repercutindo nas desigualdades entre a capital e o resto do Ceará.

Neste processo, o FDI passou por mudanças, no intuito de descentralizar a produção industrial e atingir todo o Estado, concedendo incentivos mais vantajosos para as empresas que se dispusessem a se instalar fora da RMF. Tal iniciativa, entretanto, não conseguiu produzir uma real desconcentração decisiva, uma vez que não foi capaz de desenvolver economias de aglomeração importantes fora da capital, pelo fato de ter pulverizado os investimentos em muitos municípios (AMARAL FILHO, 2003), tornando-se motivo de críticas e insegurança, mesmo por parte do Governo, quanto aos resultados de longo prazo, tendo em vista a incerteza da permanência das empresas no Estado, uma vez prescrita a concessão de incentivos.

Essas constatações levaram o próprio Estado a rever as políticas de atração de investimentos³⁸ na perspectiva de reequilibrar as forças entre a RMF e o interior.

³⁸ Inicialmente acreditava-se na hipótese de que a atração de investimentos por meio de incentivos fiscais não comprometeria a receita tributária do Estado, já que as reduções ou isenções de ICMS seriam dadas a empresas industriais que não se instalariam no Ceará, caso o incentivo não fosse concedido; entretanto, a experiência mostrou ser falsa essa hipótese. Muitas empresas locais começaram a pressionar o Governo para obter as mesmas reduções ou isenções do ICMS dadas aos investidores externos. A concorrência entre os estados inflou a renúncia fiscal, levando em alguns casos à renúncia fiscal total, com prejuízo para os cofres do Governo, pois, em razão da obrigatoriedade de destinar parte da arrecadação do ICMS para fundos constitucionais, o Governo do Estado teve que

As novas políticas adotadas se voltaram para o desenvolvimento regional. Para a operacionalização de tais políticas, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional –SDLR. Mediante o “Programa de Desenvolvimento Regional do Ceará “ - 2003, surgiram os seguintes projetos: i) Plano de Desenvolvimento Regional; ii) Escritórios Regionais; iii) Consultoria Empresarial; iv) Consultoria Empresarial Rural; v) Agente de Inovação. O foco do Programa é o fortalecimento do tecido socioeconômico, dentro do qual estão o capital humano, o capital social e as micro e pequenas empresas, principalmente organizadas em arranjos produtivos locais.

De certa forma, essa reorientação da política do Estado é mais uma tentativa de criar estratégias de desenvolvimento como um processo endógeno, tema que se tornou constante nos debates acadêmicos e institucionais, bem como nas experiências de desenvolvimento local que foram se configurando nas últimas décadas, principalmente em alguns países da América Latina e Europa.³⁹

È interessante ressaltar que o Estado do Ceará não abandonou a política de atração de investimentos. Quanto às novas orientações, ainda não há dados sobre os efeitos de algumas iniciativas — que estão se dando mais como forma de experimentação — principalmente no arranjo produtivo de calçados.

arcar com o ônus de repassar para esses fundos uma arrecadação que de fato não ocorreu, diminuindo assim sua capacidade de investir diretamente em outras áreas como saúde, educação e infra-estrutura. O próprio Governo começou a admitir a insustentabilidade da política de atração de investimentos. (ROCHA, 2003)

³⁹ Para mais informações sobre o tema, ver Barquero (2001).

3.2 A FORMAÇÃO DE UM ARRANJO PRODUTIVO NO CARIRI CEARENSE - AS TEIAS DAS RELAÇÕES SOCIAIS

3.2.1 Do povoamento da região às oficinas artesanais

Na região do Cariri, especialmente os Municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (o chamado triângulo Crajubar), a paisagem já anuncia que ali a produção de calçados se faz presente. Na via principal, que liga as três sedes municipais, galpões e logomarcas identificam fábricas de sandálias de vários tipos e de componentes sintéticos para calçados, além das fabriquetas de fundo de quintal e de galpões que não deixam marcas visíveis. É preciso adentrar o universo do calçado para, mediante as indicações dos “conhecedores” do assunto, desbravar esses espaços que se espalham por entre os bairros das três cidades, principalmente Juazeiro do Norte. Algumas estão lá já faz algum tempo, umas pequenas, outras maiores, e até umas bem grandes; outras vão chegando e se juntando, formando um aglomerado Industrial.

Foto 3.1



Fachada de indústria. Foto Gessy Maia.

O Cariri já é conhecido por essa atividade produtiva, chegando a ter a maior produção do Estado, que, por sua vez, já se destaca nacionalmente como terceiro maior produtor. Não se dispõe de dados oficiais que retratem o setor calçadista. Considerando a região do Cariri como um todo, porém, o Sindicato das Indústrias de Calçados e Vestuário do Cariri (SINDINDÚSTRIA), a Associação dos Fabricantes de Calçados (AFABRICAL) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) estimam a existência de 300 empresas ativas, tornando disponíveis aproximadamente 8.000 postos de trabalho formais e informais. A predominância é de micro e pequenas empresas, representando 70%. As médias representam 25% e as grandes, 5%. Desse total, muitas empresas atuam na informalidade, como forma de se manterem vivas no mercado. Embora a região tenha uma tradição de calçados de couro produzidos artesanalmente, sua produção, hoje, é predominantemente de calçados sintéticos. São sandálias masculinas, femininas e infantis de cores e formas variadas, fruto da inserção de novas tecnologias no setor produtivo, com a aquisição de máquinas, equipamentos e matérias-primas novas, como é o caso do EVA, PVC, TR e PU⁴⁰. Em grande diversidade, produtos e materiais são fabricados no Cariri, não deixando de esquecer que as sandálias de rabicho confeccionadas em couro cru ainda são fabricadas artesanalmente.

Esta formação pode parecer recente, e fruto da política de interiorização industrial do Estado, que concedeu incentivos fiscais para grandes empresas se instalarem nos “quatro cantos” do Estado. Fatores históricos, culturais e conjunturais, porém, se mostraram decisivos para a formação desse arranjo, considerando que *somente a*

⁴⁰ Significam respectivamente: Copolímero de etil vinil acetato; policloreto de vinila; borracha termoplástica; poliuretano. Nas últimas décadas, os materiais utilizados na confecção de calçados variaram de forma significativa, pois se utilizam de sintéticos advindos do setor petroquímico. O E.V.A é bastante empregado na confecção de palmilhas e solados, enquanto os outros materiais acima citados, também são utilizados na fabricação de solados e na confecção dos laminados sintéticos.

história nos instrui sobre o significado das coisas. Mas é preciso sempre reconstruí-la, para incorporar novas realidades e novas idéias ou, em outras palavras para levarmos em conta o tempo que passa e tudo muda (SANTOS, 1998, p.15).

Foto 3.2



Calçados produzidos artesanalmente. Foto da autora.

A história da produção de calçados no Cariri e da formação desse arranjo produtivo, no entanto, não se conta em poucos anos, pois remonta ao próprio povoamento da região. Terras férteis e fontes de águas perenes foram aspectos atrativos aos criadores de gado, vindos da Bahia e de Pernambuco, que se instalam nestas paisagens. Inicia-se então o povoamento da região do Cariri e, ao longo dos séculos XVIII e XIX, a pecuária foi dali a base econômica. A presença do couro na nossa cultura vem desde o período das primeiras fixações do homem branco no Brasil, mas, só a partir do século XVII, com a expansão das lavouras de cana-de-açúcar, o gado adentrou o sertão. Para lidar com o boi, o sertanejo se vestia de couro, a fim de se proteger dentro da

caatinga. Surge, então, o vaqueiro, figura mítica do sertão representada pela bravura, coragem e pela sua estética de herói encourado. A partir de então, os primeiros ofícios foram criados. Os artesãos do couro, além de calçados, produziam ainda uma série de produtos utilizados no meio rural, como cintos, arreios, selas, chapéus etc. A história da tradição calçadista do Cariri não deve ser descolada dessa primeira atividade econômica, advindo daí a sua principal matéria-prima: o “couro”.

Outros fatores também foram determinantes para formar ali essa tradição. Entre 1850 e 1870, a região começou a receber influências da chegada dos comerciantes vindos de outras partes do Ceará, transformando a economia da região, antes puramente agropastoril, em uma economia voltada ao comércio varejista.

O rápido crescimento populacional de Juazeiro do Norte, fruto dos fluxos migratórios atraídos pela fama de “santo” e “milagreiro” de Padre Cícero, torna-se outro elemento impulsionador desta atividade produtiva. A partir de 1889, com o “milagre da hóstia”⁴¹, o então Distrito de Juazeiro do Norte se transforma numa “vila santuário” e surgem as primeiras romarias. Levas de devotos e migrantes vinham de todas as partes, principalmente do Nordeste, em busca de trabalho e proteção espiritual, atraídos pela fertilidade do Cariri e pelo prestígio do taumaturgo que começara a se propagar. Essa “população adventícia”, no dizer de Della Cava (1976), vinha fugindo das secas que assolavam a região e esperavam encontrar meios de sobrevivência no lugar. Eram trabalhadores, que traziam consigo seus saberes e fazeres, sobretudo agricultores e artesãos (atividades predominantes no sertão do século XIX, considerando as condições técnicas naquele momento) tais como: esteireiros, santeiros, sapateiros, ourives, ferreiros, dentre outros, que foram contribuindo para a ocupação e a formação econômica do local.

⁴¹ No dia 1º de maio de 1889 ocorreu, pela primeira vez em público, o “milagre de Juazeiro”. Quando a devota Maria de Araújo recebeu a comunhão em missa celebrada pelo Padre Cícero, a hóstia se transformou em sangue (DELLA CAVA, 1976).

Em razão da grande afluência de devotos e trabalhadores, era necessário criar as condições de subsistência de todo o povo que chegava. Tomando por base o trabalho e a oração, o Padre criou e consolidou redes de produção e de comercialização como forma de empregar os recursos disponíveis (terra e matérias-primas, como couro, palha, cipó, barro). Essa ação econômica, pautada no trabalho e na fé, deu fundamento a uma concepção de desenvolvimento que abrigava, em seu interior, uma visão empreendedora — pois o incentivo era para “fazer” e “produzir” — que moldou a geografia do lugar (passando de vila santuário para região de economia urbana).

Ramos (2000) destaca que o progresso de Juazeiro do Norte caracterizou-se, no pensamento dos moradores da Cidade, desde o início do século XX, até os dias atuais, como “o maior milagre do Padre Cícero”. Uma imagem de auto-valorização individual ou coletiva, como defesa de acusações de fanatismo, como exaltação patriótica e de *marketing* de políticos, comerciantes e industriais.

A chegada, no ano de 1909, de uma das primeiras máquinas de beneficiar algodão do Cariri suscitou muitos relatos que mostram indícios da visão empreendedora do Padre Cícero e da cidade como “Terra do Progresso”.

Chegando ao porto de Fortaleza, a máquina foi transportada pela estrada de ferro de Baturité até a estação de Iguatu — última parada da ferrovia. Daí em diante, a máquina seguiu uma distância de 250 quilômetros em carro de boi arrastada por cerca de 200 homens.

Foi uma caminhada penosa e heróica. Essa maratona durou 68 dias de sol e chuva, numa medida de força entre o sertão virgem e a invasão mecanizada da revolução industrial (BARBOSA apud RAMOS 2000, p. 95).

O cronista Valter Barbosa ressalta a iniciativa como “mais um passo na ascensão industrial do Cariri e Juazeiro em contato com a revolução industrial”.

Os toscos teares existentes em Juazeiro de então, responsáveis pelas confecções de confortáveis redes e cobertores para utilizarem a matéria-prima (algodão em pluma) teriam que ter (as fiandeiras) o penoso trabalho de descaroçá-lo à mão, para depois o produto ser transformado em fios, graças aos fusos, manuseados habilidosamente pelo sexo feminino. Eram centenas de senhoras e mocinhas nesse trabalho. O algodão era vendido em caroço por um preço insignificante, estabelecido pelos corretores e compradores que não chegava a compensar. Como verdadeiro guardião do interesse de um povo, o padre Cícero idealizou a instalação de uma ou mais máquinas para beneficiar o produto local, evitando a sua venda por preços insignificantes. (BARBOSA apud RAMOS, 2000, p. 95)

O transporte da máquina põe a ressaltar não só a idéia de desenvolvimento e progresso atribuída ao Religioso, mas ao trabalho coletivo realizado pelos devotos. O Padre, comumente, formava mutirões e jornadas para a realização de atividades diversas tais como a construção e reforma de igrejas e o trabalho nas lavouras de suas terras. Essa tarefa era realizada como um ritual religioso, no qual se entoavam cânticos e orações e, geralmente, era paga com um prato de comida. Nestes casos, o sentido religioso encarnava-se no labor.

A morte do Padre Cícero, em 1934, pôs fim aos mutirões de trabalhadores e de devotos, no entanto, o crescimento do comércio, do artesanato e do movimento migratório não arrefeceu, dando, cada vez mais, sinais do dinamismo.

Facó (1963) relata que a principal atividade econômica de Juazeiro do Norte provinha de suas florescentes indústrias artesanais, como forma de atender às necessidades de consumo do povoado, que ascendia, e de oferecer ocupação para os migrantes, pois as áreas agrícolas eram exíguas para absorver todo o povo que chegava.

Rabello (1967) destaca um aspecto peculiar da produção artesanal de Juazeiro do Norte. O autor constata que essa produção extrapolava o seu aspecto utilitário, pois eram produzidos, também, objetos para culto religioso a fim de atender o mercado de fiéis que se ampliava. Surgem, desta forma, os medalheiros que, depois, se transformam nos ourives de Juazeiro do Norte, atividade que ficou conhecida em todo o Nordeste brasileiro.

O crescimento das atividades artesanais, no lugar, fez com que a cidade fosse chamada, de “cidade oficina”. Rabello (1967) relembra como a intensidade das atividades artesanais chamava a atenção dos visitantes, num entrelaçamento de residências-oficinas e pontos comerciais, o que o faz comparar a uma aldeia do Oriente.

Por toda parte residências oficinas. Ruas residenciais ou de comércio ainda abrigam oficinas de artesãos, sobretudo as mais organizadas – as dos ourives e dos sapateiros (RABELLO, 1967, p. 72).

A imagem de Juazeiro do Norte como “cidade oficina”, lugar onde havia trabalho para todos, permitiu um movimento migratório constante fazendo a cidade crescer, de modo que, dentre as aglomerações populacionais destacadas no quadro que aponta o crescimento demográfico, é a única a triplicar o número de habitantes entre 1920 e 1960.

Quadro 3.4

População de Juazeiro do Norte- Censos de 1920, 1940, 1950, 1960

	1920	1940	1950	1960
Crato	29.774	38.968	48.503	59.464
Iguatu	32.406	35.148	42.302	51.570

Sobral	39.003	56.250	71.121	78.818
Juazeiro	22.067	38.530	56.904	68.494

Fonte: (Ramos, 2000)

No dia 27 de fevereiro de 1949, o jornal *Correio de Juazeiro* publicou uma reportagem com o título “Mãos que produzem milagres”, fazendo alusão às pequenas indústrias de Juazeiro e referindo-se à cidade como a “São Paulo do Cariri”. No levantamento realizado, destacou-se que, por falta de dados precisos, deixou-se de incluir, na relação de empresas que ali atuavam, números referentes às indústrias de palha, fósforo, serrotes, espoletas, anzóis, pentes, cachimbos, chapéus e louças de barro (RAMOS, 2000).

Quadro 3.5 Atividades produtivas em Juazeiro do Norte

Atividade/empresa	Quantidade
Sapataria e artefatos de couro	108
Ourivesaria	75
Oficina de faca e artefatos de ferro	87
Movelaria e carpintaria	87
Tecelagem de redes	38
Fabricação de fogos e explosivos	23
Fábrica de colorau	02
Fábrica de doces	02
Fabricação de bebidas	06
Fábrica de espingardas	03
Fabricação de objetos de gesso	02
Fabricação de tamancos	06
Chapelaria e tinturaria	01
Niquelaria	01
Perfumaria	01
Serraria	01
Beneficiamento de algodão	03

Beneficiamento de cereais	03
Padaria	07
Fábrica de relógio	01

Fonte: Ramos (2000)

Já no início do século XX, o desenvolvimento das atividades permitiu o deslocamento dos artesãos de suas casas para oficinas no centro da cidade, como forma de atrair a freguesia — criando espaços distintivos para determinados ofícios — e de ampliação do mercado.

Para aquele artesanato que crescia e que passava a constituir o principal setor da economia do município, uma atividade antes aleatória tornava-se agora permanente. Antes dispersa em milhares de choupanas sertanejas, agora concentrada, antes destinada quase exclusivamente ao próprio uso de artesãos, visava agora ao mercado (FACÓ, 1963, p.22).

Referindo-se aos sapateiros e seleiros, Rabello (1967) diz que estes eram tão numerosos quanto os marceneiros e ferreiros juntos, e acrescenta detalhes da produção que desmonta a idéia de que os calçados produzidos se limitavam às rústicas sandálias de rabicho. Conforme descreve o autor, o material usado não estava restrito aos couros mal curtidos da região, mas também peles finas, como vaquetas, pelicas e camurças eram utilizadas para a confecção de sapatos e bolsas de qualidade superior destinados às senhoras. *Ainda em 1956, o Banco do Nordeste do Brasil assinalou a produção de 842.555 pares de sapato e 76.500 artigos outros feitos em pele no valor total de Cr\$ 980,000 (1967, p. 97).*

As características iniciais da produção de calçados, fundadas no couro e no artesanato, são relatadas pelos antigos produtores e por outros conhecedores da história. Na maioria dos casos, o trabalho se desenvolvia coletivamente e os ensinamentos eram repassados de pai para filho ou de um mestre para os aprendizes. Desta forma, o saber fazer e as trocas faziam parte de uma rede de reciprocidades.

Antigamente nós tínhamos aqui muitos sapateiros. Aqui na rua São Paulo, entre a Santa Luzia e a rua da Glória, nós tínhamos ali em torno de umas vinte pequenas oficinas de sapateiros. E aquilo ele batia no pé com aquela ferramenta, então ele fazia a sandália de rabicho, ele fazia a bota, ele fazia esse sapato mais grosseiro. Então se você chegar para o Ranildo que é um antigo, chegar para o Lica, ele dizia: “olhe, foi meu pai que já aprendeu com fulano.” Aí hoje tem um Lica, que é um senhor já de idade, tem o filho do Lica, que é o Gil, que já foi preparado com outra mentalidade (Representante do SEBRAE).

Era sapato de couro, o material todo era couro, era ainda na tacha, no prego (Pequeno produtor que detém arte do ofício).

A capacitação formada localmente e difundida em uma teia de relações pessoais e familiares ocasionou novos empreendimentos. Uma parte das empresas se multiplicou, a partir da experiência acumulada na produção. Essa experiência foi transmitida por difusão familiar de conhecimentos tácitos dessa atividade.

Um antigo produtor relembra as duas opções de ofício, na Cidade, e do desdobramento dessas atividades, como também a influência da família como formadora de trabalhadores.

Eu comecei a trabalhar de ajudante, aí depois passei a mestre e aí lá vai. Naquela época, passava para mestre! Aí depois, comecei a fazer a mercadoria, comecei a fazer o sapato, aí depois foram os meus irmãos. Também, na época, só tinha ouro e sapato para a gente trabalhar, não tinha emprego nenhum: ou roça, ou sapato, ou ouro! Isso aqui no Juazeiro, nos outros cantos não. A gente não queria ir pra roça, então fomos pro sapato (Antigo produtor que detém a arte do ofício).

O sapateiro era o seguinte: era o ourives e o sapateiro, se batiam os dois. O ourives se acabou e o sapateiro ainda permanece (Pequeno produtor que detém a arte do ofício).

(A tradição de calçados) vem do sapateiro-artesão, tanto essa questão do calçado como a do folheado, porque Juazeiro tem muita coisa a ver com essas duas atividades, porque antigamente era assim: se tinha

aquela cultura que o meu pai fazia isso, eu vou fazer também. É a questão do artesão do calçado. Naquela época (setenta, oitenta anos atrás), já tinha essa cultura, e criou isso daí de pai para filho (Representante do SEBRAE).

Já na década de 1960, esta atividade produtiva começa a apresentar sinais de mudança, haja vista a entrada de novos materiais e a produção industrializada. Para Rabello, são os indícios de crise de duas destacadas atividades produtivas: “ouro” e “calçados”.

Vão rareando os ourives, que não suportam o alto custo do ouro e a concorrência das “fantasias” fabricadas em série no sul do país. Também os sapateiros não podem agüentar a invasão dos sapatos de plástico, mais vistosos e mais baratos. Nos tabuleiros das feiras e nas portas de lojas de calçados o que se vê são montes de sandálias, alpercatas e sapato de todos os feitios, não de couro, mas de plástico. Sabe-se que eles duram pouco; entretanto são os preferidos pela gente do povo que gosta das cores vivas dos plásticos e do seu preço mais baixo (RABELLO, 1967, p. 97).

A crise da produção de calçados em couro, entretanto, não significou a decadência desta atividade, mas sim uma mudança no produto e na produção. O dinamismo do comércio de Juazeiro do Norte — na década de 1960, o Município despontou como o segundo maior centro comercial do Ceará — impulsionou o surgimento de empresas produtoras de sandálias microporosas e de placas de borracha em EVA (etil vinil acetato), matéria-prima básica para fabricação de calçados. A região se destaca, atualmente, como uma das maiores produtoras de EVA do Brasil.

A permanência dessa tradição vai choca-se a algumas previsões que asseguravam que o tempo dos sapateiros no Cariri já estava para se encerrar, haja vista as condições técnicas da produção.

O aparelhamento das oficinas dos sapateiros é quase sempre rudimentar. Exceto uma ou outra que ostenta algumas máquinas apropriadas, quase não há diferença entre as dos remendões. Parece que a voga dos

sapateiros juazeirenses já passou, a menos que seu capital possa suportar a fabricação, com melhor técnica, de sapatos de qualidade, para o mercado mais exigente das grandes cidades (RABELLO, 1967, p. 76).

Alguns produtores ficam admirados com o desencadeamento desta atividade produtiva, sua modernização e a entrada de equipamentos. Sua heterogeneidade, seja em porte, capacitação tecnológica e inovadora, seja pela multiplicidade de produtos, contemplando aspectos como moda, gênero, faixa etária e tipo de material, garantem uma dinâmica no setor, bem como a capacidade de responder às exigências de flexibilidade requerida pela variação do mercado (mudanças nos produtos, novos materiais e equipamentos).

Foto 3.3



Calçados de EVA. Foto Gessy Maia.

Era um artesanato, hoje é um negócio bem diferente, tem tanta máquina que a gente não sabe para que serve. É tanta máquina que é um negócio incrível. Eu comecei a trabalhar nessa profissão, eu tinha 11 anos, era tanto sapateiro na minha vida... E eu pensei que ia se acabar

mais fez foi aumentar, e hoje é que tem mais! (Pequeno produtor).

Aqui, sempre teve essa tradição de calçado. É porque não era divulgado, como hoje está sendo, era um negócio mais grosseiro. Vem, desde o início, a tradição das sandálias de rabicho de couro. Aí depois foi evoluindo, e hoje até exporta! (Pequeno produtor).

Percebe-se que a produção de calçados, no Cariri, não é a mesma de outrora. Novas formas de produzir acompanharam a entrada de novos materiais e equipamentos em decorrência de inovações tecnológicas no setor e, conseqüentemente, surge um produto variado, que muda com as exigências de uma sociedade consumidora. Surgem fábricas modernas com linhas de montagem, máquinas que já fazem solados e palmilhas prontos na hora; é a vez dos injetados que dispensam o manejo com a matéria-prima; em conseqüência, as habilidades profissionais exigidas já não são mais as mesmas. O manejo, agora, é com a máquina e também com o tempo, pois tudo passa a ser cronometrado. O saber agora é dividido em várias funções. O modelo e a cor já são definidos por um especialista do ramo, que capta as tendências do mercado e da última moda, repassando para as revistas — de onde são copiadas pelos pequenos produtores — e para as prateleiras das lojas. A capacidade de adaptabilidade do arranjo é realçada na fala de alguns produtores: *“sai um modelo novo hoje, com quinze dias o Cariri todo já está fazendo igual”*.

O novo ciclo na produção de calçados do Cariri, à primeira vista, abdica de uma tradição marcada pelo couro. O saber fazer e as habilidades do velho sapateiro experiente parecem se perder diante desta nova produção. Ficam as marcas de um ofício que hoje precisa ser treinado e qualificado para atender às demandas de uma área que se moderniza. São transformações que modificam a organização do trabalho, bem como a relação do trabalhador com o seu mister.

É, aqui não se requer muita qualificação, não. É diferente fazer um produto de mais qualidade que

depende mais do valor agregado do que da máquina. Já aqui a gente depende mais da máquina do que do operário (Pequeno produtor).

É bom deixar claro que o mundo da produção não caminha em direção a um modelo único de reestruturação. A transição não ocorre de forma linear, tampouco, de maneira contínua — formas antigas e modernas se contrapõem e se conjugam, demonstrando a complexidade do processo, como bem coloca Machado:

O processo de transição de um a outro tipo de sociedade é contínuo e descontínuo ao mesmo tempo, às mudanças qualitativas sucedem mudanças quantitativas, à emergência dos novos elementos sobrevêm a continuidade das antigas formas, mostrando que se trata de um processo complexo, de interpenetração, onde contradições já existentes se repõem e se entrelaçam com outras novas. A sociedade tecnizada surge quando a sociedade industrial ainda não se esgotou e, no caso dos países subdesenvolvidos, ela se esboça em meio a graves distorções e acentua os descompassos de tempo e de ritmo que caracteriza o desenvolvimento periférico. (1994, p.13).

O hibridismo que caracteriza a produção permite a convivência de microprodutores-artesãos que mantêm viva a tradição das sandálias de rabicho de couro no local, com médias e grandes empresas, com organização, técnica e material diversos. São os resquícios da chamada “civilização do couro,”⁴² que teima em resistir ao tempo. Nas mãos de habilidosos artífices, o couro é beneficiado e transformado em peças do vestuário, como sandálias, sapatos e bolsas. É a arte regionalista que retrata a iconografia do sertão, representada por figuras como o vaqueiro e o cangaceiro, que servem de inspiração para os artesãos. Virgulino Ferreira, o “Lampião”, é um dos inspiradores dos artesãos, que permanecem reeditando o desenho original dessas sandálias.

Foto 3.4

⁴² Expressão do historiador cearense João Capistrano de Abreu.



Produtor-artesão costurando uma peça. Foto: Ceará feito a mão.

3.2.2 Novas formas de produzir

A utilização do EVA como matéria-prima para a produção calçadista impulsiona esta atividade produtiva no Cariri. Inicia-se, então, um novo ciclo na produção de calçados, agora sintéticos, marca que identifica hoje a região. A entrada dessa indústria no lugar está atrelada à figura de um médio produtor, Severino Duarte, pioneiro na fabricação de placas de EVA e de sandálias de borracha. “Seu” Severino nos conta que, no início da década de 1960, comercializava ouro (período de auge da produção de folheados em Juazeiro do Norte). Nos contatos de venda no Recife, depara-se com umas sandálias com solados e tiras de borracha, as chamadas “japonesas”, passando então a comercializá-las. Já em 1963, junto com outros comerciantes que vendiam sandálias vindas do Sudeste do País, se unem e fundam a “Inboplasa”. Começam a comprar placas e tiras para a confecção de sandálias microporosas, depois passam a produzir as placas de EVA, tornando-se inovadores,

ao introduzir esse material na região. A sociedade, no entanto, foi dissolvida e muitos dos que saíram montaram outras empresas.

A porta de entrada desses produtores no ramo não foi o ofício, mas sim a comercialização. Dois deles são os proprietários dos grupos Inboplasa e Bopil, que contam com a média de 800 funcionários. Além da produção de sandálias *surf* e microporosas, fabricam placas de EVA. Os dois grupos receberam incentivos fiscais do governo estadual. Vendem para diversos estados do Brasil, para o Mercosul e para a Europa.

A partir da década de 1970, a produção dessa matéria-prima alavancou a produção de calçados na região. Vários comerciantes começaram a produzir calçados em virtude da existência de matéria-prima no local, assim como alguns técnicos atraídos pelo aglomerado instalaram unidades industriais. Destaca-se também a vocação regional para o comércio como um dos lastros que impulsionou o surgimento de empresas. Para o presidente do SINDINDÚSTRIA, a entrada de novos materiais foi fundamental para o dinamismo do setor, além de destacar características empreendedoras do povo do lugar, características citadas como influência dos ensinamentos do Padre Cícero para o trabalho.

Começa, então, a história da produção de placas e sandálias de borracha, hoje marca do Cariri. Apesar de a história da produção de calçados no Cariri ter o seu princípio no couro, é a partir da entrada de materiais sintéticos derivados do petróleo como EVA, PVC, PU, SBR que o setor cresce e adquire dinamismo. Essa singularidade diferencia esse arranjo produtivo de outros pólos calçadistas, como os de São Paulo e Rio Grande do Sul, que têm o couro como matéria-prima principal, estando a produção diretamente atrelada ao setor coureiro.

Foto 3.5



Calçados de material sintético. Foto: Gessy Maia

Os produtores pioneiros na utilização de materiais sintéticos introduziram inovação e modernização na forma de produzir e influenciaram novos produtores, marcando mais um ciclo na produção de calçados no Cariri. A partir de então, os desafios foram outros. O avanço tecnológico na área, novos equipamentos e materiais demandavam uma produção e um saber que extrapolavam os muros do lugar. Acompanhar as mudanças significava estender as relações e buscar parcerias de forma coletiva, com outros espaços produtivos e instituições do Estado, do País e de outros países.

O novo ciclo na produção de calçados no Cariri, com o uso de novos materiais, não é o único fator para o distanciamento de uma tradição marcada pelo couro. O fechamento de muitos curtumes e a falta de incentivos para modernização de um que restou em Juazeiro do Norte⁴³ põe em risco um elo da cadeia que já existe. Esse processo não é um caso isolado, pois se registra, no período, um grande declínio entre os curtumes no Nordeste brasileiro, principalmente em razão da concorrência com grandes curtumes do Sul e do Sudeste que

⁴³ O curtume Santo Agostinho existe há mais de 30 anos.

modernizaram sua produção e ampliaram a capacidade produtiva, atingindo outros mercados.

Ao estudar o arranjo produtivo de calçados em Campina Grande, no Estado da Paraíba, Lemos (2003) também detectou o declínio dos curtumes locais e mesmo o fechamento destes, contribuindo, portanto, para a mudança das características dos calçados produzidos no lugar. A oferta reduzida do couro e os preços elevados tornaram-se um obstáculo para muitos produtores que passaram a optar por materiais sintéticos, diminuindo custos e melhorando o acesso ao material.

Tendo em vista que o preço do couro no mercado internacional cresceu significativamente, a produção destes curtumes estava ainda mais orientada para o mercado externo. Sua estratégia de compra de peles envolvia o oferecimento de melhores condições de preço e de pagamento, diminuindo consideravelmente a margem de negociação para os curtumes locais (LEMOS, 2003, p. 168).

Uma série de fatores levou muitos produtores que utilizavam o couro a optar pelos materiais sintéticos. O acesso ao material, facilidade de manusear e preço acessível, somados a um tempo mais curto na produção, foram decisivos para utilização dos novos materiais.

Relembrando esse processo ocorrido no Cariri, um técnico do SEBRAE, que acompanha o arranjo, relatou as mudanças ocorridas, envolvendo o processo produtivo e, conseqüentemente, o produto, desencadeadas pela entrada de novos materiais.

Eu diria que a nossa cultura foi se distanciando muito do artesanato e do couro a partir do momento da entrada do sintético. A borracha, principalmente daquela velha sandália havaiana, a similar da havaiana, que é de uma borracha de EVA. Aqui, por exemplo, nós tínhamos dois curtumes, aqui em Juazeiro, mais um curtume em Iguatu e se eu não me engano, em Orós. Então a gente tinha vários pequenos curtumes. Então os curtumes foram se extinguindo por si sós, porque não tinham mais mercado para vender um produto desse, que era um problema danado. O nosso couro era de baixa qualidade e se

tivesse um couro bom, também não tinha um mercado para ele porque o sintético estava absorvendo, isso depois que entrou a placa de borracha de EVA. Então, os produtores-artesãos deixaram de fazer o solado de couro. Os calçados com solado de borracha eram bem mais fáceis de fazer, pois usavam cola e não precisavam pregar com prego, com tachinha. O mercado estava absorvendo esse produto novo e o artesão do couro foi ficando para trás. Porque enquanto você fazia dez sandálias de borracha, eles faziam uma de couro, aí era questão do tempo, o tempo custa dinheiro. Ele estava sem poder vender, é um produto muito bom. Então, ele levava seis, sete meses, mas não vendia porque era muito caro (Representante do SEBRAE).

Ao longo de suas trajetórias, as empresas vão acumulando uma base de conhecimentos advindos da prática, da interação ou da imitação das experiências trocadas com outras congêneres. Os depoimentos dos produtores revelam que, ao investirem em inovações tecnológicas e em um saber fazer característico do lugar, perseguem o ideal de produzir com qualidade. Esse aspecto mostra a dificuldade dos que persistem no casamento da tradição com o moderno, ou seja, dos produtores que têm no couro a sua matéria-prima principal e nele buscam a marca e um valor para o seu produto. Na fala de um destes, podemos perceber um pouco o dilema da qualificação que se perde nas brechas abertas e os elos cortados no mundo dessa produção.

Eu cheguei num produto final... que isso não pode ser empecilho. Eu tenho que botar o produto na vitrine conforme eu venho propondo, conforme o consumidor está acostumado a comprar. Mas quantas empresas deixam de trabalhar com o couro por estas dificuldades? Porque o cara tem uma fábrica tem os seus equipamentos, suas máquinas e sua mão-de-obra especializada. Em Juazeiro, toda mão-de-obra de calçados conhece couro. Essa mão de obra está sendo transferida pro sintético. Nós temos cem anos aqui que todo mundo trabalha com couro. Aí começa a rodar a notícia que o curtume não tem couro para atender, que o couro está muito caro e que na porta dele, no comércio local, ele tem a opção de comprar o sintético mais barato. Aí ele vai baixando o nível, ele vai desperdiçando a mão-de-obra que ele tem qualificada, aí já não tem volta. O produto cai, cai o preço, vai perdendo o cliente, vai ficando também um caminho sem volta. Quando ele pensar em retornar, ele vai ter uma dificuldade enorme para conquistar novamente esse

consumidor que paga mais pelo produto dele
(Representante comercial que se tornou produtor).

A produção do Cariri é considerada de baixa e média qualidade e, cada vez mais, o baixo custo é usado como forma de competir. No caso das micro e pequenas empresas, que não conseguem investir em inovação tecnológica, aplicam-se na cópia e na imitação com qualidade inferior. Conseguem competir pelos produtos populares produzidos com material reciclado de PVC reforçando a tríade custo baixo, preço baixo, qualidade também baixa. São aspectos que podem ser avaliados como uma das fragilidades do arranjo, pois tal fato dificulta a criação de uma marca que caracterize o produto da região. Sempre ficam na dependência das grandes empresas e não conseguem produzir com qualidade e originalidade.

Entendo que essas fragilidades são frutos da perda de alguns elos da tradição calçadista na região. A ausência de centros de P&D (pesquisa e desenvolvimento) e instituições de apoio à transferência de conhecimento para pequenas e médias empresas, e uma atuação no sentido de captar essas dificuldades, reforçaram essas fragilidades. Os pequenos produtores, que detinham um conhecimento, uma qualificação, se perdem diante da produção que caracteriza hoje o Cariri — as sandálias abertas com solados injetados que favorecem a mecanização da produção. A máquina substitui operações realizadas manualmente, o mestre que faz tudo começa a ser descartado, embora se reconheça que “sapato” é uma arte. Ele é feito pé por pé, e, por mais tecnologia que se utilize para fazê-lo, por mais manufaturado que seja, ele vai ser habilidade manual. Para um antigo produtor, não basta ter a habilidade do ofício, mas o capricho e o cuidado com o produto é que fazem diferença na qualidade.

Foto 3.6



Detalhes da produção. Foto Gessy Maia.

Não, nossa mercadoria toda vida foi boa. Agora tem uns que fazem ela média, com o mesmo material que a gente faz ela boa e tem deles que não sabem fazer, não capricham. (Pequeno produtor que detém a arte do ofício)

Quando o produtor tem experiência no ofício, ele também participa diretamente da produção; muitos não abdicam desse trabalho, envolvendo cuidado e satisfação, embora para muitos esse procedimento seja inadmissível. Esse saber também é destacado na habilidade com novos modelos que, para o produtor sapateiro, passa pela capacidade de decifrar, aplicar e recriar padrões a partir das tendências que estão postas, o que significa ter “cabeça e inteligência”, o que para este faz diferença.

Eu também trabalho ali dentro e, às vezes, chega um pessoal aqui... Inclusive um rapaz que eu fiz uma compra no Rio Grande do Sul, na feira do ano passado. Ele veio na minha fábrica e quando ele chegou aqui foi uma surpresa! Porque o cabra devia ter me avisado. Era um gaúcho, e aí o cara chegou aqui e disse: “cadê o dono da fábrica?” Aí eu saí lá de dentro, aí eu disse: “sou eu.” Aí ele disse: “porra, tu estava ali dentro sentado trabalhando junto com os peões?” Aí eu disse:

“eu sou peão também.” Aí ele ficou todo abismado! Até quando der, eu vou ficando por aqui, mas é porque eu também gosto! (Pequeno produtor que detém a arte do ofício).

Foto 3.7



Produtor sapateiro. Foto Gessy Maia.

Eu sempre fico mais dentro da fábrica, principalmente pela minha experiência. Eu deixo meu filho mais para resolver essa parte de compra, essa parte burocrática. Ele resolve essa parte mais do que eu, então eu fico mais dentro da fábrica, porque eu gosto e tenho mais experiência (Pequeno produtor que detém a arte do ofício).

Antigamente, você precisava saber mesmo o ofício do calçado, hoje você precisa ter muita inteligência para bolar os modelos. O povo passa com o sapato no pé e aí a gente olha e tira o modelo e daquele já faz outro, já muda e assim por diante. Então isso aí é cabeça! (Antigo produtor que detém a arte do ofício).

Às vezes, tem revista, mas, às vezes, a gente só pega um modelo de uma revista e de outro... E a gente já vai, pega uma fivela dessa daí, já dá um modelo, aí vem faz e dá certo. Aí tem a tendência que vem pelo solado e tudo, aí quem observa a tendência já vai fazendo (Pequeno produtor que detém a arte do ofício).

Alguns produtores reagem ao estigma de serem identificados como produtores de baixa qualidade e tentam reaver a qualidade e a originalidade para marcar suas produções. Não é por acaso que eles falam da “qualidade de pequeno”, ou seja, um produto feito com poucos recursos tecnológicos, mas reconhecido como de qualidade. Essa diferença também se explica a partir do público para o qual o produto é dirigido. Desta forma, o termo qualidade não deve ser generalizado, devendo, pois, estar atrelado ao contexto de produção e à sua destinação.

É um popular, mas tem qualidade! (Pequeno produtor).

Nas conversas, nas lojas de vendas de material para sapateiro, eu sempre estava por lá, e tal, e sempre o pessoal que também fabrica diz: “rapaz, o seu sapato é bom mesmo, e tal, tem uma qualidade de pequeno. Em Juazeiro, eu não vi melhor do que esse, não!” Então só aquilo ali já gratifica a pessoa! Não é igual ao dele, porque o dele, é lógico, é uma fábrica com 400 e poucos funcionários, tem diversas máquinas (Pequeno produtor que detém a arte do ofício).

As características do arranjo e suas peculiaridades são aspectos que garantem um mercado para esses produtos. O comércio de Juazeiro do Norte, que recebe uma quantidade expressiva de romeiros durante o ano todo, garante a comercialização. Desta forma, micro e pequenos produtores garantem a competição. Esse dado contraria o discurso corrente entre os produtores: “não tem condições de competir com os maiores”. Alguns mais atentos, no entanto, já percebem as brechas que a realidade local apresenta como um diferencial nesta “guerra” da competição.

Não tem condições, a maioria não tem formação suficiente a nível de gestão empresarial, gestão financeira, gestão de produção, mas sobrevivem. Há uma demanda boa, há um comércio que absorve. Uma cidade que recebe milhões de turistas por ano nas grandes romarias... Acabam consumindo! (Pequeno produtor).

Mas por que o saber-fazer, tradição do lugar, não vem sendo incorporado dentro da produção industrial? Entendemos que o conhecimento deve ser recriado e transformado, mas guardar as peculiaridades da tradição de um fazer reforça a marca de uma identidade, aspectos tão bem guardados na região da Terceira Itália.

Toda cultura calçadista deve ser a cultura de inovar. Ela é interessante, porque se tu te engessas no padrão fica difícil, pois o mercado hoje, ele quer inovação e aí, na verdade, tu vais estar sempre agarrada a um paradigma. A região, ela, tem tradição de ter produção de calçado. Eu acredito que a cultura local, tem uma vantagem! Eu observo que quando uma determinada região, seja ela de qualquer parte do mundo, valoriza a sua cultura a sua identidade regional, as suas características e joga ela para área de modelagem e desenvolvimento de *design*, você consegue criar um produto único e que pode ser estilizado ao longo do tempo, causando impressão a nível mundial. Ou seja, nós imaginávamos que aquela tendência característica das roupas do sertanejo que a gente verifica em alguns produtos e que isso possa ser levado para o mundo como uma característica do produto local, com qualidade. Ele, com certeza, vai ser um produto reconhecido e que as pessoas vão ter tremendo prazer em ter tal originalidade, não como característica só da região. A cultura do mundo hoje é cada vez mais demandante de exclusividade. Então, pegar aí a cultura do sertanejo, pegar a cultura do couro, o detalhe do corte, o enriquecimento do detalhe, nas festas de boiadeiros do nordeste e na sua indumentária. Isso poderia ser repassado para o *design*, para o produto ir se tornando uma tendência e obter o sucesso mundial. (Diretor do CTCCA).

Estas questões refletem sobre a mudança no perfil dos produtores da região e, neste processo, a desarticulação de vínculos sociais torna-se

latente, desfazendo identidades e criando outras, a partir da qualificação do trabalhador e de novas relações sociais que se estabelecem.

Um dos dirigentes de um dos sindicatos de produtores de calçados concorda com a dificuldade que, hoje, se tem de produzir com qualidade a partir do couro, o que não significa que o arranjo tenha baixa qualidade. Para o produtor, a região se especializou em calçados de borracha, o que conseqüentemente tem um preço mais baixo e não baixa qualidade. Na sua avaliação, o produto do Cariri evoluiu muito e hoje se tem um reconhecimento fora, já por uma qualidade que foi conquistada, enfatizando que a noção de qualidade mudou com a introdução de materiais e equipamentos. A conquista de mercados também contribuiu para a elevação da qualidade, considerando as exigências externas.

O produto do Cariri é visto, hoje, já como um produto de qualidade. É muito comum você chegar em São Paulo e ver calçados de uma empresa como a Via Fashion, a AP Calçados. Há dez anos atrás, o nosso produto era todo voltado para o Nordeste, principalmente os estados do Ceará, Piauí, e Maranhão. Hoje o nosso produto, chega em Goiás, chega em São Paulo, chega no Rio de Janeiro. Quer dizer: chegou a alcançar outras praças, como é o caso de um dos maiores pólos calçadista do Brasil. Mesmo sendo um pólo de calçados sintéticos, o produto do cariri entra com o mesmo pé de igualdade. Então é uma coisa que tem que ser melhor analisada (Técnico do SEBRAE).

Foto 3.8



Fase de acabamento do calçado. Foto Gessy Maia

Esses aspectos nos dão elementos para entender que o saber-fazer que fica “solto no ar” presente no Cariri cearense não é mais o saber limitado à confecção do produto simplesmente, mas todo um *know-how*, artimanhas, segredos e estratégias de uma forma de produzir que extrapola os muros do lugar. São tendências, equipamentos e materiais que, tal qual um moinho de vento, vêm e vão. Longe de ser segredo, este saber-fazer é repassado de boca em boca, de olho para olho, no circuito formado no arranjo, seja nas relações formais ou informais do dia a dia.

3.2.3 A chegada da grande indústria

A chegada de uma grande indústria que se desloca lá do Sul do País e adentra o interior cearense não acontece por acaso. Esse fato faz parte de uma revoada maior que, desde o início da década de 1990, povoa os sertões nordestinos. Tal qual algumas espécies de aves, a migração acontece na busca de melhores condições de sobrevivência.

O primeiro caso carece de um olhar mais aguçado para não nos perder na impressão da primeira vista, qual seja, ofertar empregos e desenvolver a região, argumentos estes de quem promove esse movimento — O governo do Estado do Ceará, desde o final da década de 1980. De certa forma, é o mesmo discurso da SUDENE que se repete.

Atraída por incentivos fiscais, mão-de-obra abundante e barata e inexistência de organização sindical, a Grendene, uma empresa calçadista pertencente a um grupo gaúcho, se instala na cidade do Crato, no ano de 1996⁴⁴.

Foto 3.9



Fachada da Grendene. Foto Gessy Maia

A abertura comercial, a defasagem cambial e o fortalecimento dos concorrentes na década de 1990, afetam a competitividade do setor, impondo novas estratégias. A empresa também contou com a

⁴⁴ A Grendene possui outras duas unidades industriais no Estado do Ceará, uma na cidade de Sobral e outra em Fortaleza.

disponibilidade de terreno e o treinamento da mão-de-obra, além da concessão de incentivos sobre o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), estímulos nada desprezíveis.

Mobiliza cerca de 2000 trabalhadores em regime de CLT, com escolaridade entre 1º e 2º graus para os trabalhadores do chão da fábrica, sendo seus salários semelhantes aos pagos pelas pequenas e médias empresas da região. Os cargos da direção e supervisão foram deslocados do Rio Grande do Sul, com raras exceções. Apesar de parte da sua produção ter se transferido para o Ceará, a sede da empresa, os setores de marketing e planejamento permanecem no local de origem.

A entrada de grandes investimentos industriais nos municípios cearenses já provocou debates e estudos⁴⁵, os quais revelaram a precariedade das relações e condições de trabalho, como também questionamentos sobre a visão de desenvolvimento que perpassa essa política de atração de investimentos industriais, ou seja, um desenvolvimento centrado no discurso do crescimento econômico como impulsionador de melhores condições de vida. Além de nos instigar a uma reflexão sobre essa perspectiva de desenvolvimento, a inserção desses investimentos em um arranjo produtivo já formado, como é o caso da região do Cariri, nos permite captar outros elementos, levando em consideração as características e os modos de relacionamento dessa forma de organização industrial.

Primeiramente, vale ressaltar que a entrada da grande empresa não implica necessariamente o fortalecimento do arranjo produtivo, nem os objetivos da política de interiorização industrial tinham tal intento, restringindo-se a oferecer empregos e provocar crescimento econômico numa perspectiva descentralizada. Mais que isto: a soma de incentivos concedidos rompe com o padrão de acumulação e da concorrência do

⁴⁵ Borsoi(2003) Lima (2002) Rigotto (2004).

arranjo local, despertando, por parte, principalmente dos médios produtores, para a busca de incentivos fiscais estaduais.

3.2.4 A grande indústria e o arranjo produtivo.

A chegada da grande indústria no arranjo ensejou preocupante polêmica entre os produtores do lugar, principalmente, entre pequenos produtores, provocando algumas previsões do tipo “vai tudo se acabar.” O receio era de que todos fossem “engolidos” pela “gigante” que chegava, com as vantagens de “grande” e pelas condições oferecidas para se instalar — os “incentivos fiscais”. Quase dez anos depois do acontecido, muitas histórias são contadas, com um resultado diferente do premeditado.

O pessoal falava que com a presença dessas grandes fábricas que chegaram aqui, a Grendene no Crato e a Dakota em Iguatu, muita coisa ia acontecer e os pequenos iam se acabar. Mas, no entanto, isso não aconteceu, porque quem quis seguir, teve procedimento de melhorar o seu calçado, investir em máquina, alguma coisa. Para melhorar o seu calçado, continua no mercado, quem investiu ficou, e a tendência é: quem não investir mais para frente vai se acabar (Pequeno produtor).

O povo dizia: “rapaz, os grandes aí vão passar por cima de todo mundo.” Eu dizia: “rapaz, o mundo é grande!” (Pequeno produtor).

Uma das vantagens, apontadas por alguns produtores para a entrada de indústrias de fora, é que se cria uma cultura calçadista na região, e isso atrai outras empresas. Na verdade, essa cultura calçadista há muito foi instalada no Cariri. Percebemos que a formação e o dinamismo desse arranjo foram implementados pelos próprios desdobramentos locais, ao longo do tempo, embora a chegada da

grande empresa tenha dado maior visibilidade, ou, como diz um produtor, “deu *status*”.

As pessoas começaram a descobrir que isso aqui existia quando começou a vir empresas de fora, mas a gente tem indústria há vinte e cinco, trinta anos. Tem indústria do setor de borracha que faz sandálias tipo havaiana como a BOPIL e INBOPLASA, que foi avançando desde o início da década de noventa na qualidade e na tecnologia (Médio produtor).

Deu *status*, gerou empregos e trabalho (Médio produtor).

A influência do aglomerado pesou nos contatos e na vinda de fornecedores que compõem a cadeia produtiva, bem como na instalação, como é o caso de uma empresa que fabrica PU, um componente para calçado de alta qualidade. As maiores compradoras são as empresas locais.

A região começou a ter maior assistência, porque o volume começou a ser interessante para as indústrias químicas, para as indústrias de solados. O olho de todo segmento que compõe o calçado, da matéria-prima inicial até o produto final, se voltou pra cá (Pequeno produtor).

Para um antigo produtor, o crescimento do setor, na região, não é nenhuma novidade, pela cultura calçadista e pela disponibilidade de condições estruturais satisfatórias, boa localização e o acesso facilitado aos mercados, em razão de se localizar em ponto equidistante das principais capitais nordestinas. Como ele mesmo fala, “nós estamos no centro do Nordeste”. Estes aspectos, aliados à forma de organização (arranjo produtivo), foram decisivos para que técnicos e representantes comerciais do ramo se instalassem como produtores.

Decidi mudar para trabalhar diretamente com calçados, na verdade pela oportunidade da região (Técnico que se tornou produtor).

A influência da grande empresa, no arranjo, não deve ser vista isoladamente. O contato e a prestação de serviços de técnicos do sul do País já era uma prática no Estado do Ceará e, com a vinda de muitas empresas do ramo, os laços se estreitaram. Alguns técnicos que vieram com grandes empresas ou que já prestavam serviços para grupos locais, ao se tornarem pequenos e médios produtores inseriram-se no meio produtivo e o influenciaram, operando uma mudança de mentalidade na região. Para alguns produtores, essa influência foi positiva — no sentido de chamar a atenção para inovações no mundo da produção — considerando que eles vinham de um arranjo já consolidado com centros de pesquisa e acesso direto a equipamentos e tecnologia elevada, o que induz alguns a fazerem uma comparação do arranjo antes e depois da entrada de empresas e técnicos do Sul do país.

Eu faço uma diferença do setor: antes dos empresários chegarem aqui e depois que os empresários chegaram aqui. O que é isso: quando os empresários do Sul chegaram aqui, eles já chegaram com uma metodologia, com um trabalho diferenciado, utilizando termos e padrões como, Kanban, como Espinha de peixe e assim vai. Com uma tecnologia de ponta e conhecimento aprofundado principalmente do produto e da matéria-prima. Quando eles chegaram, eles trouxeram essa filosofia do conhecimento de lá do sul e chegou-se a um ponto, ou nós capacitaríamos à altura ou nós ficaríamos atrás. Então começou-se a contratar consultores, coisa que nunca tinha acontecido aqui, de pegar e colocar dentro de uma empresa alguém que soubesse mais do que os patrões, não era a filosofia nossa fazer isso, o produtor sempre era o que sabia muito mais do que os empregados. Hoje, o empresário se dá ao luxo de dar a mão à palmatória e dizer: se eu tivesse feito isso há 10 anos eu estaria em outro estágio. Então ele trás algum consultor para dentro da empresa alguém que conhece padrão, que conhece *layout* e assim vai... Eles colocam na empresa deles e abrem o jogo (Técnico do SEBRAE).

Depois que a Grendene se instalou e também os técnicos, como é o caso de um rapaz que já era técnico daqui, que é o Ivan, da (Casco-Mole) e também o Gilmar, da Tecnolin, depois de empregados, eles se tornaram patrões. Eles deram uma alavancada muito forte, principalmente o Gilmar, que é do Rio Grande do Sul, deu uma alavancada muito forte e os outros

acompanharam o ritmo e hoje as pequenas empresas já estão em condições, inclusive com equipamentos já de última geração, estão em condições de trabalhar um produto já bem melhor, tanto é que hoje existe um mercado do produto do Ceará, especialmente do Cariri (Pequeno produtor).

Para o presidente do SINDINDÚSTRIA, a grande empresa trouxe efeitos positivos pelo fato de trabalhar com novas tecnologias, o que serviu para instalar certo clima de modernidade. O produtor acredita que o arranjo tem uma característica dinâmica, lembrando a entrada de materiais sintéticos, nas décadas de 1960 e 1970, conferindo à influência do empreendedorismo do povo do lugar um aspecto que explique o desenvolvimento do arranjo. O produtor se remete à influência empreendedora do padre Cícero e do seu incentivo ao trabalho.

A grande empresa não mantém relações diretas com pequenos e médios produtores locais, demonstrando um relacionamento um pouco distanciado, evidenciando que a empresa não atua como agente estruturador do arranjo.

A Grendene, ela é muito fechada em termos de cooperação tecnológica. Eles são completamente fechados, é uma coisa que eles se resguardam (Pequeno produtor).

Apesar do distanciamento da grande empresa, alguns produtores perceberam que alguns aspectos relacionados a conhecimento e tecnologia, trazidos por esta, atuaram favoravelmente na produção local. Neste caso, é o ideal da atmosfera industrial marshalliana que se evidencia, pois a proximidade deixa os “segredos soltos no ar.”

Existe troca de experiência sim. A questão das máquinas, eles são fechados, não dão muito espaço pra gente conhecer os equipamentos, mas na questão de conhecimentos, acaba sendo repassado, porque uma pessoa trabalha na Grendene, mas quando ele sai de lá,

ele repassa pra outras pessoas, que conversa com outras e vai passando (Representante da AFABRICAL).

Pra mim foi melhor, porque eu fui me espelhar mais ainda neles, porque eu acho que você tem que tirar proveito de alguma coisa (Pequeno produtor).

Outro aspecto ressaltado é o mercado. Para muitos, este foi ampliado, porquanto, hoje, a região já atrai um número significativo de compradores, além do que os pequenos produtores dizem não concorrer com grandes, em virtude da diferença nos seus produtos.

É, os grandes pelem para tirar, mas é o seguinte: os grandes não perturbam a gente. Porque eles fazem um produto e a gente faz outro; eles têm condições de fazer um produto bom e a gente faz um médio e aí vai fazendo (Antigo produtor).

Porque a empresa grande não faz o que a gente faz não, faz outra coisa diferente (Pequeno produtor).

Porque o freguês vem atrás de um produto deles, que eles vêm lá fora, e aí chega aqui no Juazeiro, e vê outros produtos e aí diz: “eu quero esse produto aqui”. Então eles não atrapalham em nada, só fez melhorar (Pequeno produtor).

Para o ex. presidente da AFABRICAL, é difícil fazer uma síntese dos impactos da grande empresa e das outras de menor porte vindas para a região. Ele se refere não somente à grande fábrica, pois o sua perspectiva remonta a um tempo mais distante e ao próprio processo de industrialização do setor e das relações de trabalho que foram modificadas.

O operário, ele ganhava muito dinheiro na sandália trabalhando com os pequenos, mas trabalhava como clandestino, depois que surgiram as grandes fábricas... O operário sapateiro ganhava mais, trabalhava muito de dia e de noite (Ex-presidente da AFABRICAL)

3.2.5 Tradição e inovação — uma produção híbrida

Inovar tornou-se, indiscutivelmente, uma palavra-chave dentro do novo padrão de acumulação, seja nos aspectos tecnológicos, organizacionais e institucionais, seja como elemento-chave e estratégico de competitividade dinâmica e sustentável. A complexidade e a dinâmica dos novos conhecimentos demandam uma aprendizagem permanente e interativa como meio de instrumentalizar indivíduos, empresas e instituições, permitindo a apreensão, a acumulação e o uso de conhecimentos que garantam a inserção neste novo cenário. Tais saberes são superados com rapidez cada vez maior, tornando os ciclos de vida de produtos e processos também reduzidos. Estes aspectos causam certo temor por parte de quem se debruça sobre a reflexão da temática. Lastres & Cassiolato (2003) comentam que alguns autores qualificam a nova economia como “economia da inovação perpétua” e alguns alertas recaem sobre as formas de competitividade, atentando-se para trajetórias que reforcem a solidariedade entre agentes e regiões em vez de esfacelá-la.

O alerta nos remete para os modelos organizacionais fundados na interação e na atuação conjunta de agentes diversos, como é o caso de redes e arranjos produtivos. Não é de hoje que estes formatos organizacionais se mostram capazes de valer-se das sinergias coletivas, concebidas por suas interações, e destas com o ambiente no qual se situam, possibilitando as empresas a se manterem vivas e a crescerem, tornando-se uma vantagem competitiva duradoura. Alguns exemplos internacionais(COURLET, 1993), (PECQUEUR, 1993), GAROFOLI, 1993), (COLLETIS, 1993), revelam que, especialmente, pequenas empresas, conseguem superar dificuldades de produção, permitindo-lhes comercializar seus produtos em mercados nacionais e internacionais. Outro potencial desvelado é a capacidade de proteger e mobilizar as capacitações e os conhecimentos tácitos acumulados. Isto poderia parecer paradoxal, levando em consideração o fato de que o

novo ambiente competitivo é intensivo em conhecimento globalizado e o resgate da dimensão do local na atividade produtiva encontra apoio justamente pelo fato de a competição acontecer sob o signo da chamada “economia do aprendizado ou conhecimento.” O ritmo das mudanças tecnológicas ocorre de forma acelerada e os elementos tácitos formam o eixo do conhecimento individual e coletivo, considerando que aspectos importantes do processo inovador são de natureza essencialmente localizada (LUNDVALI & JOHNSON, 2000).

Na visão desses autores, a dimensão localizada da inovação confere um papel essencial às especificidades locacionais, especialmente mercados e instituições delimitados em um espaço econômico e suas formas interativas na geração e difusão do processo inovador. Os argumentos são de que: a) as inovações são geradas por meio de mecanismos específicos de aprendizagem formados por um quadro institucional local específico; b) as decisões técnicas das formas são *part-dependent*, isto é, com experiência acumulada; têm não apenas recursos tangíveis e intangíveis internos às firmas, mas também recursos localizados do espaço socialmente constituído; c) a parte da geração de conhecimento decorrente da rotina das firmas, do fluxo corrente de suas atividades, é de natureza tácita e, portanto, fortemente localizada e intransportável⁴⁶ (LUNDVALL & JOHNSON, 2000).

A busca por informação e atualização é uma batalha constante entre os produtores caririenses, permitindo imbricação entre o local e o global. Uma confluência de informações, tanto no plano global, regional e local condiciona as estratégias de inovação.

É importante o pessoal conhecer feiras, conhecer máquinas, conhecer outros mercados, porque, às vezes,

⁴⁶ O conhecimento tácito se caracteriza pelo fato de que o conhecimento não pode ser separado de seu portador, quer seja um indivíduo ou firma. Assim ele não pode ser transferido ou vendido como um bem no mercado. (LUNDVALL & JOHNSON, 2000, p. 16)

a pessoa acha que conhece tudo e não conhece nada, porque o mundo é muito grande (Médio produtor).

Se obedece à tendência do mercado, à tendência dos produtos que vão sendo usados em cada estação. A modelagem é muito variada. Eu faço quinze modelos, daqui a um tempo, tenho que fazer outros novamente (Técnico que se tornou produtor).

Temos assinaturas de revistas estrangeiras e nacionais. Sai muito caro manter um estilista na empresa. Então quando a gente vai fazer algum lançamento, uma coleção, a gente procura justamente fazer a contratação desse pessoal que presta serviços, que viaja, que faz cursos (Pequeno produtor).

A inserção em uma economia global condiciona determinadas dinâmicas e decisões a extrapolar os muros de cada localidade. Castells (2000) explica esta lógica a partir do entendimento de que o “espaço de fluxos” se sobrepõe ao “espaço de lugares”. Apesar da predominância do espaço de fluxo e do seu caráter abstrato, o autor também destaca uma disposição para a concentração de decisões, em espaços essencialmente urbanos, evidenciando, portanto, outro lado deste mesmo movimento: a disposição para a territorialização das atividades produtivas. Podemos falar de certa dialética entre o global e o local estabelecendo um movimento de mão dupla. Da mesma forma que se assiste a um progressivo nível de integração funcional entre as atividades estabelecidas e de uma imposição de decisões e de estratégias mundialmente definidas, de outra, se evidencia uma intensificação da importância dos aspectos territoriais, haja vista o surgimento de variadas dinâmicas resultantes da reação dos diversos espaços/territórios perante a lógica global. Neste entendimento, o território é considerado como um catalizador essencial de sinergias que interfere na própria atividade econômica.

Na verdade, a competição se estabelece além das fronteiras, desenvolvendo capacidades para se situar em qualquer lugar ou integrando redes regionais e globais; no entanto, perseguir as vantagens decorrentes da localização específica das suas atividades já

não pode mais ser uma ação desprezada, como revela o depoimento de um técnico que se torna produtor.

A gente tem que se aproximar de quem sabe, de quem tem experiência e estrada percorrida! (Pequeno produtor).

Considera-se que as economias de aglomeração respondem favoravelmente diante da capacidade competitiva no contexto atual, exatamente por permitirem as empresas potencializarem sua capacidade de inovação e de mudança, pelo fato de estarem inseridas em um ambiente dinâmico.

Hoje, nós temos empresas aqui que trabalham só com PU. Antes para você trabalhar com PU, você tinha que comprar de São Paulo e quando chegava aqui, só aceitavam pedido mínimo de cerca de dez mil pares de solados. Hoje, qualquer produtor de ponta de esquina aqui compra cola e PU e faz um sapato de alta qualidade, utilizando o PU, coisa que ele não tinha acesso. Então, o pequeno e o grande têm a mesma matéria prima e a oferta (Técnico do SEBRAE).

As fontes de informação e inovação presentes no arranjo, de acordo com os depoimentos, seguem um percurso natural, ou seja, advêm da sintonia com o mercado mais global, mas as sinergias locais funcionam como um motor, especialmente para pequenos produtores. As fontes de informação para a atualização de modelos e de máquinas vão desde feiras e revistas às informações que circulam no ambiente.

Trocamos muita informação com os amigos, principalmente, revistas. É devido ser um pólo calçadista, vem gente para dar palestra da Abicalçados (Pequeno produtor).

Ainda sobre este aspecto, Porter (1999) realça o fato de que, com o surgimento de novos requisitos de competitividade, as vantagens tradicionais, como custos de mão-de-obra de economia de escala,

taxas de juros ou de câmbio cedem espaço para uma nova geração de vantagens com base na capacidade de inovar.

Como pudemos observar, as informações sobre modelos, máquinas e materiais são obtidas em revistas, feiras, cursos, palestras, visitas e pelas informações veiculadas num verdadeiro circuito formado no ambiente produtivo. Em virtude da escassez de recursos, a cópia ou a imitação de produtos confeccionados por empresas que estão na vanguarda do mercado exige uma adequação constante, tornando a cooperação fundamental para os pequenos produtores, pois não dispõem de capacitações e/ou treinamentos. Nestes casos, a habilidade oriunda da tradição do lugar é constantemente transformada em decorrência que há flexibilidade nestas estruturas produtivas, tornando-se um elemento de troca.

É porque é o seguinte: todo mundo quer fazer melhor do que o outro, eu quero fazer melhor do que você, e aí você já quer fazer melhor do que eu, e vai caprichando e vai fazendo melhor. O bom é isso! (Pequeno produtor).

Algumas empresas potencializaram sua capacidade de inovação exatamente por sua inserção nesse ambiente dinâmico. A mobilidade da mão-de-obra permite a circulação de *know-how* e de conhecimento entre firmas, aumentando a capacidade inovadora local. Vale salientar que isto acontece dentro de uma escala hierárquica, principalmente em relação ao repasse de equipamentos. As grandes e médias empresas, quando adquirirem máquinas mais modernas, novas ou usadas, vindas já de outros pólos mais desenvolvidos ou de fornecedores, repassam as antigas para os pequenos produtores, que também inovam, tornando-se um processo coletivo. Esse movimento originou um comércio de máquinas usadas, pessoas que se tornaram mediadoras no repasse desses equipamentos entre pólos e produtores.

Foto 3.10



Equipamentos na produção. Foto: Gessy Maia

Tem um rapaz aqui que já tem um ponto de referência. Quem tem uma máquina e quer se desfazer dela, aí diz: “Paulinho, eu vou botar aí na sua loja”. Quando você chega e pergunta: “de quem é?” Ele já diz: “a máquina era de fulano” (Pequeno produtor).

Todas as máquinas que eu tenho hoje, que eu comprei assim — desde quatro, cinco anos atrás, foi assim! (Pequeno produtor).

Ele trás muita coisa do Sul também, ele reforma aquelas máquinas velhas e que têm um certo tempo de uso. Aí, às vezes, eles pintam, às vezes, mandam consertar. Eu comprei uma máquina de virar palmilha, comprei uma sorveteira⁴⁷, comprei uma máquina de virar, de orlar, já comprei um ‘bocado de coisa a ele. (Pequeno produtor).

A aquisição constante de equipamentos, mesmo que não sejam os últimos modelos, torna o arranjo, aos olhos dos produtores, avançado em relação a outros centros.

Hoje, você chega aqui em Juazeiro, uma fabriqueta dessa daqui, você encontra maquinário de fazer palmilha, de cortar palmilha, de fazer meio mundo de coisa. Em Fortaleza, a gente tem chegado numa maior

⁴⁷ A sorveteira é uma máquina usada na indústria calçadista .

do que essa daqui, você não encontra nada disso (Pequeno produtor).

Considerando a dinâmica dos aglomerados industriais.

O processo de inovação resulta da combinação entre pesquisa, desenvolvimento e sua interação com as condições econômicas e sociais presentes em cada espaço, através da interação entre firmas e o meio nas quais estão envolvidas (DINIZ, 2000, p. 10).

Muitas fragilidades e limitações, no entanto, são observadas em relação à inovação. O baixo conteúdo tecnológico do ambiente reduz a capacidade de inovação ao próprio espaço de produção. As inovações incorporadas geralmente procedem de outras empresas e de outros setores, bem como a utilização de elementos não originados de P&D formal, valendo-se da criatividade na gestão de recursos. A promoção de processos de aprendizado interativos, que possam se transformar em inovação, torna-se necessária num contexto em que a inovação é tida como peça importante do desenvolvimento econômico. Outros atores, todavia, além das empresas, podem ser mobilizados, tais como: universidades, centros de pesquisas, agentes de fomento, associações dentre outros.



4.1 AS REDES SOCIAIS — TRAMAS E TEIAS

Como produto das ações humanas, as redes se instituem por meio de relações sociais que impulsionam as trocas. Essas relações poderão suceder nas relações primárias — família, vizinhança, comunidade. Dependendo do contexto, as redes extrapolam o espaço básico das trocas sociais, ampliando a sua dinâmica, cruzando fronteiras entre o mercado, o Estado e a comunidade.

Por intermédio das redes sociais estabelecidas entre os produtores do arranjo, é possível detectar de que modo motivações pessoais e coletivas se imbricam numa sociabilidade que envolve trocas, reciprocidades, confiança, mas também conflitos e competição. A trajetória dos atores permite recuperar o modo pelo qual as relações são tecidas, no tempo e no espaço.

Para alguns produtores, falar dos espaços de socialização e de mediação parece difícil, pois estes estavam, de tal forma, envolvidos em seus cotidianos, que parecem despercebidos da dinâmica em que se acham inseridos. Aos poucos, compôs-se um desenho em que os encontros ocasionais — nos pontos comerciais do ramo, nas casas coureiras — as visitas entre os produtores, as “peladas” no final de semana, além dos encontros formais nas “feiras” (locais e nacionais), nas reuniões, cursos e outros eventos promovidos pelas instituições ligadas aos produtores, compõem a rede de socialização que os envolve.

Alguns elos se formaram em torno de personagens, numa trama nem sempre fácil de decifrar, pois estes se transformam e assumem paulatinamente novas configurações com o tempo. Destaco o fato de que essas relações não evoluíram de forma linear, passando de um padrão a outro, ou seja, de relações primárias para institucionais, de

uma maneira homogênea. A formação do arranjo e as características diversificadas de produtores e produção explicam, em parte, de que modo as relações se estabelecem entre os atores. Quando a produção era mais artesanal, havia maior predominância das relações pessoais entre os pequenos produtores “sapateiros,” pois as trocas relacionavam-se ao conhecimento do ofício, do empréstimo de equipamentos e de matéria-prima, das informações sobre compras, da comercialização e da solidariedade, de familiares e produtores, com que muitos contavam quando abriam o próprio negócio. As relações predominavam em relação ao ambiente local. A entrada de novos materiais e equipamentos e, conseqüentemente, de uma produção mais industrializada e automatizada começou a demandar novos conhecimentos e a conquista de mercados. A partir de então, as relações se estabeleceram não só em torno de pessoas, mas também de instituições representativas dos próprios produtores, como AFABRICAL, SINDINDÚSTRIA, Associação dos Artesãos e outras, de apoio, como SEBRAE, SENAI, centros tecnológicos, bancos, Governos municipal, estadual e federal. As redes se ampliaram, extrapolando o espaço, assumindo novas fronteiras, e se tornaram mais complexas quanto aos conteúdos a elas referentes no que concerne à intensidade e à espacialidade.

4.1.1 Atores que tecem fios

A atuação de alguns personagens foi decisiva para conformar a organização produtiva no Cariri. A partir de fios tecidos, os vínculos se formaram, conectando indivíduos e articulando um conteúdo comunicativo. Cada personagem, com sua atuação, teve e tem papel importante, envolvendo tempo e espaço distintos. Distingo-o em cinco grupos: os produtores artesãos; os antigos sapateiros que detêm a arte do ofício; os antigos comerciantes que se tornaram produtores; os

jovens produtores que detêm a arte do ofício; e os jovens comerciantes e técnicos produtores. É oportuno esclarecer que, no arranjo, os artesãos mantêm uma produção de calçados mais rústicos confeccionados em couro. Os que detêm a arte do ofício de sapateiro, geralmente, se iniciam cedo, começam como ajudantes e depois montam o próprio negócio. Os comerciantes e técnicos que trabalham no setor e passam a produzir calçados e os que detêm maior capital e que investem no ramo.

4.1.1.1 Os produtores artesãos

Produtores artesãos como Cícero Romão e Expedito Veloso não abdicaram de seus saberes e permanecem confeccionando sandálias e outros calçados, ancorados na qualidade de uma matéria-prima — o couro — e nas artes de um ofício — o de sapateiro.

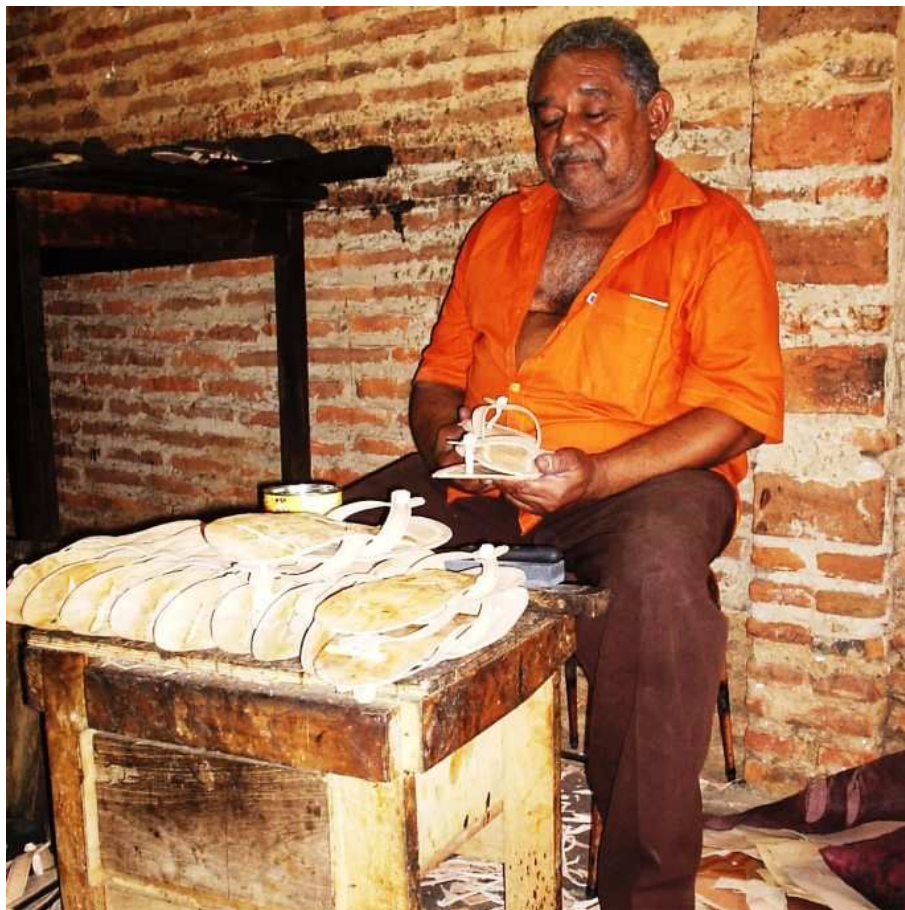
Ao guardar as peculiaridades da tradição de um fazer, reforçam a marca de uma identidade, tornando-se um diferencial para os seus produtos.

Filho de romeiros vindos do Estado de Alagoas, **Cícero Romão**, hoje com 60 anos, desde os 11, trabalha na confecção de sandálias de couro de forma artesanal. Seu mestre foi Pedro de Jorge, antigo artesão do couro que há pouco tempo mantinha sua produção na cidade do Crato. Cícero Romão se inicia na arte do calçado como ajudante, depois passa a sapateiro e, por fim, monta a própria oficina na cidade do Crato.

Trabalha com três filhos mais cinco ajudantes, mantendo uma produção semanal de 600 pares de sandálias de couro com solados de borracha. Apesar de inicialmente ter se instalado com a família em

Juazeiro do Norte, atraído pela devoção ao Padre Cícero, a Cidade tornou-se o ponto de comercialização dos seus produtos. Cerca de trinta lojistas recebem suas sandálias, para a venda em mercados, lojas, feiras e em romarias. Há 38 anos, casou-se com Francisca Sátiro, que se tornou sua maior aliada no fabrico de calçados. Além de trabalhar na produção, comercialização e compras da oficina, Francisca Sátiro ou “Mãe Chica,” como é mais conhecida, foi uma das articuladoras para a criação da Associação dos Artesãos do Crato. Por meio da Associação, os produtores artesãos intensificaram a proximidade e a troca de experiências que antes já existiam em vista das amizades.

Foto 4.1



Cícero Romão na sua oficina. Foto da autora

Os contatos para cursos, participações em feiras e eventos são mediados pela Associação. A experiência no fabrico artesanal do

calçado tornou Cícero Romão uma referência no ramo, intermediando compra de material para outros produtores, repassando encomendas e outras informações.

Foto 4.2



Calçados em couro produzidos artesanalmente. Foto da autora.

Expedito Veloso Carvalho, cearense de 64 anos, vindo do Município de Campos Sales, em 1951, instalou-se na cidade de Nova Olinda, a 70 quilômetros de Juazeiro do Norte.

“Seu” Expedito, ainda hoje, produz seus calçados e outros artefatos com a mesma arte do ofício que aprendeu com seu avô. É o fazer dos ascendentes que se estira no tempo e se atualiza a cada geração. A pedagogia do aprender-fazendo, seja de pai para filho, seja de mestre para aprendiz, faz parte da formação para o trabalho na “Oficina Artecouro”, onde confecciona seus artigos com os quatro filhos — três homens e uma mulher — mais cinco ajudantes, tornando a família uma unidade produtiva.

Em 2003, seu Expedito ganhou o título de mestre da cultura tradicional popular do Estado do Ceará⁴⁸ e com este o compromisso de repassar o seu ofício para outras gerações.

Foto 4.3



Expedito Veloso mostrando uma peça. Foto da autora.

O artesão não dispensa o couro legítimo. Em tempos anteriores, também se ocupava do seu curtimento, prática já abandonada. Os desenhos e adornos de suas peças são inspirados no estilo vaqueiro de florões. Desenhos e pespontos tornaram-se uma marca deste artífice, que parece indiferente aos materiais sintéticos e fáceis de manufaturar, mesmo não dispensando um *design* moderno para suas peças, casando tradição e contemporaneidade.

⁴⁸ Através da Lei 13.351, o Governo do Estado do Ceará institui o registro de mestre da cultura tradicional popular, devendo o mestre transferir seus conhecimentos e técnicas aos alunos e aprendizes em de cursos promovidos pela Secretaria de Cultura.

A riqueza em detalhes e cores é uma forma de agregar valor ao produto, que não se esgota apenas em seu caráter utilitário, mas se afirma como estética. Vai domando o couro e criando sempre novos detalhes. Ele diz que não gosta de fazer nada igual, muito menos de fazer cópias de revistas, obedecendo sempre o que vem à cabeça. Faz uma peça e deixa na experiência, vai observando o gosto do cliente e só pela prática e o costume já percebe se tem boa aceitação, passando, então, a produzir outras cópias, mas sempre mudando cores e detalhes.

A estética cangaceira é uma grande inspiradora desse artesão, que, numa releitura dessa tradição cultural, produz sandálias e bolsas. Vistos como bandidos ou como heróis, na verdade, os cangaceiros também foram estilistas do sertão, inspirando a moda do cangaço, representando coragem e subversão. O desenho de Lampião e Maria Bonita na parede da oficina é mais uma marca dessa influência na produção de “seu” Expedito, que já perdeu a conta do número de sandálias que confeccionou inspirado no cangaceiro.

Os produtos confeccionados por “seu” Expedito contam histórias por intermédio das tradições ali representadas. A cultura do vaqueiro e a estética do cangaceiro estão impressas nos detalhes estampados nos seus artefatos, representando uma identidade do sertão. A identidade é vista não apenas como um conjunto de traços fixos. Expedito Veloso, ao se apropriar de um conjunto de saberes e técnicas, tenta reinseri-los em novas condições de produção e mercado, buscando um diálogo com o contemporâneo, estabelecendo outras relações de sentido que se reconstroem nas misturas.

Ele se utiliza desse conhecimento não como algo estático e imutável, mas as interações servem muito mais como forma de vincular-se ao seu contexto social e ao moderno, ou, como acentua Canclini (1998), *a tradição é pensada não como uma coleção de objetos ou de costumes objetivados, mas como um mecanismo de seleção, e mesmo de*

invenção, projetado em direção ao passado para legitimar o presente (p. 219).

O conceito de “hibridação” utilizado por Canclini (1998) é profícuo para explicar alianças fecundas e a capacidade inovadora de misturas interculturais, ou seja, para dar conta de “*processos sócio-culturais nos quais as estruturas ou práticas discretas que existiam de forma separada se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas*” (p. XXIX).

Na busca de diálogo com o novo, “seu” Expedito procurou colaboração do SEBRAE, a fim organizar melhor o negócio, recebendo orientações sobre organização gerencial, padronagem e cuidado com o acabamento. Tal iniciativa pode ser traduzida como uma forma de ajuste às exigências do mercado, próprias ao modelo industrial urbano.

Foto 4.4



Oficina Artecouro. Foto da autora

A sua oficina, além de espaço para a confecção dos produtos, também é o lugar da comercialização. Nas prateleiras que cobrem quase todas as paredes do recinto, estão expostos vários tipos de sandálias, femininas e masculinas, sapatos, bolsas, mochilas e coletes. As vestimentas para vaqueiros também são confeccionadas, como gibões, perneiras e botas, que ficam penduradas em cabides no teto, em todos os cantos do local. As ferramentas para o manuseio do couro se misturam aos moldes, couros, botões e fivelas, compondo o ambiente de trabalho e de venda. Na oficina, também pode ser vista uma máquina de costura secular, que pertenceu ao avô de seu Expedito. Ele diz que já fez muito trabalho nela, mas hoje é guardada como recordação, como uma verdadeira peça de museu, exposta em lugar visível da oficina, para ser mostrada para os que chegam.

Foto 4.5



Máquina que pertenceu ao avô de seu Expedito. Foto da autora.

Dentre os produtos mais procurados as sandálias se destacam; vem gente de todo o estado e até de outras regiões na busca desses artefatos. Para os que já conhecem a sua produção, ele diz que

recebe muitas ligações com pedidos de todas as partes do Brasil - de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, Recife — atendendo e enviando pelos Correios. Um catálogo com fotos dos produtos facilita na hora das encomendas, pois o cliente já tem uma idéia do que vai comprar. Outras opções para a compra desse artesanato estão nas lojas da CEART⁴⁹ em Fortaleza, e numa loja do aeroporto de Juazeiro do Norte.

No público consumidor dos produtos desse artesão/estilista, estão incluídos artistas, intelectuais e pessoas em geral, que buscam um diferencial para as peças que usam. Num mundo globalizado onde tudo se parece, o artesanal aúfere um refinamento, pelo enraizamento nas tradições. É o regional adentrando as brechas do cosmopolitismo.

Enfim, as suas peças já carregam a sua marca, e, por meio dela, o ciclo do couro se renova e se refaz, informando tradição e contemporaneidade.

4.1.1.2 Os antigos sapateiros

Lica e Ranildo são produtores antigos que detêm a arte do ofício do calçado. São dois mestres sapateiros que começaram a trabalhar ainda crianças, tornaram-se formadores dos mais jovens e influenciaram uma geração de pequenos produtores que também dominam o ofício.

Além do ofício, Ranildo e Lica guardam outras referências comuns, pois ambos são figuras conhecidas no ramo. Muitos produtores passaram

⁴⁹ Central de Artesanato no Estado do Ceará.

por suas fábricas, sendo procurados para consultas e conselhos. Suas respectivas trajetórias no fabrico de calçados, bem como a atuação junto à AFABRICAL, lhes concederam esse *status*.

Ranildo esteve à frente da Associação por mais de seis anos, desde a fundação até hoje; mantém contato direto com esta. Começou a trabalhar em oficinas de calçados ainda muito jovem, no ano de 1959. Em 1972, montou a própria produção. Vendia no comércio de Juazeiro do Norte, depois expandiu as vendas para o Maranhão, Piauí, Pará e Pernambuco, por meio de compradores que apareciam na porta em busca dos produtos. Comprou um carro e saiu para as vendas nos estados do Nordeste — prática muito comum entre os produtores de calçados. Começou o seu negócio produzindo sozinho, mas logo foi contratando ajudantes; chegou a ter entre 25 e 30. Hoje, em razão de problemas de saúde, mantém 06 funcionários na sua pequena empresa, a “Vera Calçados”. Vende tudo o que produz, e, se tivesse mais, venderia — ele garante. Por isso não participou da última edição da Feira de Tecnologia e Calçados do Cariri (FETECC) no ano de 2004, acreditando não poder atender aos pedidos e às encomendas que resultam das negociações estabelecidas nessa feira: *“já estou cansado e meus filhos não quiseram seguir no ramo, resolveram estudar”* — ressalta o produtor, demonstrando, além de satisfação, certa melancolia, por não ver o seu ofício prosseguir. Diz, ainda, que apenas nasceu em Pernambuco, mas, na verdade, se sente de Juazeiro do Norte. Ranildo é mais um caso, entre tantos, de outros nordestinos que deixaram seus lugares atraídos pela fama do padre Cícero. O caminho foi desbravado por seus avós, que saíram do interior de Pernambuco, trazendo toda a família, sustentados pela fé e pela certeza de que, no lugar, encontrariam formas de sobrevivência.

Lica, além de ter sido — juntamente com Ranildo — um dos fundadores da AFABRICAL, ficou conhecido entre os produtores por sua disponibilidade para ajudar, passando informações e conhecimentos para seus pares, apesar de ser visto, por eles, como “cabeça dura”. As

relações se estabeleciam sempre na base da amizade e da confiança. Atualmente, ele não participa da AFABRICAL em razão de desentendimentos com seus membros. Ele foi o primeiro de sua família a entrar no ramo de calçados. Diz que começou novinho, ainda garoto, como ajudante nas oficinas Juazeiro do Norte. Depois, passou a mestre — lembra que naquele tempo havia essa hierarquia para classificar a aprendizagem do calçado nas oficinas. Logo depois, começou a fabricar calçados por conta própria. Seus irmãos se envolveram também no ofício, já que, na região, essa era uma das poucas opções de trabalho. Estabelecido em sua produção, Lica ficou conhecido como “um dos antigos”, chegou a ganhar um troféu na abertura da FETECC. É associado ao SINDINDÚSTRIA, mas faz dois anos que não participa da feira. O antigo produtor confessa que se sente desgostoso, pois nunca recebeu ajuda de instituições ou do governo. Lembra que foi um dos primeiros a participar da feira e que incentivava os pequenos produtores. “Há um tempo atrás, compravam sempre um *stand* coletivo para os que não podiam bancar sozinhos, participavam e mostravam o produto na feira.” Sua disponibilidade para passar dicas de produção se transformou em marca de sua trajetória, pois muitos iam a sua fábrica para conhecer novos modelos. Quando recebia clientes, não podendo atender aos pedidos, levava-os até outros produtores para que não ficassem sem fechar a negociação.

4.1.1.3 Os antigos comerciantes produtores

Severino Duarte e José Tavares são dois comerciantes de calçados que se uniram, na década de 1960, com outros comerciantes e começaram a produzir placas e sandálias microporosas, do tipo “havaianas”, sendo os pioneiros na região. Cada um montou o próprio grupo e hoje são grandes fabricantes de calçados.

José Tavares Lopes, ou Dedé Tavares, como é mais conhecido, é um pernambucano que veio com os pais romeiros e, movidos pela fé no padre Cícero, decidiram permanecer na “Cidade Prometida”. Aos 18 anos, era corretor de algodão, depois passou a comercializar e fabricar jóias no final da década de 1950 quando Juazeiro do Norte ficou conhecida por seus folheados. Logo após, entrou no ramo de calçados, inicialmente comercializando e depois produzindo.

No Ano de 1974, fundou a Borracha e Plástico Ltda (BOPIL). O grupo BOPIL, hoje, reúne a Indústria de Borracha Nordestina Ltda (INBOM), a BOPIL Borracha e Plástico Industrial Ltda, e Industrial BOPIL de Calçados, todas situadas na cidade de Juazeiro do Norte. O grupo todo emprega cerca de 800 funcionários e vende a sua produção para vários estados do Norte, Nordeste Centro-Oeste e Sudeste. Já exporta a sua produção para vários países, o que, segundo o produtor, significa muito para a região.

No ano de 2003, recebeu da Federação das Indústrias do Ceará (FIEC) a Medalha de Mérito Industrial. José Tavares foi um dos incentivadores da criação do SINDINDÚSTRIA, e chegou a fazer parte da diretoria em mais de uma gestão. O seu filho, que também trabalha na produção de calçados do grupo, foi um dos fundadores da instituição e a dirigiu por quatro anos.

Severino Gonçalves Duarte é um cearense que, na década de 1950, comercializava ouro de Juazeiro do Norte. Nas suas viagens para o Recife, conhece as sandálias de borracha microporosas. Em 1963, torna-se um dos sócios fundadores da INBOPLASA, primeira indústria de fabricação de placas de borracha para calçados. A empresa começou com três segmentos: PVC, borracha microporosa e PVC rígido para canos. Começou a funcionar com 15 funcionários num galpão com capacidade para 200. Atualmente, o grupo INBOPLASA

compõe três empresas, produzindo placas de EVA e Sandálias micro-porosas, masculinas, femininas e Infantis. Conta com um quadro constituído por uma média de 800 funcionários.

O grupo vende para todas as regiões do Brasil, Mercosul e Estados Unidos. Uma das empresas do grupo conseguiu receber incentivos fiscais do Governo estadual. Foi um dos fundadores do SINDINDÚSTRIA, e participou da diretoria em vários momentos.

4.1.1.4 Os jovens produtores que detêm a arte do ofício

Cícero Davi é natural de Juazeiro do Norte. Desde os 11 anos de idade, entrou no mundo do fabrico de calçados por intermédio de Dona Marinete, uma antiga fabricante conhecida no lugar. Durante os 17 anos que passou na fábrica, aprendeu o manejo da profissão. Trabalhou, também, com Lica e outros antigos sapateiros. Já experiente, quis concretizar a vontade de montar o próprio negócio. Pediu ajuda a Dona Marinete e esta deu uma “maquinazinha” para Cícero iniciar sua produção. Em 1994, monta a DIKOTA, nome-fantasia da sua empresa. Hoje, está com 14 funcionários, mas iniciou com bem menos. Não abdica de trabalhar diretamente no calçado; diz que gosta do manuseio e também pela experiência que adquiriu. Divide a parte administrativa com o filho, que já se inseriu no negócio. Em 2002, assumiu a Presidência da AFABRICAL, incentivado pelo Ranildo (liderança entre os pequenos produtores e antigo presidente da Instituição). Diz que aceitou o desafio pela confiança depositada por seus pares e Ranildo, que lhe serve de conselheiro. Na sua gestão, tenta reforçar o apoio que a Associação dá aos associados com máquinas que ficam à disposição para uso coletivo. Cedeu uma máquina de sua propriedade para a Instituição. Também mantém uma relação bem próxima com o SINDINDÚSTRIA, participando de feiras

nacionais e discussões a respeito da produção calçadista. Acredita que tem muito para aprender com outros produtores. Vende os produtos para o Maranhão, a Bahia, o Piauí e para feirantes que comercializam na região.

Esse produtor faz um elo entre os que trabalham com pouca tecnologia, recursos escassos e produzem um calçado popular — os chamados “pequenos” — e os produtores que estão sempre inovando, modernizando-se, participando de eventos e produzindo com melhor qualidade — tidos como “ricos” ou “os grandes”. Isto, porém, não denota o tamanho da produção, mas o fato de estarem atentos às inovações tecnológicas e aos circuitos de trocas e informações.

4.1.1.5 Os Jovens comerciantes e técnicos produtores

Antônio Barbosa Mendonça era representante comercial do setor de calçados de empresas do sul do País. Trabalhou quatorze anos neste ramo. Em 1998, junto com o irmão, fundou a “Sagian”, inicialmente com 25 funcionários. Com o tempo, foi aumentando e, hoje, 106 pessoas trabalham na confecção de calçados e bolsas de couro em sua fábrica. O produtor não abre mão da qualidade de seu produto, já que antes representava produtos de valor agregado elevado. Percebeu que existia um mercado para esse produto na região. O Cariri foi escolhido para instalar a empresa, por constituir um aglomerado do ramo. “A proximidade com outros produtores ocasiona uma “difusão” da mão-de-obra qualificada, modernização e tecnologia” — acentua o produtor. A posição geográfica também foi um ponto observado, pois a região se mantém equidistante das principais capitais nordestinas, foco de vendas da empresa. Contou com empréstimo do BNDES para comprar equipamentos. Atualmente, é o presidente do SINDINDÚSTRIA. Sempre destacou a noção de que o arranjo tinha que manter relações com

outros produtores e instituições de fora para articulação de cursos de formação e troca de experiências. O lema da ação coletiva é ressaltado em um depoimento, no qual ele se utiliza da seguinte citação: “Sonho, que se sonha só, é pura ilusão. Sonho que se sonha junto é o começo da realidade transformada” (FETECC, 2004).

4.1.2 Fios que compõem o jogo do mercado e da reciprocidade

Entre a produção e o consumo, o terceiro viés se entremeia. Trata-se da troca, esfera da circulação ou distribuição, também chamado de mercado. A vida material, como um sistema de relações, concretiza-se na produção e na troca. Partindo desta realidade, Braudel (1998) estabelece uma distinção entre “economia de mercado” e “economia capitalista” (“sistema de mercado”). As trocas cotidianas, os circuitos locais que reúnem produtores e consumidores, situam-se dentro da economia de mercado. Para o autor, o mercado é o lugar onde ocorrem as trocas, desde que os grupos humanos conseguiram produzir mais do que o necessário para a sua subsistência, passando então a trocar produtos com os grupos vizinhos. Nas sociedades tradicionais pré-capitalistas, o mercado ocupa posição secundária na economia e, portanto, não é a base principal de integração social. O “sistema de mercado” institui-se na economia capitalista; é quando se produz não mais para o próprio consumo, mas para trocar no mercado. O mercado torna-se então o âmago da economia, o fio entre atividades diversas. Para Polanyi (2000), é a instância sociabilizadora, capaz de produzir integração social, a base que transforma as relações sociais em mercantis.

Expressando a definição da Sociologia Econômica contemporânea, o mercado não é um local neutro de equilíbrio para a formação de preços

e a realização de trocas. Mais do que um espaço de trocas, valores e traços culturais perpassam a sua dinâmica, tornando-o uma “construção social”. Esta é concreta, incrustada, localizada e, portanto, territorial, dotada de história, conflitos e organizações sociais.

No jogo do mercado, entram em cena condições sociais e comportamentos que vão muito além do que se entende normalmente por auto-interesse dos atores. Para Granovetter (2003), *muito freqüentemente, o que o indivíduo procura ou espera nas suas interações com os outros atores aplica-se também aos objetivos econômicos*. Ele persegue ganhos em termos de sociabilidade, reconhecimento, estatuto e poder. Desta forma, a racionalidade econômica não é condição exclusiva para a ação, considerando que o comportamento de indivíduos e de grupos só se explica socialmente. A racionalidade se deixa influenciar pelo contexto, ou seja, por crenças e normas partilhadas que brotam das relações sociais. Ou, como diz o autor,

O estudo dos mercados como estruturas sociais enraíza os interesses dos indivíduos nas relações que mantêm uns com os outros e não supõe um maximizador abstrato, isolado, por um lado, e a economia, por outro, como resultado mecânico da interação social (p.92).

Para Abramovay,

O fato de os indivíduos buscarem o tempo todo algum tipo de reconhecimento nos espaços sociais em que vivem, torna a confiança um dado sociológico passível de conhecimento específico, e não um traço genérico do caráter humano (2005, p.11).

A confiança tida como imprescindível dentro de uma sociedade, seja tácita e implícita, ou formal e contratual, serve como adensadora ou aceleradora das relações sociais, evitando situações de atrito generalizado, caso esta não existir. Sua ação tende a amenizar medos, permitindo uma entrega de um “nós” a um “outro”.

4.1.2.1 A confiança e a má-fé

A confiança e a má-fé são manifestações do comportamento discutidas nas ciências sociais desde os clássicos e são pontos de reflexão dentro da Sociologia Econômica contemporânea, o que põe na berlinda o pressuposto da teoria econômica moderna: *“o interesse econômico pessoal é apenas procurado por meios relativamente dignos.”*

Para Granovetter (2001), essa idéia se apóia na convicção de que as forças competitivas num mercado auto-regulado suprimem a força e a fraude. Os atores econômicos passam a ser percebidos não apenas pelo interesse próprio, mas também pelo “oportunismo”. O reascendimento deste debate culmina com a preocupação crescente em torno das possibilidades de desenvolvimento de economias estagnadas, da mobilização de recursos em torno de aglomerações industriais e de outros aspectos interligados, como o dilema da ação coletiva, os fatores que garantem o cimento social e melhores formas de organização das transações econômicas. Essas manifestações tornaram-se evidentes dentro das novas formas de integração social nas economias em transição, e a noção de confiança serve para esclarecer esse debate. Autores como Trigilia, Bagnasco, Putnam, Gambetta, citados por Marques (2003) buscaram na confiança elementos esclarecedores para a compreensão de modelos de desenvolvimento específicos na Itália, bem como para o entendimento da propagação das redes mafiosas.

Para Marques (2003), a confiança não pressupõe uma tomada de posição relativamente à bondade natural do homem, podendo-se estabelecer relações de confiança sem o abandono de uma visão de natureza humana egoísta. Para o autor,

É importante sublinhar que a confiança tanto pode ser fonte de arcaísmo e tradicionalismo, como impulsionadora da modernidade e da racionalização. A confiança pode constituir a base de uma economia apoiada em relações familiares e auxílio a enclaves de imigração, mas também pode dar origem a formas contratuais altamente sofisticadas. A confiança não é uma forma tradicionalista, definidora de um modo alternativo à estrita racionalidade econômica. Em boa verdade, a confiança pode ser um poderoso ativo incrustado no mundo da racionalidade (P.18).

Tanto a confiança como a reciprocidade são pensadas por Sztompka (1999), Seligman (1997), Miisztal (1996), citados por Marques (2003), como formas de integração social. Conexa aos fenômenos de transição política e econômica, as sociedades atuais são pensadas como estando em situação de crise ou em decurso de mudanças rápidas, carecendo de elementos aglutinadores com capacidade de revitalizar a participação, fomentar a solidariedade e desenvolver o sentido de comunidade.

Ao discutir a relação entre modernidade e reflexividade, Giddens (1991) se refere aos conceitos de risco e de confiança como entrelaçados. A confiança é o suporte para minimizar os perigos aos quais estão sujeitos certos tipos de atividades e seria, ainda, um lubrificante das relações sociais.

A confiança pode ser definida como crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que essa crença expressa uma fé na probidade ou amor de um outro, ou na correção de princípios abstratos (conhecimento técnico) (P.41).

Nas sociedades tidas como primitivas, a confiança não exerce o papel de lubrificante das relações sociais, pois ela é a própria relação social. Para Marques (2003), ela não existe porque se funde nos atos de reciprocidade, é um pressuposto relacional, um não-dito. Ela se torna imperativo funcional de articulação de necessidades diferenciadas. Neste caso, a desconfiança é produto de relações sociais sucessivas, é um corte e não uma possibilidade de se precaver em função do outro. Acredita que o elemento civilizacional não é a confiança, mas a desconfiança, pois é a partir dos indícios desta que surgem as instituições e os contratos, os árbitros e as terceiras forças. *Se a confiança produz civilidade e convívio, é porque a desconfiança campeia (MARQUES, 2003, p. 22).*

4.1.2.2 Produtores e compradores - relações que constroem e que pervertem

A ação econômica que envolve os produtores estudados é ela própria uma ação social⁵⁰. As relações sociais que se configuram continuamente permitem o dinamismo do mercado. Os benefícios de estar inserido em um arranjo produtivo, além da proximidade atuante nas relações que envolvem os produtores, têm um papel importante nas transações comerciais, podendo-se detectar o ideal de atmosfera industrial marshalliana, como observa um antigo produtor.

É porque se tivesse duas fábricas de calçado aqui, não vinha o pessoal que hoje vem pra comprar, mais tem 10, aí aumenta o volume de gente que vem comprar. E aí começa, um diz: “olhe fulano fabrica isso, sicrano fabrica aquilo.” Aí todo mundo vem. Quando chega aqui, sabe que encontra muitas fábricas. Eu acho que juntando

⁵⁰ Recuperação da idéia weberiana da ação econômica como categoria particular da ação social.

fabriqueta com fábrica grande e tudo, eu acho que dá umas 200 a 300 (Antigo produtor).

O arranjo é rota de compradores que vêm de várias partes do Nordeste e do Brasil que, pela diversidade da produção do lugar e pela proximidade, encontram boas formas de transação, tornando-se referência para os produtores.

Porque é o seguinte: antes era Caruaru, já faz muito tempo isso, depois começou aqui. Porque aqui fica mais perto do Maranhão, do Pará. A região se tornou uma rota para sair para outros Estados. A gente vende muita mercadoria para o Maranhão, o Pará, o Piauí, para esse lado daqui. Tudo isso sai daqui, quando eles passam daqui para a Paraíba, isto é, se não tiver preço aqui, porque se lá tiver um preço bom, eles já vão pra lá, mas aqui sempre tem. Tem muito fabricante, eles já se arrumam aqui. Depois daqui vão embora, ou daqui vão pra São Paulo para comprar outras mercadorias melhores, mas nem pra Fortaleza eles vão. Porque eles vêm atrás da mercadoria popular, que é essa que eu faço aqui, aí já não vão mais para Fortaleza (Pequeno produtor).

As redes de negociações mais diretas entre os agentes recompõem relações baseadas na confiança e no diálogo, e guardam expectativas e obrigações com significados socialmente construídos. As informações difundidas no circuito formado entre produtores e compradores tanto servem para criar laços e relações de confiança como para o uso da má-fé.

Um antigo produtor, ao explicar por que colocou o nome da sua empresa de “D moda”, falou de uma relação profícua com um grande comerciante de calçados na década de 1980, e da sua produção que esteve no auge em decorrência desses contatos.

É Tico Amorim da Arca da Aliança, uma vez ele estava em São Paulo e ligou para mim. Mandou a passagem e pediu pra eu ir para São Paulo. Quando eu cheguei lá, aí ele foi e disse: compadre eu quero que você veja ali um modelo ali pra gente fazer umas modinhas que tem ali, aí nós fomos, quando nós chegamos, aí eu fui e botei o nome D’ moda. Já era modinha 86. Eu sofria demais

pra dar conta do pedido. Eu fazia 7 mil pares. Ele era fechadinho, era um sapatinho bem molinho e tinha um nomezinho de serigrafia de lado. Bom, isso a gente fazia por semana, eu só fazia 7 mil pares, e ele vendia tudinho (Antigo produtor).

O produtor ressalta que eram muito na base da amizade as negociações entre quem produzia e quem vendia. *“Todo tempo teve. Tem que ter se não tiver a gente não existe.”* Neste caso, a identidade é um ponto a ser considerado, evidenciando a preferência de se negociar com indivíduos de reputação conhecida. O conhecimento é adquirido mediante relações sociais concretas e das estruturas ou redes de ações econômicas. Neste caso, a confiança está relacionada a uma situação específica, envolvendo dois atores em um contexto e relacionamento particular.

Entre os produtores, o conhecimento é elemento importante, eles se utilizam de informações repassadas de um para outro para se livrarem dos calotes e se protegerem dos maus compradores. As informações são repassadas a partir das experiências que eles tiveram com os compradores. Vender sem conhecer é meio perigoso, é estar sujeito aos calotes e ao uso de má-fé, dizem os produtores.

Sem conhecer é arriscado. Mas o cara diz: “não, pode consultar o cheque!” O problema de cheque é, se você consultar, não tem problema, mas, no dia de entrar o cheque, ele cancela seu cheque, faz qualquer sacanagem, dá contra-ordem e tudo. Uma fábrica pequena dessa, eu tenho em média de quase 80 mil reais de cheques que voltaram (Pequeno produtor).

Hoje, na área de calçado está bem melhor, hoje você só vende àquele que você conhece. Quem não conhece, aí tem que ter informação (Pequeno produtor).

A confiança e a reciprocidade são recursos utilizados pelos produtores para enfrentarem as externalidades negativas, mas nem sempre esses recursos são suficientes para eliminar a má-fé.

Os pequenos produtores dizem que, hoje, estão mais cautelosos com os compradores desconhecidos que chegam de fora querendo comprar. Eles dizem que, hoje, está diferente. Antes, a necessidade de vender e a inexperiência, levavam-nos a vender logo na primeira investida, não procuravam nem mesmo referências a respeito do comprador. Ademais, eles têm que lidar com o jogo da má-fé. Alguns compradores desconhecidos tentam forjar informações, dizendo que vendem para outro produtor conhecido para passar confiança.

Um dia desses, eu estava lá numa loja, aí o cara disse: “Cícero, você está vendendo a “fulano de ta?!” Eu disse: “estou não”. “Mas o cara disse que você está vendendo a ele!” Aí eu disse: “não, é mentira dele”. Porque ele disse que eu estava vendendo a ele para o cara lá vender (Pequeno produtor).

Antigamente, quando o pessoal via assim um cara que chegava aqui querendo comprar, ia todo mundo doido para vender! O produtor não queria nem saber quem era! Você vendia, achava que aquele cheque ali que você pegou já era dinheiro e já comprava. Depois o cheque voltava, e o cabra não via mais ninguém e era só perdendo. Era muito problema, mas hoje, graças a Deus, hoje em dia, para um cheque voltar eu acho que é 1% (Pequeno produtor).

A posição de Granovetter (2003) é a de que as relações sociais concretas, mais do que os dispositivos institucionais ou a existência de uma moral generalizada, são os atributos fundamentais para a produção de confiança na vida econômica e constituem as estruturas que asseguram a função de manutenção da ordem. Mas essa não seria, porém, uma posição excessivamente otimista? O próprio Granovetter admite que se corre o risco de trocar um funcionalismo otimista por outro. Para tanto reconhece que:

a) Enquanto solução para o problema da ordem, a perspectiva da incrustação é menos universal do que qualquer um dos argumentos alternativos, visto que as redes de relações penetram irregularmente e

em diferentes graus nos vários setores da vida econômica, permitindo assim todo o tipo de fenômeno que bem conhecemos: desconfiança, oportunismo e desordem que não estão, de forma alguma, ausentes.

b) A segunda forma é realçar a idéia de que as relações sociais — em muitos casos uma condição realmente necessária à confiança e ao comportamento honesto — não são suficientes para garanti-los e podem, inclusive, fornecer ocasião e meios para situações de má-fé ou conflito numa escala superior às que ocorrem na sua ausência (p. 80).

Esta perspectiva situa-se entre a proposta sobressocializada da moral generalizada e a proposta subsocializada dos dispositivos pessoais e institucionais. Ao contrário dessas visões, que partem de generalizações, as particularidades da estrutura social é que determinam, em concreto, cada situação.

4.1.2.3 Entre o oportunismo e a necessidade

Para muitos produtores situados em de um arranjo produtivo, nem todas as estratégias de competição apresentam-se válidas, pois algumas são tidas como significado de desunião. Eles falam de uma competição desonesta, quando o produtor baixa o preço para ganhar o cliente. Mesmo que esse procedimento não seja viável economicamente, seria uma competição predatória. Para esses produtores, o jogo do mercado pressupõe observar determinadas regras, que não são explícitas ou determinadas, mas se constituem como acordos tácitos.

Porque como você vê aqui uma mercadoria dessa, o cliente chega aqui e diz: “Lica, quanto é essa mercadoria?” Eu digo: “é dez reais.” Aí ele diz: “está caro, ali tem sandália que sai de R\$ 8,50 com o mesmo material, o mesmo solado, tudo isso aqui” (Antigo pequeno produtor).

Quando se utilizam de determinadas práticas (baixar o preço para conquistar o cliente) ou mesmo quando se submetem à ação de compradores tidos como oportunistas, esses produtores ficam malvistos.

Os compradores locais são tidos como “oportunistas” e exercem certo poder sobre pequenos produtores. Uma questão vai puxando outra. A falta de crédito para compra de material leva pequenos produtores a se submeterem aos compradores oportunistas, que ditam os preços. Conhecedores da fragilidade dos produtores, eles oferecem vantagens de compra de mercadoria à vista, desencadeando uma relação assimétrica de dependência, para muitos, a única forma de se manterem vivos.

Olhe, nós temos aqui três grandes compradores que eles compram dos pequenos produtores. Esses três grandes compradores devem estar comprando hoje em torno de 250 mil pares desses pequenos produtores. Então eles ditam o preço deles, eles fornecem a matéria prima, o material secundário e diz: “eu compro o calçado por tanto” (Técnico do SEBRAE).

Aí como é que fica, se eles não venderem para esses grandes compradores eles não têm poder de fogo, capital de giro para poder produzir para eles e vender pelo preço justo. Não tem linha de crédito que dê condições para eles poderem produzir, com capital de giro, pelo preço bem barato. Enquanto produzir, a parte deles que é, deve ser, o próprio crédito. Então se eles deixarem para vender ao grande, eles morrem, porque não tem como sobreviver, e não existe uma política de crédito (Técnico do SEBRAE).

Outros pequenos produtores, no entanto, buscam diferentes caminhos para se livrarem dos oportunistas. As opções estão em contatos para abrir espaços no mercado fora do ambiente local, de indicações de amigos e, principalmente, das relações de confiança entre produtores, vendedores e compradores.

Tem os compradores daqui, mas eles compram pra vender fora. Mas vender pros daqui — eu vou falar

uma expressão que a gente usa: “é pedir esmola para doido”. Porque, o cara que compra daqui de Juazeiro, ele sabe de tudo, ele é garapeiro, ele lhe explora de todas as maneiras. Porque ele tem dinheiro e diz: “é a vista, é a dinheiro.” Mas eu não me balanço de jeito nenhum, porque eles são quem botam os preços e dizem: “é isso aqui, se você quiser bem!” (Pequeno produtor).

Eles baixam muito o preço, até porque quando eles pegam uma pessoa que não tem condições de comprar à vista e não tem crédito, então ele vai ter de comprar com o dinheiro porque ele não tem crédito. Então é esse problema (Pequeno produtor).

Eu só vendo para fora. Aqui tem comprador, mas não tem condições. É melhor ter preço (Pequeno produtor).

Capital é a única coisa que falta a nós. Porque nós não formamos capital para trabalhar. Eu mesmo já trabalhei muito e já perdi muito, eu vendia muito fiado (Pequeno produtor).

Para Weber (2000), a troca racional só é possível quando ambas as partes esperam se beneficiar dela ou quando uma delas se encontra em situação forçada, condicionada por algum poder econômico ou por simples necessidade. Os atores entram em um jogo e, quando ambas as partes satisfazem seus interesses, o resultado é tido como positivo ou como soma nula, quando um perde e outro ganha em função de relações de poder assimétricas. *Assim, se a atividade econômica é essencialmente uma atividade pacífica, ou seja, se ‘a orientação prática para a violência se opõe fortemente ao espírito da economia’, mas isto não significa que o uso do poder seja proibido (p. 38).*

Neste caso, percebe-se a falta de ações coletivas, mediadas por um agente coordenador. As associações e sindicatos não interferem nestas questões específicas. As ações ficam mais individualizadas e o comando é do comprador, o que limita a atuação do produtor como agente estruturador do arranjo.

4.1.2.4 - As relações e a palavra

Para Cícero, um pequeno produtor, “se você não tiver crédito está morto.” Crédito, para ele, significa um bem adquirido nas interações que envolvem a troca mercantil. É a confiança que se estabelece entre produtores, vendedores e compradores. Essa confiança é conquistada pela “palavra,” estabelecendo uma relação de moral e respeito.

Graças a Deus, eu tenho um cliente em São Luís do Maranhão que, desde a feira (FETECC) do ano passado, que ele me compra. Eu não tenho prejuízo de 10 centavos. Eu mando a mercadoria, na hora que chega lá. É lógico que é uma pessoa de confiança, também porque a gente para fazer isso, quando você não conhece, pelo menos o primeiro, você só manda quando o cliente deposita (Pequeno produtor).

Ser honesto e cumprir com a palavra é uma forma de reconhecimento entre os fornecedores, ampliando as relações e estreitando laços; é a condição de se manter no mercado. Para o pequeno produtor, esse “crédito“ é muito importante, “tem muito grande produtor que só compra depois de depositar o dinheiro”, diz um representante de material para calçados.

Na semana passada, um rapaz, um representante da C&L veio até Juazeiro e teve curiosidade de me conhecer. Ele é gerente de vendas da C&L de Fortaleza, é uma fábrica que tem em Fortaleza que ela fornece o rayolito — esse materialzinho de cima da palmilha. Apesar de eu ser um fabricante pequeno, eu estou dizendo isso porque até eu me surpreendi. Porque, na realidade, eu sou honesto e bom pagador e ele teve curiosidade de me conhecer. Eu compro razoável a eles lá, mas, graças a Deus eu sempre estou em dia lá. Então, geralmente, quando se trata de um cliente bom,

eles querem conhecer, querem ver quem é, como é a estrutura da pessoa (Pequeno produtor).

Confiança é muito importante, se você não tiver, está morto. Se você trabalhar desonestamente um dia vai, vai, e termina você desmoralizado, e fica sem moral para ninguém, e termina saindo do calçado. Porque sem crédito, você não consegue comprar, não (Pequeno produtor).

Mas pra esse, eu mando a mercadoria. Quando chega lá, na mesma hora, ele deposita o dinheiro. Ele sempre me comprou e nunca deixou de me comprar (Pequeno produtor).

Apesar da tendência da confiança se estabelecer quando detectamos traços de bondade ou altruísmo no outro, outras variáveis também são observadas. A expectativa positiva em relação ao cumprimento de um trato e de uma ação coerente independe do nível de bondade ou altruísmo, configurando-se mais como consistência comportamental do que como traço da personalidade. O cumprimento da palavra foi uma das razões que motivou pequenos produtores a não participarem da última feira de calçados; o receio de não cumprir as encomendas e ficar com o nome "manchado" levou-os ao recuo. O empenho da palavra no cumprimento de um trato é coisa séria, principalmente na entrega das encomendas, pois, quando o trato se rompe, parte-se o fio de uma teia que já fora tecida. Um produtor conta uma experiência negativa de não-cumprimento de uma encomenda que o deixou muito insatisfeito.

Olha, eu participei de todas elas (as feiras). Eu estava até falando com a minha esposa, que esse ano eu não vou, mas eu estou de coração partido, porque eu gosto demais. Mas no ano passado, eu me decepcionei, numa parte, porque eu me chateeí e, ao mesmo tempo, eu pensei, aí eu disse: "é, realmente eu não fui sincero com o cliente de Recife, eu vendi demais e terminei não entregando". Eu fechei negócio com o cara de Recife e não consegui dar conta do pedido. Até porque, o ano passado, foi no final de setembro. Quando a gente se organizou, era praticamente outubro, aí ficou outubro, novembro e dezembro, foi muita coisa e eu não consegui

entregar. A minha produção é muito pequena, eu vou aumentar mais. Eu comprei um terreno, eu vou construir, aí vai aumentar mais. Então eu fiquei assim, esse ano eu não vou ter nem como expor, porque eu sei que vou vender muito (Pequeno produtor).

A rede de informações para a venda de mercadorias é uma prática usual entre os produtores. Quando a venda não lhe é conveniente, ele passa a informação para outro.

Chegou um baiano aqui que eu nunca tinha visto ele antes. Ele pediu para levar até um pé de sandália e eu dei. Eu informei para o cara que estava com ele — esse eu conhecia, era o Juarez —, aí eu disse: “olha, vai em fulano, fulano e fulano” (Antigo produtor).

Outra estratégia do pequeno produtor é aproveitar o mercado que se amplia nos períodos de romaria. Os produtores adaptam a sua produção para atender a um tipo de comprador específico: os romeiros que visitam a Cidade, no caso Juazeiro do Norte. Para o produtor, não dá para desprezar o poder de compra dos romeiros. Mesmo que eles venham com pouco dinheiro, eles gostam de comprar, embora seja um produto mais popular. “O dinheiro que ele tem é esse” — diz um produtor que atende a esta demanda em determinados períodos.

Eles compram muito calçado também, só que não é um calçado no estilo meu, desse aí que eles compram. Eles compram uns bem mais populares. Tem um rapaz aqui que ele é feirante, ele trabalha nessas feiras das cidades vizinhas daqui como Jardim, Barbalha, Crato e outras cidadezinhas pequenininhas. Ele sempre me compra, mas é um calçado bem popular, não é um artigo desse que você está vendo aí. Eles chegam numa dessas feiras e ele ganha dois, três reais em um par, numa média (Pequeno produtor).

Foto 4.6



Comercialização de calçados nas romarias. Foto Gessy Maia.

É uma sandalhinha baixinha, rasteirazinha que tem um soladozinho, bem mais barata do que essa que está aí. É um produto mais fraco mesmo. Na época das romarias, o pessoal vende muito. É aquele povão mesmo, que não vai entrar numa *Mart Center*, eles vão lá em baixo, nas feiras e no mercado (Pequeno produtor).

Aqui em época de romaria, tem muita banca de calçado aí na rua mesmo, e ali oromeiro sempre que vem, já compra o calçado. Tem esse rapaz que me compra duas, três, quatro caixinhas por semana. Quando é na romaria, ele compra bem, ele compra dez, quinze caixas de calçado e vende todinha pra romeirada (Pequeno produtor).

Oromeiro não vem com muito dinheiro para chegar numa *Mart Center* e comprar, porque lá, onde eles moram, tem lojas boas também. Oromeiro, ele só gosta de sandália rasteirazinha, não gosta de sandália alta não. Eles

compram essas sandálias, mais das empresas informais (Técnico do SEBRAE).

Foto 4.7



Comercialização de calçados nas feiras de Juazeiro. Foto Gessy Maia.

4.2 A MEDIAÇÃO INSTITUCIONAL

A ação das instituições sociais e políticas exerce papel importante dentro de um arranjo produtivo. Sua estrutura e a interação dos diversos agentes — a ocorrência de ações individualizadas que cedem espaço para as ações coletivas e para aspectos característicos a essa forma de organização industrial — torna imprescindível alguma forma de coordenação dessas ações, incidindo na formação de sinergias que possam contribuir para o alcance de metas almejadas. A atuação se

expressa na mediação de interesses, facilitando a articulação e a compatibilização entre organizações distintas. Geralmente é o elo pelo qual o arranjo se relaciona com organizações públicas e privadas que atuam na promoção do desenvolvimento local. A intensificação das relações entre as partes e o estabelecimento de uma coordenação dessas relações promove a chamada governança.

O conceito de governança surge em debate, nos anos 1990, acerca da redefinição das funções do Estado. Está relacionado à atuação estatal na implementação de políticas e na consecução de metas coletivas. A atuação pressupõe uma ação articulada entre Estado, sociedade civil e mercado. O Estado passaria a ser fomentador de iniciativas de ações sociais, ampliando os meios de interlocução e administração de conflitos (DINIZ, 2001).

Segundo Albagli & Britto (2002), o termo governança tem origem na Teoria das Firmas e na chamada “governança corporativa,” que inicialmente se utiliza do termo para

Descrever novos mecanismos de coordenação e controle de redes internas e externas às empresas, estando referenciado ao grau de hierarquização das estruturas de decisão das organizações. O termo foi posteriormente utilizado mais amplamente, para designar processos complexos de tomada de decisão levando à repartição de poder entre governantes e governados, à descentralização da autoridade e das funções ligadas ao ato de governar, bem como à parceria entre o público e o privado; conjuntos de redes organizadas, gestão das interações, sistemas de regulação e mecanismos de coordenação e negociação entre atores sociais (p.15).

O debate público internacional incorporou o termo governança por intermédio do Banco Mundial, o qual passou a tomar a noção de “boa governança” como ligada à capacidade governativa, aspecto fundamental para o crescimento econômico, equidade social e direitos

humanos. Para o Banco Mundial, a governança é “a maneira pela qual o poder é exercido na gestão dos recursos econômicos e sociais de um país com vistas ao desenvolvimento” (WORLD BANK, p. 03).

O que fica visível, a partir da concepção de governança, é uma redefinição estratégica no que diz respeito à participação de atores sociais diversos, como associações, ONGs e mercado, no compartilhamento da capacidade governativa do Estado, na formulação de políticas públicas e em sua operacionalização.

Especificando o debate para os arranjos produtivos locais, a forma de governança varia de acordo com as características destes, conforme sua estrutura de produção, aglomeração territorial, organização industrial, inserção no mercado, densidade institucional — atores privados e públicos — e tecido social (SUZIGAN et al, 2003).

Embora levando em consideração as diferentes formas de articulação entre agentes locais e externos, empresas e instituições, Albagli & Britto (2002) apresentam uma conceituação geral para governança:

Refere-se às diversas formas pelas quais indivíduos e instituições (públicas e privadas) gerenciam seus problemas comuns, acomodando interesses conflitantes ou diferenciados e realizando ações cooperativas. Diz respeito não só a instituições e regimes formais de coordenação e autoridade, mas também a sistemas informais (p. 15).

A discussão teórica sobre governança procura, a partir de experiências empíricas com arranjos e sistemas produtivos locais, compreender o nível de hierarquia, liderança e cooperação exercidos por empresas na coordenação das relações entre empresas e instituições⁵¹, resultando em tipologias para definir como se estabelece a governança em determinados contextos. Essas tipologias são insuficientes para caracterizar uma infinidade de experiências produtivas que se

⁵¹ Stoper e Harison (2001); Humphrey e Schimtz (2000).

configuram como arranjos ou sistemas produtivos, isto em razão das suas características híbridas e de contextos econômicos, políticos e sociais distintos, apresentando singularidades, o que dificulta o estabelecimento de padrões de reconhecimento. Essas tipologias, no entanto, servem como parâmetro de comparação e de avaliação entre situações diferenciadas.

Dois tipos de governança são destacados por Albagli & Britto (2002), os quais representam formas distintas de poder em relação às decisões — centralizada e descentralizada. A primeira se expressa pelas formas hierárquicas:

São aquelas em que a autoridade é claramente internalizada dentro de grandes empresas, com real ou potencial capacidade de coordenar as relações econômicas e tecnológicas no âmbito local. Surgem geralmente a partir de uma série de situações em que alguma forma de coordenação e liderança local condiciona e induz o surgimento da aglomeração de empresas (p.16).

A descentralizada diz respeito à governança na forma de "redes".

Caracteriza-se pela existência de aglomerações de micro, pequenas e médias empresas, sem grandes empresas localmente instaladas exercendo o papel de coordenação das atividades econômicas e tecnológicas. São marcadas pela forte intensidade de relações entre um amplo número de agentes, onde nenhum deles é dominante (p. 15).

4.2.1 As instituições e o arranjo

O arranjo produtivo de calçados do Cariri conta com algumas instituições de articulação e apoio, como é o caso das associações e sindicatos dos produtores da região, SEBRAE, SENAI, BNB, Universidade Regional do Cariri (URCA). Estas instituições — umas de modo mais atuante, outras de forma incipiente — desenvolvem

algumas atividades de suporte para o setor, como qualificação da mão-de-obra, serviços de consultoria, promoção de eventos, acesso a linhas de crédito e socialização de equipamentos.

As associações e os sindicatos dos produtores da região desempenham papel importante no interior das relações de cooperação e mediação com instituições públicas. Três organizações de produtores estão presentes no arranjo, a Associação dos Fabricantes de Calçados do Juazeiro do Norte (AFABRICAL), o Sindicato das Indústrias de Calçados e Confecções de Juazeiro do Norte e Região (SINDINDÚSTRIA) e o Sindicato de Calçados do Crato.

A AFABRICAL é a mais antiga do ramo, surgiu em 1986, por iniciativa de micro e pequenos produtores, formais e informais. Em sua maioria, são produtores que detêm a arte do ofício, os chamados “sapateiros”. Produzem com pouca tecnologia e têm dificuldade de gerir a produção. Os espaços utilizados são, em muitos casos, pequenas oficinas nos fundos de quintais ou em galpões.

A Associação atuou como um marco no estreitamento da relação entre os produtores, na socialização de experiências e no repasse de conhecimentos tácitos. Também funcionou como um elo entre os produtores e as instituições públicas. Com a Associação, o SEBRAE dispensa maior atenção à categoria, intermediando, inclusive, ações por parte do Governo estadual na implementação de uma central de compras.

Nós tínhamos uma média de 180 a 200 micro e pequenas empresas associadas à AFABRICAL. Essas microempresas, sem exceções, em todas elas nós trabalhamos. Nós discutimos custos e principalmente, a questão do relacionamento, do associativismo, nessas 200 empresas. Nós conseguimos, junto com o Governo do Estado, uma central de compras. Nós conseguimos recursos dessas associações e nós definimos esse acordo com a administração (Representante do SEBRAE).

Foto 4.8



Fachada da AFABRICAL. Foto Gessy Maia.

A central de compras durou pouco tempo — apenas um ano. Para um dos associados, faltou boa administração a fim de conduzir o processo e administrar as divergências. No início da década de 1990, a Associação consegue uma sede própria, com intermediação da Secretaria da Indústria e Comércio do Estado, bem como alguns equipamentos, que se transformaram numa central de serviços para uso coletivo de micro e pequenos produtores, a partir do pagamento de pequenas taxas. A central de serviços funciona, até os dias atuais, com máquinas básicas para a confecção dos calçados. A central é tida como o grande trunfo da Associação, como resultado de conquistas coletivas.

Foto 4.9



Máquina de uso coletivo na AFABRICAL. Foto Gessy Maia.

Nós já conseguimos muita coisa com a Associação, temos dois balancis, tem uma máquina de cortar, uma de cobrir palmilha e uma de chapar. São máquinas de uso comum, todos os associados podem usar quando quiserem (Antigo presidente da AFABRICAL).

Estão lá, tem máquina de virar palmilha, um balancin de cortar palmilha, tem uma máquina de chanfrar, é o necessário, o básico é esse (Presidente da AFABRICAL).

Ela corta palmilha, eu mesmo corto lá, eu tenho o controle do balancin. Pra você ter uma idéia, eu tenho uma máquina que eu comprei por 6 mil reais e botei dentro da AFABRICAL, está lá, sem ganhar nada, só para ajudar a AFABRICAL (Presidente da AFABRICAL).

Foto 4.10



Máquina de uso coletivo na AFABRICAL. Foto Gessy Maia.

Podemos tomar a AFABRICAL como mais um caso de ampliação do círculo de relações sociais entre os atores envolvidos no processo, que se articularam em torno de um fim coletivo, ou, em outros termos, uma mobilização de “capital social.” Na visão de Putnam (2002), a mobilização e a ação coletiva proporcionam um acúmulo de capital social, advindo dos laços de confiança mútua entre os indivíduos, o que resulta num maior envolvimento cívico coletivo, criando efeitos benéficos para o desenvolvimento social, político e econômico de uma dada sociedade.

Foto 4.11



Máquina de uso coletivo na AFABRICAL. Foto Gessy Maia.

O trabalho da Associação envolveu a articulação para concessão de empréstimo por parte do BNB. Eles falam do período (início da década de 1990) como o momento em que alcançaram certas conquistas intermediadas pela Associação.

Conseguimos um financiamento com o BNB através da AFABRICAL para uns 40 sócios. Para capital de giro e compra de equipamentos (Antigo presidente da AFABRICAL).

Apesar do financiamento ter sido visto, porém, como o resultado positivo da ação coletiva, ao se tornar fiadora dos associados, originou polêmica entre eles. A Instituição contraiu uma dívida, comprometendo a sua atuação. Alguns não conseguiram cumprir com os compromissos assumidos, rompendo-se, com efeito, as relações de confiança até então estabelecidas entre o grupo. A Associação, que já chegou a ter 180 associados, hoje, não conta mais de 40 membros. Em razão de alguns desentendimentos, o grupo se dividiu, provocando certa inércia na sua atuação. Na fala de um dos diretores, o grupo tenta se

reunificar: *“a associação enfraqueceu muito devido a um grupo que saiu, mas está voltando”*.

Apesar de, no momento atual, a Associação ter uma atuação mais limitada, é vista, ainda, como uma referência na organização dos produtores. O caminho percorrido e as experiências acumuladas são sempre citados como a primeira iniciativa que deu corpo ao associativismo presente no arranjo, no momento atual, estimulando o surgimento de outras instituições, como o SINDINDÚSTRIA.

4.2.2 Novas instituições entram em cena

O Sindicato das Indústrias de Calçados e Confecções de Juazeiro do Norte e Região (SINDINDÚSTRIA) surge em 1996 e reúne empresas formais de pequeno e médio porte, tidas como mais estruturadas. A iniciativa partiu de jovens e antigos produtores, ex-comerciantes e técnicos que se tornaram produtores. A idéia era agregar e organizar os produtores que, a cada dia, aumentavam na região. Consideravam que só uma ação mais organizada e coletiva promoveria maior interação dos empreendedores que despontavam no ramo e o fortalecimento do interesse comum. O objetivo central era a criação de suporte que desencadeasse oportunidades para o desenvolvimento de novas tecnologias e criasse uma nova mentalidade empresarial. As ações foram centradas em cursos, palestras, assistência técnica e parcerias. Entre os produtores, fala-se de uma “nova era” relacionada às relações que se estabeleceram com a intermediação do SINDINDÚSTRIA.

O arranjo passou a ter uma maior visibilidade no Estado e no País, compondo um circuito de troca de informações e de negociações mais amplas, atraindo compradores, investidores e novas tecnologias. A

ampliação das relações ocasionou ampliação do mercado e consolidação do arranjo ⁵².

Os produtores começaram a participar, de modo mais sistemático, das feiras de calçados e outros eventos nacionais e, também, de missões em outros países, para conhecerem algumas experiências produtivas. Os laços com instituições nacionais e ou ligadas a outros arranjos produtivos de calçados foram estreitados, o que permite parcerias constantes. O SINDINDÚSTRIA foi um dos articuladores para discussão e realização da FETECC (Feira de Tecnologia e Calçados do Cariri), que se tornou um evento anual e entrou para o calendário de feiras do País.

Foto 4.12



Solados produzidos no Arranjo expostos na FETECC. Foto da autora

⁵² De acordo com o presidente do SINDINDÚSTRIA, o crescimento do arranjo é sustentável. Nos últimos dois anos, este conseguiu ampliar os espaços no mercado internacional. Em 2005, a FETECC garantiu participação de importadores e lojistas do Uruguai, Paraguai, Argentina, Bolívia, Venezuela, República Dominicana, Espanha, e México. “São os continentes da América, Europa e África, presentes no Cariri em busca de produtos locais”, ressalta o presidente do Sindicato.

Segundo os depoimentos, a feira tornou-se um portal de experiências e negociações entre comerciantes e produtores, e se realiza anualmente, desde 1998, em parceria com o SEBRAE e Governo do Estado do Ceará. Mobiliza empresários e fornecedores do País inteiro, o que proporciona maior visibilidade ao arranjo, tornando-se um espaço de intercâmbios e de trocas sobre novas tecnologias e de contato direto com produtos, máquinas e equipamentos mais avançados.

Ela sempre muda alguma coisa. Já é uma forma de fazer com que aquelas pessoas que não podem ir ao Sul, elas possam fazer contato aqui (Médio produtor).

Então a gente vai adquirindo experiência, vai vendo o que está sendo lançado e tal (Pequeno produtor).

Para o presidente do SINDINDÚSTRIA (2005), a Feira cumpre o seu papel de fortalecer o setor no Cariri. Em relação ao ano de 2004, o evento cresceu 30%, com volume de negócios da ordem de 80 milhões. Para ele, “a própria evolução da Feira mostra os resultados positivos em prol do pólo calçadista”. Além dos expositores da região, empresas e fornecedores da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e de países da América do Sul, África e Europa participam do Evento.

A FETECC de 2004 contou com a exposição de uma fábrica - modelo, que chegou a fabricar 600 pares de calçados femininos durante o evento⁵³.

⁵³ A produção foi arrematada pelos lojistas e a renda doada a uma instituição voluntária que presta serviço social, ligada ao Governo do Estado do Ceará.

A ação foi realizada em parceria com o Centro Tecnológico de Couro, Calçados e Afins do Rio Grande do Sul (CTCCA). O contato entre o SINDINDÚSTRIA e o CTCCA aconteceu numa feira de calçados, em São Paulo, a FRANCAL. O objetivo do CTCCA é difundir a inovação tecnológica em serviços, processos, máquinas, componentes e modelagem. Componentes de maquinaria inovadores foram trazidos, compondo a fábrica - modelo, e, como resultado, um produto de boa qualidade foi produzido no evento às vistas de visitantes e produtores.

Foto 4.13



Fábrica modelo durante a FETECC. Foto da autora.

A FETECC é vista pelos produtores como um elo na troca de experiências e como símbolo da capacidade empreendedora dos produtores do arranjo. Embora todos os cursos, feiras e outros eventos sejam realizados em colaboração e parceria com outras instituições, como destacado há pouco, o discurso do empreendedorismo dos

produtores e as relações de cooperação ressaltam-se como os propulsores do desenvolvimento do arranjo.

Foto 4.14



Calçados produzidos na fabrica - modelo instalada na FETECC. Foto da autora.

A FETECC está cada vez mais solidificada, ancorada pela força empreendedora dos nossos produtores, incansáveis na luta pelo engrandecimento da nação calçadista (Presidente do SINDINDÚSTRIA).

Nosso trabalho sempre foi voltado em favor dos nossos afiliados, buscando soluções, abrindo caminhos e sintetizando o pensamento de todos. Fazemos valer que aqui produzimos com qualidade, que somos empreendedores e que juntos poderemos avançar nas nossas conquistas, fortalecendo cada vez mais o pólo calçadista. (Presidente do SINDINDÚSTRIA).

O Sindicato também medeia a relação entre os produtores e algumas instituições, como SENAI e SEBRAE, mobilizando alguns cursos, seminários e treinamentos, *workshops* e consultorias, como é o caso do Seminário de *Design* realizado em 2002 e em 2004, em parceria com o Centro Tecnológico de Calçados de Novo Hamburgo (CTC), no Rio Grande do Sul. Cursos desse tipo são vistos como importantes para aprimorar a qualidade e a originalidade dos produtos.

Em virtude da inexistência de centros tecnológicos, alguns cursos foram realizados em parceria com centros de outros estados, com é o caso do Curso de Formação de Supervisores Industriais em parceria com o Sindicato das Indústrias Calçadistas do Crato, o SINDINDÚSTRIA e o CTC. Trinta e oito representantes de empresas caririenses participaram da promoção.

O Sindicato de Calçados do Crato é mais recente, pois surge em 2001 e é dirigido pelos representantes da grande indústria. Tem dez associados e atua em parceria com o SINDINDÚSTRIA em alguns cursos.

4.2.3 Outras instituições

A atuação do SENAI na área de calçados na região ainda é bastante limitada. O trabalho é desenvolvido em parcerias com a Secretaria de Trabalho e Ação Social (SETAS)⁵⁴ do Governo do Estado, por intermédio do Plano Estadual de Qualificação (PEQ)⁵⁵. A instituição oferece cursos para qualificar a mão-de-obra: curso de costura de

⁵⁴ A partir de 2003, a SETAS foi dividida em Secretaria de Ação Social (SAS) e Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo (SETE).

⁵⁵ A partir de 2003, os PEQ's se transformaram em planos territoriais de qualificação (Plantec's), dentro do novo Plano Nacional de Qualificação (PNQ), financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

calçados; de corte, confecção e montagem de sandálias *surf*. O SENAI dispõe de uma oficina para os treinamentos na área, com equipamentos doados pelo Governo do Estado do Ceará, no entanto, ela é pouco utilizada e os equipamentos já estão obsoletos. A falta de continuidade nos cursos e a ausência de instrutores e de treinamentos na área organizacional são vistos pelos produtores como grandes limitações para esta instituição, sem contar que a falta de laboratórios, na área, torna a formação superficial.

A relação do arranjo com instituições que trabalham com formação e qualificação profissional, na região — Centro Vocacional Tecnológico (CVT), Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), Universidade Regional do Cariri (URCA) — é quase inexistente, provocando críticas e cobranças por parte dos produtores. Essas críticas dizem respeito, principalmente, à Universidade, já que ela surge com objetivos centrados no desenvolvimento regional. A atuação da Universidade sucede de forma indireta, pela formação de profissionais no Curso de Engenharia de Produção, sendo que o contato com as empresas, geralmente, acontece apenas no período de estágio do curso.

A gente tem trabalhado aqui na marra, não tem incentivo de nada, de ninguém, nem da Universidade (Pequeno produtor).

Lá no sul, a Universidade Regional forma muita mão-de-obra para a aptidão natural da região. Por exemplo, a região pecuarista, há cursos de Zootecnia, Veterinária. Então eu vim de uma região que é a região do Vale dos Sinos, então a universidade lá oferece cursos para formar técnicos de primeiro escalão para a indústria (Técnico que se tornou produtor).

Outro aspecto limitador para micro e pequenos produtores refere-se ao acesso a linhas de crédito. O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) é uma das referências, com linhas de financiamento voltadas para a modernização, investimentos em capital fixo, capital de giro, aquisição de máquinas, dentre outros. Outra linha de financiamento é o CREDIAMIGO, que abrange os produtores informais. O acesso a esses

benefícios é tido, por alguns produtores, como problemático em virtude de certa inadequação destes em relação a capacidade de pagamento dos produtores e da falta de conhecimentos e riscos envolvidos em todo o processo, fazendo com que tenham os empréstimos. Para eles, o Banco não ajuda os pequenos. Essas observações também se estendem para os governos estadual e federal.

O que eu mostrei para ele foi mais ou menos isso, porque esse pessoal, mesmo que não viesse, mas mandasse um secretário, que chegasse no SEBRAE e dissesse: “olhe, eu quero ver pelo menos umas dez pequenas empresas aqui para eu ver como é que funcionam, e assim poder ajudar.” Porque quando eles vêm é pra uma “AP”⁵⁶ dessas daí. O governo vai, dá incentivo, agora, imposto e tudo. Eu vejo uma fábrica dessa aqui, pequenininha, mas todo mês são 800 reais que eu pago de imposto. Eu acho um absurdo! (Pequeno produtor).

O pequeno predomina demais, eu tenho certeza! Se você for nas fábricas, tanto a pequena como a grande, como essa minha aqui, umas tem quinze, dezoito, vinte, funcionários, tudo nessa faixa (Pequeno produtor).

Eu vou vivendo do jeito que Deus quer, mas a nível de governo, nem estadual nem federal. Pra mim eu ainda não vi nada, pode ser que ainda venha (Pequeno produtor).

Neste caso, evidenciam-se um conflito e uma competição entre os produtores que extrapolam a esfera privada do mercado. A luta se trava na disputa pelo “fundo público”, que assume a forma de financiamentos e prestação de serviços por parte dos setores públicos. Segundo conceituação de Oliveira, (1998), o fundo público, de maneiras variadas, passou a ser a condição do financiamento da acumulação do capital (gastos públicos com a produção, envolvendo desde agricultura, comércio e indústria até subsídios com ciência e tecnologia) como também, subsidiou o financiamento da reprodução da

⁵⁶ A “AP Calçados” é uma empresa de porte médio, instalada em Juazeiro do Norte.

força de trabalho (gastos sociais com saúde, educação, transporte, previdência social, seguro desemprego etc).

O fundo público (ou a forma como a esfera pública funciona no Estado de Bem-Estar Social), de acordo com Oliveira (1998), é o antivalor (não é o capital) é a antimeradoria (não é a força de trabalho) e, como tal, é a condição ou o pressuposto da acumulação da reprodução do capital e da força de trabalho. É nele que se esboça a contradição atual do capitalismo, ou seja, ele é o pressuposto necessário do capital e, ao mesmo tempo, é a negação do próprio capital (considerando que o fundo público não é capital nem trabalho). O autor acrescenta que o lugar ocupado pelo fundo público, com o salário indireto, faz com que a força de trabalho não possa ser avaliada apenas pela relação capital/trabalho, pois, na composição do trabalho, entra também o salário indireto pago pelo fundo público. No capitalismo clássico, o trabalho era a mercadoria-padrão que media o valor das outras mercadorias e da mercadoria principal, o dinheiro. Quando o trabalho perde a condição de mercadoria padrão, essa condição também é perdida pelo dinheiro, que deixa de ser mercadoria e se torna simplesmente moeda ou expressão monetária da relação entre credores e devedores, provocando, assim, a transformação da economia em monetarismo. Outro aspecto a ser considerado é que a presença do fundo público sobre o salário indireto desfaz o elo que prendia o capital à força de trabalho (ou ao salário direto). Oliveira observa que, no passado, era esse elo que fazia a inovação técnica pelo capital ser uma reação ao real aumento de salário. Ao se desfazer o laço, o impulso à inovação técnica se tornou praticamente ilimitado, provocando expansão dos investimentos e agigantamento das forças produtivas, cuja liquidez é impressionante, mas cujo lucro não é suficiente para concretizar todas as possibilidades tecnológicas. Daí que, para o capital, é imprescindível o fundo público na qualidade de financiador dessa concretização. Esse quadro mostra que o fundo público demarca a esfera pública da economia de mercado regulada

socialmente e as democracias representativas atuam num campo de lutas focado pela direção dada ao fundo público.

Há mais de 10 anos, o SEBRAE atua no Cariri. É a instituição que está mais próxima dos produtores do arranjo, mediando ações coletivas entre as instituições. Um dos técnicos diz que a Instituição conhece os micro, pequenos e médios produtores e tem conhecimento dos problemas e necessidades deles. Regularmente, participa na promoção de cursos na parte gerencial — área específica de sua atuação — e também é parceiro em treinamentos junto a instituições locais e nacionais, bem como na promoção de missões, ensejando a participação de produtores em feiras nacionais e incentivando-os a conhecerem outras experiências produtivas, como no caso a da Itália.

Já foram feitas missões para a Itália, e a nível nacional nós já fizemos três missões: duas para Couro Modas (RS), que se realiza no mês de janeiro, e uma para São Paulo para a FRANCAL (Representante do SEBRAE).

Os programas do SEBRAE nacional, que trabalham com a qualidade da produção e com a exportação, como o Projeto Competir e o Programa Setorial Integrado de Calçados (PSIC), chegaram ao Arranjo.

O Projeto Competir é um programa de parceria envolvendo o SEBRAE, o SENAI e a GTZ⁵⁷. Essa cooperação técnica se desenvolveu por meio de acordo entre o Governo federal e a Alemanha. A intenção é atingir micro e pequenas empresas do Nordeste brasileiro que estejam inseridas em cadeias e arranjos produtivos, sendo priorizados os segmentos de couro e calçados, construção civil, confecções e laticínios. Já o Programa Setorial Integrado de Calçados surge de uma parceria com a Agência de Promoção de Exportação (APEX). Sua meta é instrumentalizar as micro e pequenas empresas, por meio de capacitação gerencial e tecnológica, para a exportação. As ações envolvem desde a qualidade e o *design* dos produtos até o apoio à

⁵⁷ Agência de cooperação técnica alemã.

comercialização por meio de visitas às feiras internacionais e participação em rodadas de negócios, aspectos que aparecem detalhados na fala de um dos técnicos do SEBRAE.

Nós temos um grupo de 20 empresas no Ceará, são 13 aqui na região do Cariri e 7 em Fortaleza que fazem parte desse projeto do setor integrado de promoções das exportações de calçados. Esse projeto tem duração de dois anos, onde nessas 20 empresas, nós estamos capacitando tanto na questão gerencial, na qualidade do produto e na questão tecnológica. Deixar todas elas também em condições de saber todos os dados para exportar. A filosofia do Brasil hoje é exportar, principalmente nesse setor, que é mais estratégico. Então, queremos exportar, no espaço de tempo de dois anos, capacitando essas empresas para adquirir todas as condições para exportar. O que é que nós fazemos? Após dois anos essas empresas exportam ou não, fica a critério delas, mas pelo menos participam de missões internacionais, de rodadas de negócios, de caravanas empresariais (Técnico do SEBRAE).

O programa envolve treze empresas do Cariri e seis delas já começaram a exportar para Chile, Equador e Panamá (FETECC, 2004).

4.2.4 O ambiente institucional e as sinergias

As ações desenvolvidas pelas instituições que atuam diretamente no arranjo, na opinião dos produtores e representantes de instituições, provocam sinergias positivas neste espaço produtivo, resultando em maior dinamismo, ampliação de mercado, aumento da qualidade dos produtos e articulação interna e externa.

Considerando que este comporta empresas de portes variados quanto ao tamanho e ao uso de tecnologias, com estruturas bastante heterogêneas e a complexidade que envolve a atuação de instituições

e atores, interesses e necessidades distintas, resta saber: de que maneira acontece a apropriação dos resultados dessas sinergias por parte dos produtores? Quais seus limites e alcances? Como os caminhos assumidos pelas instituições interferiram na apropriação de conhecimentos tácitos e codificados e, conseqüentemente, no desenvolvimento do arranjo?

Para a análise e a compreensão das questões levantadas, busco, inicialmente, alguns elementos da primeira experiência de organização institucional dos produtores, no caso a AFABRICAL e o seu arrefecimento.

O primeiro aspecto diz respeito à abrangência das relações sociais tecidas pela Associação. Esta não conseguiu ampliar a sua rede de atuação com outras instituições públicas e privadas no sentido de fortalecer o poder de articulação e de negociação, permanecendo restrita aos laços pessoais locais e ao suporte do Estado. Quando este suporte deixa de existir, a Associação perde o seu poder de mobilização e a sua capacidade de se articular em torno dos objetivos coletivos, restringindo-se às conquistas anteriores, no caso, a Central de Serviços.

Autores como Putnam (2002) e Evans (1996) discutem o papel do capital social e das instituições como impulsionadores de mudança social, demonstrando que, a partir de determinadas circunstâncias, instituições públicas podem mobilizar recursos sociais na perspectiva de aumentar o bem-estar coletivo.

Para Putnam, as diferentes histórias podem explicar por que algumas sociedades são culturalmente mais propensas a estabelecer relações associativas do que outras. Ele partiu da compreensão dos fatores da distinção de comprometimento cívico e eficácia dos governos regionais no sul e no norte da Itália, utilizando-se das diferenças entre os tipos de capital social existentes em cada região. Na avaliação de Putnam

a maior eficiência dos governos regionais, ao norte, está relacionada às tradições cívicas mais bem desenvolvidas, ao passo que, no sul, os governos são falhos por não disporem de tradições históricas semelhantes de associativismo, reciprocidade e confiança. O capital social, elemento fundamental da análise de Putnam, expressa uma acumulação de relações sociais empenhadas numa comunidade, que apóia seu êxito no fortalecimento da cooperação e da confiança mútua. Para o autor, um estoque razoável de capital social atua na superação dos dilemas da ação coletiva e do oportunismo, servindo de cimento à consolidação e enraizamento das instituições formais e assim aumenta a eficácia de uma comunidade no enfrentamento de tais dilemas.

Numa perspectiva neo institucionalista, Peter Evans (1996) representa uma alternativa à visão culturalista de Putnam, ao salientar o papel terminante da burocracia estatal na formação de capital social. Para Evans, o Estado passa de regulador da interação social para indutor e mobilizador do capital social. A ação envolve a articulação de agências públicas, de modo a estabelecer sinergias entre Estado e sociedade civil como um apanhado de relações que extrapola a divisão público - privado. Partindo desta premissa, o autor traz à colação o fato de uma sinergia depender de forma elementar de requisitos socioculturais preexistentes e com raízes históricas. Para este, o Estado e a sociedade civil podem acionar um círculo virtuoso de mudança institucional, desde que haja o engajamento de instituições públicas na mobilização social.

O que parece se configurar a partir dos dois enfoques é uma oposição entre intencional/espontâneo, que me parece pouco proveitosa se fixarmos apenas nessa dicotomia. Entendendo que configurações sociais apresentam estruturas complexas, não é possível pensá-las como simples resultado do planejamento, mas a partir de construções sociais erigidas ao longo de processos históricos de cooperação,

competição e conflito. Desta forma, esta oposição apresenta-se bem mais como uma dicotomia apenas aparente.

No caso da AFABRICAL, o seu poder de articulação não foi suficiente para enfrentar desafios relacionados às questões burocráticas, que envolvem comportamentos além de uma ação coletiva, mas está ligada à formação de competências e habilidades dos atores envolvidos, no sentido de lidar com questões mais burocráticas ou técnicas. Quando as relações extrapolaram certo nível de complexidade (no caso, os financiamentos), a confiança não foi suficiente para manter o grupo coeso. Não houve sinergia suficiente entre as instituições públicas e privadas para mediar essas relações. O ambiente institucional não proporcionou a apropriação e a ampliação de conhecimentos, competências e habilidades para os produtores que lhes permitissem a instrumentalização para o enfrentamento das dificuldades postas. Essa falta de habilidade está expressa na fala dos depoentes, fazendo com que se entendam perdidos diante de questões mais complexas que envolvem o mundo da produção, principalmente as questões relacionadas à gestão da produção e ao entendimento acerca dos meandros que envolvem os empréstimos e financiamentos. Este é um campo de enfrentamento difícil, seja individual ou coletivamente, tendo a associação como mediadora, pois envolve questões de custosa compreensão por parte dos produtores, haja vista o baixo nível de escolarização destes, o que origina medos e desconfianças, inviabilizando neste caso uma ação coletiva dos produtores.

A gente trabalha num sufoco grande, hoje graças a Deus eu estou mais estruturadinho. Eu tenho um capitalzinho de giro que eu consegui, graças a Deus, mas não foi com a ajuda do Banco, não. Quando se fala de Banco, eu não gosto, porque o Banco é muito complicado. Você vai com a melhor das intenções, mas quando você vai atrás, ele quer um carro como garantia, sua casa, se tem algum terreno, e quer saber da sua conta bancária e quer saber de tudo. Então meu amigo, é muito risco, você não sabe o que pode acontecer (Pequeno produtor).

Eu, graças a Deus, nunca precisei! Eu não vou dizer que talvez não precise, mas eu acho que o banco trabalha de um jeito desonesto demais. Às vezes, quando eles pegam uma pessoa leiga no negócio, uma pessoa que não tem muita formação, eu me coloco nessa parte. E ele fala com você, e ele tenta fazer um negócio que, às vezes, você não entende, e acha que entendeu, e ele diz que é bom pra você e, às vezes, não é. Que nem eu tenho um amigo, que tem uma fabricazinha aqui, bem organizada, e ele tem um financiamento de banco. Ele está sentindo na pele. Ai, o que ele está sofrendo! Ele não teve condições de pagar aquelas prestações fixas, atrasou, negociou, atrasou, negociou. Foi um negócio absurdo! Então o banco é muito difícil, o banco não ajuda aos pequenos, não (Pequeno produtor).

Estes exemplos, de muitos produtores não se sentirem em condições para realizarem empréstimos, é apenas um caso, que se soma a outros — da não-captação de vantagens proporcionadas pelas sinergias — presentes no arranjo.

Estes aspectos nos remetem ao caráter das políticas desenvolvidas por determinadas instituições públicas, que, ao tomarem por base certos padrões, desconsideram as especificidades de determinadas experiências produtivas, ocasionando uma necessidade de adequação dos atores às políticas e não das políticas às necessidades dos atores. Lastres et al (2003) chamaram essa inadequação de “Síndrome do Leito de Procusto”⁵⁸.

Se, por um lado, a rede tecida pela Associação não permitiu uma apropriação de conhecimentos e de competências, por outro, as instituições públicas que atuam junto a esta instituição, eximem-se do papel de mediação, refletindo uma falta de sintonia entre parceiros e

⁵⁸ Conta a mitologia que o salteador ático Procusto, após convidar os viajantes que percorriam os caminhos da antiga Grécia a passar a noite em sua casa, seduzia-os com uma recepção calorosa. Depois de vencidas pelo cansaço, ele obrigava suas vítimas a deitarem-se num leito de ferro e cortava-lhes os pés, quando ultrapassavam o tamanho deste, e estirava-os com uma corda quando não lhe alcançavam o tamanho. Seu objetivo era que ficassem na medida exata do seu leito. Procusto teve o mesmo fim de suas vítimas: seus pés foram cortados por Teseu (LASTRES et al, 2003, p. 529).

de sincronismos nas ações. Estas discrepâncias provocam significativas assimetrias, ocasionando uma desigual capacidade de apropriação dos benefícios das políticas institucionais e de vantagens proporcionadas pelas relações estabelecidas no arranjo, fazendo alguns produtores se sentirem excluídos. No caso, essas diferenças não estão relacionadas ao tamanho da produção, mas diretamente vinculadas à capacidade de captar informações e conhecimentos e de decodificá-los, enfatizando a produção e as relações sociais.

Eu também nunca tive ajuda de nada, para eu não lhe dizer que eu não tive ajuda, eu recebi esse troféu ali, na abertura da Feira. Foi a única coisa, mas nunca chegou um para dizer: “olhe, ele vai ter ajuda para ter isso, vai ter aquilo.” Eu não sei se é porque eu era desorganizado? Eu não sei! Só sei que eu nunca recebi ajuda de nada. Aí com isso, eu fui me desgostando. Chegou um convite agora, a semana passada, para um jantar, na abertura da Feira agora, mas eu não fui (Antigo produtor).

Um pequeno produtor fala que o Sindicato e (ou) outras instituições sempre estão trazendo novidades, mas só para quem já pode trabalhar com elas, “*os outros só olham*”. A participação na FETECC e no Programa de Exportação coordenado pelo SEBRAE é emblemática. Para as instituições de apoio, que têm suas políticas definidas, a apropriação ou não, por parte do produtor, é uma questão de informação, vontade ou acomodação, conforme expressado em alguns depoimentos.

Eles reclamam muito, até por falta de informação deles. Eles dizem: “olha, o pessoal fala coisas que sequer a gente entende!” Então fica difícil, de repente, querer fazer um empréstimo onde eles não entendem o que estão fazendo (Técnico do SEBRAE).

Nós temos trabalhado muito a questão da organização, o grande está se organizando bem mais do que o pequeno, eles têm trabalhado muito nesse sentido (Técnico do SEBRAE).

Eu diria que o empresário, de mais de 50 anos, ele ainda é meio duro, mais difícil pra mudar. Mas o empresário mais novo não, ele já viaja, já participa (Técnico do SEBRAE).

Com o pequeno, as relações são muito informais. O grande está correndo atrás, está pagando o evento, pagando o insumo. E o pequeno fica cada vez mais isolado, falta de organização. O pequeno não tem acesso porque eles são desorganizados. Nós, antes dessa feira, nós colocamos vários *stands* à disposição dos pequenos e eles não vêm participar da feira, não quiseram (Técnico do SEBRAE).

A Feira se expandiu e se transformou em um portal de inovações tecnológicas, transações comerciais nacionais e internacionais, como é o caso da edição da Feira no ano de 2004 que, por intermédio do SEBRAE, consegue trazer dez importadores de países vizinhos para negociação.

Na FETECC agora, nós trouxemos 10 importadores de países aqui vizinhos nossos, para ver os produtos das empresas aqui no *stand* do SEBRAE. Os importadores vão ver e como aconteceu, no ano passado, eles olharam e compraram. E nossa expectativa é, pelo menos, esse ano, já vender, pelo menos em termos de pedido, já vender em torno de 5 milhões de reais a partir da Feira (Técnico do SEBRAE).

Para muitos produtores, a não participação em eventos como uma feira de negócios envolve questões que vão além da vontade ou da organização. Muitos produtores evitaram expor seus produtos na Feira por já terem tido experiências negativas. Mesmo realizando bons negócios, quando não conseguem cumprir com os pedidos realizados comprometem sua imagem e a confiança empenhada pelo cliente. Daí, antigos produtores, que já participaram da Feira, dizem que, para eles, sua participação acontecia principalmente pela satisfação em expor seu produto, ocorrência que perdeu o sentido no contexto atual. Outro aspecto refere-se ao crescimento da Feira, aos negócios realizados e às exigências nas articulações. Muitos produtores não

conseguiram acompanhar o desenvolvimento proporcionado pela Feira, o que reflete nas relações entre produtores e compradores.

É uma propaganda, mas não é vantagem (Antigo produtor se referindo à Feira).

Porque eu não vou, já está com dois anos que eu não participo. Eu fui um dos primeiros que participei, incentivava todo mundo a ir — do nosso nível, os grandes não. É que, às vezes, os caras não tinham condições. Aí a gente se juntava, comprava um *stand* e colocava os caras ali, todo mundo, só para mostrar aquilo ali, aquele nosso trabalho (Antigo produtor).

Quanto às negociações mais amplas, destinadas à exportação, o presidente da AFABRICAL fala: “*nós não chegamos ainda nesse nível, não*”. O produtor diz que até poderia participar do curso que está sendo oferecido pelo SEBRAE para preparar produtores, mas só para ver e aprender algumas coisas. Para ele, “os pequenos” ainda têm muita coisa para aprender, mesmo nas questões básicas de produção. “Os pequenos produtores trabalham sem saber fazer um orçamento, sem saber o custo do produto”.

Muita resistência é detectada entre os pequenos produtores para inserir mudanças na produção. Um produtor conta da sua resistência e da sua experiência na área da gestão da produção.

Eu fiz um curso, deixa eu ver se eu me lembro... De gestão da produção! Eu achava uma besteira, o pessoal falava: “rapaz faça!” Eu dizia: “não, eu não tenho tempo, não. A mulher (ministrante do curso) vem aqui, eu vou perder o meu tempo.” O rapaz do SEBRAE, que é muito meu amigo, disse: “rapaz você faça, deixa de besteira.” Eu tive com ele até na feira lá, então eu marquei, e disse: “eu vou!” Mas eu achei nota dez! Eu fiquei louco, no começo, eu achava que era uma verdadeira besteira, porque hoje o tempo do calçado. Lógico que tem umas fábricas grandes, elas fazem tudo “milimetrado”, e o pequeno não, ele é todo desorganizado, não tem conhecimento, às vezes, quando é analfabeto pior ainda. Eu não sou 100%, mas sou um quase todo. Pra me expressar diante de uma pessoa em

algun canto não, mas nessas partes da organização da empresa... Você vê coisas que eu achei muito interessante no curso que eu comecei a fazer. Então ela (a ministrante) começou a fazer comigo aqui, eu achei interessante ela perguntar: “nos seus custos você bota combustível?” Eu digo: “não, eu não boto isso aí.” E ela disse: “e a água?” Eu digo: “eu não gasto água aqui.” Ela disse: “mas o pessoal não toma banho, não vai no banheiro para dar descarga, não lava a mão?” Aí eu digo: “faz tudinho!” E ela falou: “então você não está gastando dentro da sua fábrica?!” Então eu achei interessante demais (Pequeno produtor).

O principal problema, na visão de um ex-presidente da AFABRICAL, ainda é a falta de treinamento. A grande maioria de micro e pequenos produtores fica à margem desse processo e, ainda mais, não consegue ter acesso a informações básicas de funcionamento. O profissional que detém o ofício, mas desconhece a gestão da produção, fica perdido. Em decorrência das dificuldades institucionais, as relações informais e pessoais de ajuda é que dão o comando, mesmo sendo insuficientes para determinados casos.

Aqui, dentro de Juazeiro, o que acontece é muito isso aí: você não ter conhecimento de sua mercadoria e você achar que está fazendo aquilo ali, e está vendendo aquilo e com ano ou dois anos, aí vê o que acontece. Você pergunta: “o que foi que eu fiz? Só trabalhei e não ganhei, eu estou é devendo!” Então, meu amigo, procure fazer isso daí (curso do SEBRAE), porque eu vou lhe ser sincero, para só trabalhar e não ganhar também não tem futuro não. Você se dedica, trabalha — eu mesmo me dedico de corpo e alma — e você não ter nada na vida, só trabalhar, você não comer nem bem! Às vezes, passa até situação de necessidade! Chegar ao ponto do cara chegar para você e dizer: “rapaz me compre vinte, trinta pares de solado para eu fazer duas remessas.” E, às vezes, eu fico pensando: meu Deus do céu, é difícil mesmo! E olhe que eu estou falando de altos profissionais, pessoal profissional mesmo, artista na área de calçado. Como tem um rapaz aqui, que sempre vem aqui, ele me pede: “deixa eu fazer meus pazinhos pra eu vender?” E é um profissional de mão cheia! (Pequeno produtor).

Haja vista a dificuldade de articulação com as instituições públicas e o acesso a um circuito de troca de informações mais amplas, muitos associados da AFABRICAL procuram se aproximar do SINDINDÚSTRIA, como forma de terem acesso aos cursos, palestras e viagens. O atual presidente da AFABRICAL também é associado ao SINDINDÚSTRIA e diz que fez viagens conjuntas e participa dos eventos promovidos pelo Sindicato. Ele diz que sempre está aprendendo alguma coisa e, também, encontra aí uma forma de aproximação com o poder público.

Porque tem muita gente lá da AFABRICAL, muita gente era fabricante e o SINDINDÚSTRIA fez esse convite, se a gente quisesse se associar lá. É porque, às vezes, aparece tanta coisa boa lá, cursos, essas coisas que facilitam, pela metade do preço. Sempre você está sendo convidado para alguma coisa interessante. Como a semana passada, foi numa segunda-feira. Eu fui chamado pra uma reunião, mas eu mandei o meu menino, então eu disse: “vá lá, e veja o que é (Presidente da AFABRICAL).

Eles mandam convite e dali a gente sempre tira proveito de alguma coisa e está sempre por dentro, para depois botar em prática (Presidente da AFABRICAL).

O ano passado, na Feira, o presidente do SINDINDÚSTRIA levou o governador lá no *stand* da gente, que era pra falar comigo, como representante da AFABRICAL. E eu pedi que ele ajudasse um pouco, olhasse um pouco para os pequenos empresários. Porque o governador, ele não tem conhecimento o quanto de empregados esses pequenos empresários empregam (Presidente da AFABRICAL).

Nas redes de interação de que participa, o ator forma e é formado. Podemos perceber interesses diversos e princípios de coordenação diferentes, o que significa uma não-coesão nas percepções, objetivos e visões de mundo, sugerindo ambigüidades e diversidade.

White (1995) destaca que *“atores de todos os portes podem existir nos mesmos processos sociais que eles ajudam a criar”* (p.67). Interesses, preferências e orientações se formam a partir de um contexto social,

razão porque não se excluem. Dentro de um processo contínuo, que envolve incentivos, recompensas e controles sociais em e por intermédio de redes de relações sociais, identidades e expectativas mútuas são criadas e recriadas. *“Identidade é o conceito que capta a natureza dupla do ator em relação ao contexto social do qual participa, não só como dependente, mas também como criador”.* (p.67)

Mas é isso que eu sempre digo: pelo fato de você ser pequeno, não deve se esconder. Eu estive na feira, na FRANCAL, fui ver lá (Pequeno produtor).

Eu fui na FRANCAL e já fui na Couro Modas no Rio Grande do Sul também. Porque aqui tem esse grande problema: é que os pequenos, eles acham que já são pequenos e têm que ser pequenos. Aí eu digo: “rapaz, eu tenho que dar uma de enxerido, então eu vou!” Eu botei na minha cabeça que eu tinha de participar. Eu fui com o presidente do SINDINDÚSTRIA, eu fui para o Rio Grande do Sul com ele e para São Paulo. Eu fui porque lá já é bem diferente. A gente teve contato e se encontrou lá, é gente fina demais. Aí a gente tem que ir, pelo menos pra ver como é que as coisas funcionam. Então você já vem com uma noção do que pode fazer, o que pode melhorar. Se você tiver condições, quem sabe se você vê uma coisa daquela ali, você tira proveito de alguma coisa (Presidente da AFABRICAL).

O pobre sempre quer andar com pobre e o rico sempre quer andar com o rico. Eu sei que tem um pessoal do meu porte, e tem aquele pessoal que a gente troca idéia também, conversa: “rapaz, eu estou achando que vai sair mais isso? E tu acha que vai rodar isso?” Então a gente fica, às vezes, conversando e, de repente, a gente sempre tem uma opinião, surge uma idéia nova. Então dali eu acho que a gente acerta em alguma coisa (Presidente da AFABRICAL).

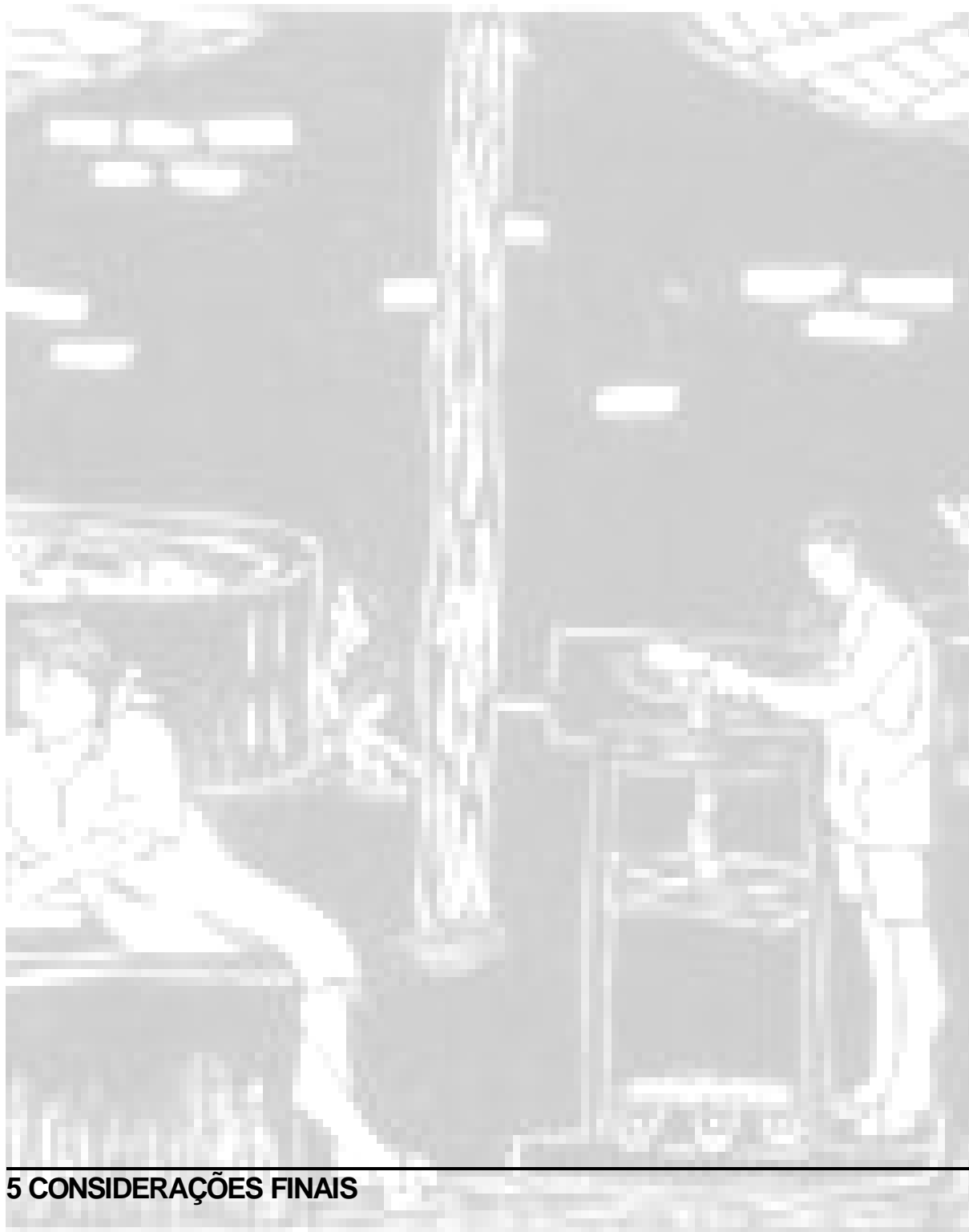
Para um dos representantes do SINDINDÚSTRIA, com a união das empresas e as parcerias, a concorrência passou a ser em relação ao produto e não no plano pessoal. Observando a fala desses produtores, é possível perceber a ocorrência de um adensamento das relações de cooperação, ou, até mesmo, uma maior visibilidade dessas mesmas relações, pois elas passaram a ser mais institucionais, ou seja, em um

nível maior de formalidade, focalizando aspectos percebidos como necessários e urgentes.

Eu acho que a saída é o associativismo, falta a cultura para isto, mas já está começando, através do sindicato, unir o setor empresarial. A tendência é a união das empresas para comprar aos fornecedores (Pequeno produtor).

Existem relações de confiança e amizade. Se você precisar de uma máquina, um amigo empresta, o que falta são iniciativas (Pequeno produtor).
Mas o campo está aberto, a classe é unida. Quando a gente se reúne, existe espaço para que no futuro a gente consiga este objetivo (Pequeno produtor).

Apesar da mediação de algumas instituições nas relações mais gerais do arranjo, a fragilidade institucional é notória, interferindo marcadamente no fortalecimento das relações de cooperação. Outro aspecto a considerar, no entanto, é que, a existência das ações coletivas, sejam formais ou informais, não pressupõe relações harmoniosas, ou grupos sociais homogêneos. As diferentes formas de apropriação dos recursos poderão ser entendidas a partir das desigualdades de poder, conflitos e diferenças que envolvem os produtores do arranjo.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob os auspícios de uma nova ordem produtiva — que com a mobilidade dos capitais agrega novos territórios, e mediante estratégias estaduais industrializantes, atrai empreendimentos industriais por meio de incentivos fiscais — investiguei a formação de um “novo espaço produtivo” no interior do Estado do Ceará, definido neste estudo como um “arranjo produtivo local”. Estes processos de deslocamentos de empresas, setores, grupos econômicos, ocupando e determinando novas relações em territórios incorporados ou transformados, produz outra dinâmica espacial para atender às exigências do capital. Na maioria dos casos, eles trazem desorganização aos lugares onde aportam, haja vista que a determinação que os orienta é a que lhes proporciona benefícios, impondo os ditames da produção industrial na tentativa de formular uma geografia mais racionalizada do ponto de vista da dinâmica capitalista.

Argumento que esse “novo espaço produtivo” não é a expressão da simples “invasão” de empresas com incentivos fiscais, padrão tecnológico moderno e busca de melhores condições de reprodução ampliada do capital. Estas não chegam a uma “terra de ninguém” e ditam todas as regras. O arranjo estudado tem marcas e características de uma produção que se foi constituindo historicamente — e não de uma experiência brusca — decorrente de inúmeras tramas derivadas do entrelaçamento de antigas vivências locais com novas influências globais. Os pequenos e médios produtores do lugar situam-se também como motores fundamentais para o desenvolvimento do arranjo. Apesar da entrada de empresas de fora, o arranjo não perde as características endógenas, pois se estrutura também pelos atores locais.

O arranjo tem origem antiga e surgiu de forma espontânea, ao ritmo da própria formação moderna, a partir da produção de calçados de couro. Conferia, assim, a marca da produção artesanal com forte identidade com a cultura local. A atividade encontrou um mercado

amplo, em razão do forte comércio de Juazeiro do Norte estimulado pela posição geográfica, e pela religiosidade do lugar, que atrai visitantes o ano inteiro. A tradição artesanal evoluiu para uma produção industrial que, com a entrada de novos equipamentos e materiais, se especializou em calçados de plástico. Uma de suas características é o hibridismo que marca a produção, envolvendo desde produtores que ainda permanecem com o trabalho artesanal em couro rústico, pequenos, médios e grandes produtores com uma produção variada quanto a materiais, uso de tecnologia, alcance de mercado, passando pela formalidade e informalidade. Destarte, essa formação se revela como expressão material e simbólica, configurando a vida produtiva e social do lugar.

O arranjo apresenta uma capacitação local incorporada nos indivíduos, fruto de uma difusão por meio de relações pessoais e familiares. Essa prática urdiu um ambiente socioprodutivo que sustenta um conhecimento tácito no lugar, aspecto que assegura a “qualidade de pequeno”, expressão utilizada pelos próprios produtores, ou seja, um popular com qualidade. A produção, na sua maior parte, destina-se a um mercado de poder aquisitivo baixo, embora esse aspecto mereça algumas ressalvas. A região tem grande produção de sandálias de borracha microporosas que tem um preço baixo em razão da matéria-prima, mas apresenta qualidade, destinando-se a consumidores de todas as classes, sendo o produto mais exportado entre as empresas locais.

No jogo do mercado, os caminhos seguidos pelos produtores do lugar para se manterem no mundo da produção apresentam-se distintos, evidenciando diferentes racionalidades. As ações envolvem:

i) estratégias pessoais de ajuda mútua em que a troca de informações entre produtores em torno da rede de comercialização — sobre os compradores — ajuda-os a se protegerem de calotes. Esse

comportamento está muito ligado aos pequenos produtores, os quais dependem diretamente dos compradores que circulam no arranjo;

ii) ampliação dos mercados mediante a participação nas feiras de negócios, consórcios de exportação e estratégias de *marketing*. Geralmente essas estratégias partem de produtores que conseguiram investir em tecnologia, inserindo-se nos novos processos de competitividade e de uma produção mais racionalizada;

iii) prática de baixar o preço da mercadoria além do aceitável como forma de se inserir no mercado. Esse recurso é utilizado por produtores informais, o que permite uma ação oportunista por parte de compradores, sendo essa estratégia condenada entre os produtores; e

iv) inserção de produtos no mercado que têm o seu valor de troca associados à tradição do lugar. São produtores artesãos, que buscam o reconhecimento dos seus produtos pela identidade que estes preservam, tornando-se uma marca de distinção.

O alcance dos mercados de formas distintas, somado às estratégias há pouco citadas, permitem a convivência de pequenas médias e grandes empresas, de forma complementar, embora essa complementaridade não signifique sempre e necessariamente harmonia ou condição satisfatória para todos os produtores. Revela, antes, uma convivência com suas particularidades, necessidades e campos de atuação no âmbito de um mesmo espaço produtivo.

O arranjo apresenta uma característica dinâmica. A entrada de materiais sintéticos, ainda na década de 1960, e conseqüentemente novos equipamentos, conferiu ao lugar disposição para as inovações. O setor tem uma dinamicidade decorrente das tendências do mercado, envolvendo materiais, modelagens e *design*. A incorporação de inovações no arranjo acontece de maneira bastante heterogênea e hierárquica. Enquanto algumas empresas conseguem inovar,

incorporando equipamentos mais modernos, fazendo investimentos novos, técnicas produtivas e organizacionais mais atualizadas, outras se utilizam da criatividade, haja vista as condições precárias em que atuam. As estratégias vão desde as informações que circulam no ambiente produtivo, envolvendo cópia e imitação de produtos, observação de tendências, solados e outros componentes para calçados que estão inseridos no próprio arranjo. Outros procedimentos, tais como palestras, cursos e repasse de equipamentos, também são utilizados. Desta forma, a capacidade de inovar é favorecida pela proximidade e relações estabelecidas no ambiente produtivo. A região não dispõe de centros ou instituições de P&D, tornando o arranjo dependente de conhecimentos tecnológicos de outros centros.

As relações sociais apresentaram maior complexidade em função do surgimento de instituições representativas dos produtores. A partir daí, novas articulações e opções foram criadas. Destaco dois momentos que caracterizam a organização dos produtores em torno de instituições. No primeiro, surge a AFABRICAL, congregando micro e pequenos produtores, formais e informais, geralmente ligados à produção pelo laço do ofício. Por volta de 1986, estes produtores detinham certa hegemonia e representatividade dentro do setor, haja vista que as dinâmicas predominantes eram as trocas informais, mercado local e regional, poucos recursos tecnológicos. As ações da instituição incidiram sobre as necessidades mais prementes destes produtores, tais como: recursos para capital de giro, conseguido por empréstimo junto ao BNB, avalizado pela Associação, e equipamentos obtidos junto ao Governo do Estado para uso coletivo dos associados. A instituição atuou como espaço de mediação entre os produtores e entre estes e instituições oficiais, como Governo do Estado, SEBRAE e SENAI. Os dados da pesquisa indicam que esse espaço foi se perdendo, sendo ocupado pelo SINDINDÚSTRIA, outra instituição que representa pequenos e médios produtores do arranjo que trabalham com mais tecnologia, e atendem a mercados mais distantes. Enquanto os produtores ligados à AFABRICAL são identificados pelo domínio do

ofício, assim como pela tradição do lugar, os produtores vinculados ao SINDINDÚSTRIA, são identificados como “empreendedores”, ou seja, com maior capacidade de inovar e expandir a produção, aspectos que fazem parte da atuação do Sindicato. É importante ressaltar que estes aspectos servem apenas como referência, não havendo uma demarcação tão rígida, porquanto alguns produtores são associados às duas instituições.

O SINDINDÚSTRIA amplia as relações, estabelecendo contatos com instituições fora do âmbito local e estadual, como também intermedeia as relações dos produtores do arranjo com produtores de fora, por intermédio de contatos nas feiras de negócios em todo o Brasil, dentre as quais se destaca a própria FETECC, promovida pelo Sindicato. As estratégias do Sindicato e as necessidades dos produtores ligados a este coadunam-se com as políticas desenvolvidas por instituições como SEBRAE, no caso, a promoção e incentivo aos consórcios de exportação, participação em feiras, rodadas de negócios, cursos e seminários, numa perspectiva de expandir os mercados. São novas condições institucionais de promoção do desenvolvimento desenhadas dentro da racionalidade que comanda a acumulação atual.

As redes estabelecidas entre os produtores e as instituições constituem os elementos para ações coletivas que incidem sobre o tecido social local e sobre encaminhamentos e determinações. Desta forma, percebe-se que dinâmicas próprias se estabelecem a partir das experiências locais.

Neste decurso de mudanças, alguns pequenos produtores não conseguiram acompanhar o novo conhecimento demandado – que extrapola a arte do ofício, fazendo com que se achem excluídos de determinados benefícios articulados no ambiente. Na verdade, a apropriação desses benefícios sucede de forma diferenciada, e a competição também se estabelece ao nível dessa apropriação.

A pesquisa evidenciou que a visibilidade do empreendimento, embora a entrada das empresas de fora tenha sido um fator importante, pelo crescimento do número da produção e entrada de tecnologias novas, as articulações estabelecidas pelos produtores locais foram cruciais para a superação de obstáculos ao desenvolvimento do arranjo. Os recursos culturais e simbólicos e as formas encontradas de inserção na nova economia, pela ampliação do círculo de relações no âmbito político, econômico e social, engendraram o processo produtivo atual no lugar. As mudanças ocorreram em meio a um jogo de forças fundadas em mudanças e permanências, nas tramas do tradicional e do moderno, imbricação no ato de preservar e reinventar.

Ressalto, todavia, que a visibilidade e a consolidação do arranjo não decorrem apenas de virtudes endógenas, mas estão igualmente referendadas nas novas exigências de organização das atividades econômicas decorrentes da reestruturação produtiva e nas políticas públicas que daí decorrem. As características do lugar, junto à sociabilidade dos produtores, entretanto, ancorada nas relações de cooperação, representam elementos constituintes deste processo. A dinâmica desse conjunto é que justifica a definição de arranjo produtivo local aqui defendida.



6 BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento Rural.** Economia aplicada - v. 4, nº 2, 2000.

_____ **Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais.** Tempo social – Revista de Sociologia – USP v. 16 nº12, 2005.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial.** Rio de Janeiro; Brasília: Civilização Brasileira, 1976.

ABU-EL-HAJ, Jawdad.. **Neodesenvolvimento no Ceará: Autonomia e Política Industrial.** Fortaleza, REN, v.28, nº3, 1997.

_____ **O debate em torno da capital social: uma revisão crítica.** BIB, nº 47, Rio de Janeiro, 1999.

AGUIAR, Nelma. **Tempo de transformação no Nordeste.** Petrópolis: Vozes, 1980.

ALBAGLI, Sarita. **Globalização e espacialidade: o novo papel do local.** In. Projeto - Globalização e experiências de sistemas locais no âmbito do Mercosul e proposições de políticas de C& T./IE?UFRJ. Redesist, Rio de Janeiro, 1998.

ALBAGLI, S. e BRITTO, J. **Glossário de arranjos produtivos locais.** In. Projeto Arranjos produtivos. Redesist / IE/ UFRJ, 2002.

ALEXANDER, Jeffrey C. **O novo movimento teórico.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 2, n. 4, 1987.

AMARAL FILHO, J. **É negócio ser pequeno, mas em grupo.** Seminário Desenvolvimento econômico em debate, Painéis sobre o Desenvolvimento Brasileiro: o caso das micro pequenas e médias empresas. BNDES, Rio de Janeiro, 2002.

_____ **Incentivos fiscais e políticas estaduais de atração de investimentos.** SEPLAN, IPECE, texto nº 08, Fortaleza, 2003.

AMIM, A.& ROBINS, K. **These are Marshallian times.** In. CAMAGNI, R. Inovation Networks –spatial perspectives. London, Belhaven Press, 1991.

AMORIM, Mônica Alves. **Clusters como estratégia de desenvolvimento industrial no Ceará.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAÚJO, Iara Maria. **Relações sociais e vida econômica:** a dinâmica de um aglomerado industrial. In. ARAÚJO, M.N.(Org) et al. Transformações no mundo do trabalho: realidade e utopias. Fortaleza, Editora UFC, 2005.

ARAÚJO, Iara Maria. **Desenvolvimento:** uma proposta para a construção da emancipação social. Rede MEC, Núcleo Humanas, Fortaleza, 2005.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **A promoção do desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste:** A visão do GTDN aos desafios do presente. Fortaleza, REN, v.28, nº 4, 1997.

_____. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro:** heranças e urgências. Rio de Janeiro, Revan: Fase, 2000.

ARRUDA, Gerardo C. Maia. **Reestruturação Produtiva na Indústria Cearense:** Uma Breve Descrição de sua Conformação e de Alguns Efeitos Sobre o Trabalho. Fortaleza: SINE, 1996.

BAGNASCO, Arnaldo. **Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa.** In. COCCO, Giuseppe; URANI, André e GALVÃO, Alexander Patez (Orgs). Empresários e Empregos nos territórios produtivos: o caso da terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BANCO DO NORDESTE. **Perfil econômico da indústria do Cariri.** Fortaleza, 1999.

BARQUERO, Antônio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Porto Alegre: UFRGS, 2001.

BAVA, Silvio Caccia. **Mitos e realidades sobre inclusão social:** participação cidadã e desenvolvimento local. São Paulo: Polis-EAESP/FGV, 2002.

BECATTINI, Giacomo. **Os distritos industriais na Itália.** In. COCCO, Giuseppe; URANI, André e GALVÃO, Alexander Patez (Orgs). Empresários e Empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BENKO, George. **Economia espaço e globalização na aurora do século XXI.** São Paulo: Hucitec, Annablume, 2002.

BOCAYUVA, Pedro C. Cunha. **Local e redes socioprodutivas.** São Paulo: FASE, 2003.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

BORSOI, I. C. Ferreira. **O modo de vida dos operários**: quando purgatório se torna paraíso. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, CE 2004.

BNDES. **A indústria de calçados no Estado do Ceará**. Relatórios setoriais. Rio de Janeiro, dez, 2001.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CAILLÉ, Alain. **O princípio de razão**: o utilitarismo e o antiutilitarismo. Sociedade e Estado, Brasília, V. XVI, Nº 1-2, 2001.

_____. **Nem holismo nem individualismo metodológicos**: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 13. Nº 38, 1998.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. São Paulo, 1998;

CARLEIAL, Liana e VALLE, Rogério. **Reestruturação produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: HUCITEC-ABET, 1997.

CARIRI. Informe publicitário – indústria. **Jornal do cariri**. Região do Cariri, 28 de julho de 2000.

CASASUS, Cecília Montero. **A construção social das redes produtivas no Chile**. In. ABREU, Alice Rangel de Paiva. Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina. Rio de Janeiro: Editora, UFRJ. 2000.

CASSIOLATO, J. E. LASTRES, H. M. **Inovação, globalização e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. In CASSIOLATO, J. E. LASTRES, H. M. Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília, IBICT/MCT. 1999.

_____. **Novas políticas na era do conhecimento**: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. Revista Parcerias Estratégicas. Rio de Janeiro, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: Economia sociedade e cultura .V.1, São Paulo: Paz e terra, 1999.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, N. A. e DEDECCA, C. S. **A Ocupação na América Latina** : Tempos mais Duros. Rio de Janeiro, Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho – ALAST. 1998.

CATTANI, Antônio David (org); **Trabalho e Tecnologia**, Petrópolis: Vozes, 1997.

CEARÀ, SDE. 1999-2002 (Tasso Jereissati). **Mensagem à Assembléia legislativa**. Fortaleza, SEPLAN, 2000.

COCCO, Giuseppe; URANI, André e GALVÃO, Alexander Patez (Orgs). **Empresários e Empregos nos novos territórios produtivos**: o caso da terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COIMBRA, Ricardo A. & ROSA, Antônio Lisboa. **Determinantes da localização industrial no Ceará**: 1991 – 1995. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza -CE, v.30, nº especial, 1999.

COIMBRA, Ricardo Aquino. **O Perfil da nova indústria do Ceará no período 1991-1995**: determinantes da composição espacial e setorial. Fortaleza, UFC/CAEN,1998. (Dissertação de Mestrado)

COLLETIS, Gabriel. **Sistemas industriais localizados**: o exemplo alemão. Ensaios, FEE, Porto Alegre,14(1), 1993.

COURLET, Claude. **Novas dinâmicas de desenvolvimento e sistemas industriais localizados(SIL)**. Ensaios, FEE, Porto Alegre,14(1), 1993.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DEJOURS, Cristophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Ajuda a empresas pelo governo do Ceará motiva debates**. Fortaleza, 22 de outubro 1997.

DIMAGGIO, Paul. **Aspectos culturais da ação e da organização econômica.** In. MARQUES, Rafael e PEIXOTO João. A nova Sociologia Econômica: uma antologia. Oeiras: Celta: 2003.

DINIZ, Clélio Campolina. **Global - Local: interdependências e desigualdade ou notas para uma política tecnológica industrial regionalizada no Brasil.** Nota Técnica n^o 9 do Projeto: Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico. BNDES/ FINEP/ FUJB .Rio de Janeiro, 2000.

DINIZ, C. Campolina, BASQUES, M. F. Diamante. **A industrialização nordestina recente e suas perspectivas.** Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

DINIZ, ELI. **Globalização, reforma do Estado e teoria democrática contemporânea.** São Paulo em Perspectiva, V. 15 n^o 4, São Paulo, 2001.

DUMONT, Louis. **Homo aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica.** São Paulo: Edusp, 2000.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: Pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo.** São Paulo: Paz e Terra,1999.

ESMERALDO, Dilza M.R. **Identificação e ordenamento dos fatores estratégicos para subsidiar programa de modernização das indústrias da microrregião homogênea do Cariri- MRH- 78.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Engenharia de Produção UFPB, João Pessoa, 1999.

EVANS, Peter. **Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy.** World development, v. 24, n^o 06, 1996.

EXCLUSIVO. **Jornal Oficial do Setor de couro, calçados e acessórios.** Ed. Especial, Junho/ 1999.

FACÒ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1963.

FERREIRA, José Maria Carvalho. **Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil / Portugal.** São Paulo: Cortez, 2002.

FETECC. **Revista da 7ª FETECC.** SINDINDÚSTRIA, ano 01, n^o 01, Juazeiro do Norte, 2004.

FIEC. Órgão de divulgação do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Ceará. Fortaleza, abril de 1999- ano XI- nº 132.

FIGUEIREDO FILHO, José. **Engenhos de rapadura do Cariri**. Ministério da agricultura. Documentário da vida rural. Nº 13, Rio de Janeiro, 1958.

_____. **História do Cariri**. Crato, 1964.

FUNDETEC, **Diagnóstico industrial da área de proteção ambiental da Chapada do Araripe**. Fundação de Desenvolvimento Tecnológico do Cariri, Crato, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

GAROFOLLI, Giacchino. **Sistemas industriais localizados: o exemplo Italiano**. Ensaio, FEE, Porto Alegre, 14(1), 1993.

GALVÃO, Cláudia Andreoli. **Sistemas Industriais localizados: o vale do Paranhana- complexo calçadista do Rio Grande do Sul**. Texto nº 617. IPEA. Brasília, 1999.

GALVÃO, Olímpio J. de Arrouxelas. **Clusters e distritos industriais: estudos de casos em países selecionados e implicações de políticas**. Disponível no site. <http://www.lpea.gov.br/>

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1962.

GITAHY, L. RUAS, R. (et. Al). **Relações interfirmas, eficiência coletiva e emprego em dois clusters da indústria brasileira**. In. Revista Latino Americana de Estudos do Trabalho , ano,4 nº 6, 1998.

GURISATTI, Paolo. **O Nordeste Italiano: Nascimento de um Novo Modelo de Organização Industrial**. In COCCO, Giuseppe; URANI, André e GALVÃO, Alexander Patez (Orgs). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GONDIM, Linda Maria P. **Os governos das mudanças.(1987 a 1994)** . In. SOUSA, Simone. (Org). Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

GRANOVETER, Mark. **A theoretical agenda for economic sociology**. Institute of Industrial relations. Berkeley, Stanford University, 2000.

_____ **Getting a job:** a study of contacts and careers. The university of Chicago Press. 1995.

_____ **Acção econômica e estrutura social:** o problema da incrustação. In. MARQUES, Rafael e PEIXOTO João. A Nova Sociologia econômica: uma antologia. Oeiras: Celta , 2003.

GRANOVETTER, Mark & SWEDBERG, RICHARD. **The sociology of economic life**. Boulder, CO: Westview Press, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola,1992.

HERMET, Guy. **Cultura e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2002.

IANNI, Otávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IPLANCE, Fundação Instituto de Planejamento do Ceará. **Anuário estatístico do Ceará**. Fortaleza, CE, 1998.

KATZ, Jorge. **El Nuevo Modelo Economico Latinoamericano:** Aspectos de Eficiencia y Equidad que Questionan su Sustentabilidad de Largo Plazo. Nota Técnica n° 3 do Projeto Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico. BNDES/ FINEP/ FUJB .Rio de Janeiro, 2000.

KERGOAR, D. **Em defesa de uma sociologia das relações sociais:** da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In. KARTCHEVSKY, Andrée. O Sexo do trabalho. São Paulo: Paz e terra, 1987.

LASTRES, Helena.(org.) **Interagir para competir:** promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil.Brasília, SEBRAE, FINEP, CNPq, 2002.

LASTRES, Helena, ARROIO, Ana, LEMOS, Cristina. **Políticas de apoio a pequenas empresas:** do leito de procusto à promoção de sistemas produtivos locais. In.Lastres, H. CASSIOLATO, J. MACIEL, M. L Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, 2003.

LASTRES, H. CASSIOLATO, José E. **Novas políticas na era do conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais.** Reunião regional sudeste da Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação, Rio de Janeiro , 2001.

LASTRES, H. CASSIOLATO, J. MACIEL, M. L. **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, 2003.

Lastres, H. CASSIOLATO, .ARROIO J. **Conhecimento, sistema de inovação e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: UFRJ/ Contraponto, 2005.

LEMOS, Cristina Ribeiro. **Micro, pequenas e médias empresas no Brasil: novos requerimentos de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais.** Tese de Doutorado, Programa de Pós- Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2003.

LIMA, Jacob Carlos. **As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção.** São Paulo: Terceira Margem, 2002.

_____. **Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho.** In. CASTRO, Nádia e DEDECCA, Cláudio S. A ocupação na América latina : tempos mais duros. Rio de Janeiro, ALAST, 1999.

_____. **A teoria do capital social na análise de políticas públicas.** In. Política e Trabalho. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFPB, nº 17, João Pessoa, 2001.

LIMA, Luiz Cruz. **A difusão social e espacial da inovação: o caso do Ceará no Nordeste Brasileiro.** Scripta nova. Revista eletrônica de geografia y ciências sociales. Universidade de Barcelona nº 69 (90) 2000.

LIPIETZ. Alain. **O local e o global: personalidade regional ou inter-regionalidade?** In. Espaço e Debate. Revista de Estudos Regionais e Urbanos , ano XIV, nº 38, São Paulo, 1994.

LISBOA, Armando de Melo. **Mercado e economia solidária.** SOCIUS- Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações. Lisboa, 2000.

LUNDVALL, B.A. & JOHNSON, B. **Promoting Innovation Systems as a Response to the Globalising Learning Economy.** Nota Técnica nº 4 do Projeto Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico. BNDES/ FINEP/ FUJB. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Promovendo sistemas de inovação como resposta á economia do aprendizado crescentemente globalizada.** In. Lastres, H.

CASSIOLATO, ARROIO J. Conhecimento, sistema de inovação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: UFRJ/ Contraponto, 2005.

MACHADO, Lucília Regina. **Educação e os desafios das novas tecnologias.** in FERRETI, Celso João (org.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar, Petrópolis: Vozes, 1994.

MARQUES, Rafael e PEIXOTO João. **A Nova Sociologia Econômica:** uma antologia. Oeiras: Celta, 2003

MARQUES, Rafael. **Os trilhos da nova sociologia econômica.** In MARQUES, Rafael e PEIXOTO João. A Nova Sociologia econômica: uma antologia.Oeiras: Celta2003.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia.** São Paulo, Nova Cultural, 1996.

MARTIN, Scott B. **Redes sociais e flexibilidade do trabalho:** uma análise comparativa. In. Revista Latino Americana de Estudos do trabalho , ano,4 nº 6, 1998.

MERLEAU - PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Lua Nova, nº 17, 1989.

_____. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia.** México. El Colégio de México, Centro de Estudios Sociológicos , México , 1999.

MITELKA, L. & FARINELLI, F. **Local, clusters, innovation systems and suteained copetitiveness.** Nota Técnica n º 4 do Projeto Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico. BNDES/ FINEP/ FUJB. Rio de Janeiro, 2000.

_____.**De aglomerados locais a sistema de inovação.** In. Lastres, H. CASSIOLATO, .ARROIO J. Conhecimento, sistema de inovação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: UFRJ/ Contraponto, 2005.

NEVES, Gervásio Rodrigo. **Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidade** (algumas notas). In. SANTOS, Milton. SOUZA, Adélia A. Souza SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). Território, Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec / Annablume. 2002.

NORONHA, E. G. & TURCHI, L. M. **Cooperação e conflito**: estudo de caso do complexo coureiro calçadista no Brasil. Brasília, IPEA, 2002.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Os direitos do Antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Aproximações ao enigma**: que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Polis - EAESP/ FGV, 2001.

PAIVA, Vanilda. **Produção e qualificação para o trabalho**: uma revisão da bibliografia internacional. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1989.

PARENTE, Josênio. **O Ceará dos coronéis**. IN. SOUSA, Simone. (Org). Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

PECQUEUR, Bernard. **Sistemas industriais localizados**: o exemplo francês. Ensaio, FEE, Porto Alegre, 14(1), 1993.

PIORE, M & SABEL, C. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

PIKE F. & SENGENDERGER, W. **Distritos industriais e recuperação econômica local**: questões de pesquisa e de política. In COCCO, Giuseppe; URANI, André e GALVÃO, Alexander Patez (Orgs). Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Industrial districts and local economic regeneration**. Geneva, International Institute for Labour Studies, 1992.

PINHEIRO, Irineu. **O cariri**: seu descobrimento, povoamento, costumes. Fortaleza: 1950.

_____. **Efemérides do Cariri**. Fortaleza: Imprensa universitária do Ceará, 1963.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão desemprego e precarização no final de século. São Paulo: Contexto, 1999.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTER, Michael E. **Competição on competition**: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas 2002.

RABELLO, Sílvio. **Os artesãos do Padre Cícero**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1967.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O meio do mundo**: territórios de sagrado em Juazeiro do Padre Cícero. Tese de doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo, 2000.

REIS, José. **Interior Desenvolvimento e território**. In Jornada da Interioridade. Lisboa 1997.

REVISTA CARIRI INVESTE. **Perfil Econômico da Indústria do Cariri**. Fortaleza – CE, 1999.

RIGOTTO, R. M. **O “Progresso” chegou, e agora?** As tramas da insustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará Fortaleza, CE, 2004.

ROCHA, Antônio Glalter Teófilo. **Velhos instrumentos, enfoque inovador**: combinando subsídios fiscais e desenvolvimento local. SEPLAN, IPECE, Texto nº 06, Fortaleza, 2003.

ROMÃO, E. **Globalização e reestruturação produtiva**: o caso da indústria de calçados de horizonte. Dissertação de mestrado. Programa de Pós - Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

SALAMA, Pierre. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 1999.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A queda do ângelus novos**: para além da equação moderna entre raízes e opções. Novos Estudos CEBRAP, Nº 47, São Paulo, 1997.

_____. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, F., CROCCO, M., LEMOS M. **Arranjos e sistemas produtivos locais em espaços industriais periféricos:** estudo comparativo de dois casos brasileiros. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____ **Técnica espaço e tempo:** globalização e meio técnico científico e informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____ **Guerra dos lugares.** In. Folha de São Paulo, Caderno “Mais”, São Paulo, 08/ 09/ 1999.(b)

_____ **O retorno do território.** In. SANTOS, Milton. SOUZA, Adélia A. Souza SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). Território, Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec,/ Annablume. 2002.

SANTOS, A.M.M. CORREIA, A R. ALEXIM, F M PEIXOTO, G. B. **Deslocamento de empresas para os estados do Ceará e da Bahia:** o caso da indústria calçadista. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 15, mar, 2002.

SASSEN, Saskia. **A cidade global.** In LAVINAS, Lena et al (org) Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo: Annablume, Hucitec, 1993.

SCHMITZ, Hubert. **Eficiência coletiva:** caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 18 n 2. 1997.

_____ **Local Upgrading in global chains.** Nota Técnica n^o 6 do Projeto Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico. BNDES/ FINEP/ FUJB. Rio de Janeiro, 2000.

_____ **Aglomerções produtivas locais e cadeia de valor:** como a organização das relações entre empresas influencia o aprimoramento produtivo. In. Lastres, H. CASSIOLATO, .ARROIO J. Conhecimento, sistema de inovação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: UFRJ/ Contraponto, 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SEPLAN. **Plano Plurianual.** 2000-2003. Fortaleza, 1999.

SEPLAN. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará 1995-1998.** Fortaleza, 1995.

SEPLAN. **Plano de Mudanças.** (1987-1990). Fortaleza, 1987.

SILVA FILHO, Guerino Edécio da. **A interpretação para o atraso relativo do Nordeste a partir da teoria do desenvolvimento econômico periférico da CEPAL.** Fortaleza, REN, v.28, nº 4, 1997.

SINE. **Restruturação Produtiva na Indústria Cearense.** Fortaleza, FIEC, IEL 1996.

SMELSER, N & SWEDBERG, R. **The Handbook of economic sociology.** New Jersey, Princeton University, 1994.

SOARES, Francisco de Assis e ROCHA, Eurípedes. **O pioneirismo do Ceará em programas de industrialização.** Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil/ ETENE, v.20, nº 3, 1989.

SOUZA. Maria Carolina de A. **A especialização flexível e as e as pequenas e médias empresas (PMEs):** algumas notas sobre a visão de Piore e Sabel. Porto Alegre, Ensaio, FEE, (13) nº 1, 1992.

SUZIGAN, Wilson. **Aglomerções industriais como foco de políticas.** Revista de economia política, v.21. nº 3(83) 2001.

SUZIGAN, Wilson, GARCIA, Renato, FURTADO, João. **Governança de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas.** In. LASTRES, H. CASSIOLATO, J. MACIEL, M. L. Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ UFRJ, 2003.

TENDLER, Judith. **The informal sector, small firms, and the devil's deal.** Massachusetts Institute of Technology. N ° 49 , 2001.

TRIGILIA Carlo. **Economic Sociology: state, market, and society in moderno capitalism.** Massachusetts, Blacwell publishing, 2002.

VEIGA, José Eli da. **A insustentável utopia do desenvolvimento.** In. LAVINAS, Lena (org.) Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo: Annablume, 1993.

WANDERLEY, Fernanda. **Avanços e desafios da Nova Sociologia Econômica:** notas sobre os estudos sociológicos do mercado- uma introdução. Sociedade e Estado, Brasília, V. XVII, Nº 1, 2002.

WARREN, Ilse Scherren. **Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes**. Sociedade e Estado, Brasília, V. XIII, Nº 1, 1998.

_____ **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, UNB, 2000.

WHITE, Harrison. **Social networks can resolve actor paradoxes**. In Economics and in Psychology. Journal of Institutional and theoretical Economics (JITE) , 1995.